

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política
Data: 26/05/2021	Página: 03
Cita a Sefaz-Ba	

# Tribuna

## Bahia obtém nota B na Capag e está apta a aval da União



Governador Rui Costa destaca que estado mantém equilíbrio fiscal em meio à crise do país

### EQUIPE DE POLÍTICA

A Bahia obteve a nota B na Capacidade de Pagamento (Capag), indicador produzido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para avaliar a situação fiscal dos estados e municípios. Com esta classificação, o governo baiano encontra-se apto a contar com o aval da União na contratação de operações de crédito.

A Capag relaciona, ao todo, 12 estados com a nota B, cabendo apenas ao Espírito Santo, a Rondônia e ao Mato Grosso a nota A. Onze estados estão com notas C e D e não poderão ter acesso ao aval da União. Neste grupo, oito estados estão classi-

ficados como C. Na última posição, com a nota D, estão três dos maiores estados brasileiros, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que vêm enfrentando muitas dificuldades financeiras nos últimos anos. O Amapá está com a situação suspensa na Capag.

O governo baiano se saiu bem nas três categorias avaliadas pela STN, obtendo nota A para Liquidez, tópico que relaciona as obrigações financeiras e a disponibilidade de caixa. Para as duas outras categorias, a Bahia ficou com a nota B: Endividamento, que verifica a proporção entre dívida consolidada e receita corrente líquida, e Poupança Corrente, cujas referências são a des-

pesa corrente e a receita corrente ajustada.

Com esta atualização, a Bahia volta a se posicionar entre os estados com boa capacidade de pagamento na avaliação do Tesouro Nacional, classificação que historicamente lhe cabia até que a mudança nas regras de apuração da Capag, em 2017, prejudicasse em especial o governo baiano.

### EQUILIBRIO

"A Bahia tem mantido o equilíbrio fiscal ao longo das crises sucessivas que vêm afetando a economia brasileira nos últimos anos, culminando com as dificuldades adicionais e a maior demanda por recursos para combater aos efeitos da maior crise

sanitária em um século", afirma o governador Rui Costa.

O secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitorino, resalta que o perfil de endividamento do governo baiano permanece há mais de uma década entre os mais baixos do país. O Estado, lembra, implantou um bem-sucedido programa de qualidade do gasto em 2015, início da primeira gestão do governador Rui Costa, que possibilitou uma economia real de R\$ 7,8 bilhões até 2020. Mesmo com restrições ao crédito nos últimos anos, a Bahia somou R\$ 14,9 bilhões em investimentos no período 2015-2020, ficando em segundo lugar no país neste quesito, atrás apenas de São Paulo.

Veículo:	
Data: 26/05/2021	



**Bahia Econômica**  
ARMANDO AVENA

## EQUILÍBRIO FISCAL FOI RESPONSÁVEL POR MELHORA DE NOTA NO TESOUREIRO, DIZ SEFAZ



26 Maio, 2021

A Bahia obteve a nota B na Capacidade de Pagamento (Capag), indicador produzido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para avaliar a situação fiscal dos estados e municípios. Com esta classificação, o governo baiano encontra-se apto a contar com o aval da União na contratação de operações de crédito. **Em contato com o portal Bahia Econômica, a secretaria da Fazenda do estado da Bahia (Sefaz)** exaltou o projeto do governo na área.

“Com esta classificação, o governo baiano encontra-se apto a contar com o aval da União na contratação de operações de crédito. Vale lembrar que, com esta atualização, a Bahia volta a se posicionar entre os estados com boa capacidade de pagamento na avaliação do Tesouro Nacional, classificação que historicamente lhe cabia até que a mudança nas regras de apuração da Capag, em 2017, prejudicasse em especial o governo baiano”, diz a nota.

A secretaria também explica que para subir no ranking priorizou o equilíbrio fiscal. “As contas têm preservado o equilíbrio fiscal ao longo das sucessivas crises econômicas brasileiras nos últimos anos. Na última atualização, a Bahia se saiu bem nas três categorias avaliadas pela STN, obtendo nota A para Liquidez, tópico que relaciona as obrigações financeiras e a disponibilidade de caixa. Para as duas outras categorias, a Bahia ficou com a nota B: Endividamento, que verifica a proporção entre dívida consolidada e receita corrente líquida, e Poupança Corrente, cujas referências são a despesa corrente e a receita corrente ajustada”, escreveu.

A Capag relaciona, ao todo, 12 estados com a nota B, cabendo apenas ao Espírito Santo, a Rondônia e ao Mato Grosso a nota A. Onze estados estão com notas C e D e não poderão ter acesso ao aval da União. Neste grupo, oito estados estão classificados como C. Na última posição, com a nota D, estão três dos maiores estados brasileiros, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que vêm enfrentando muitas dificuldades financeiras nos últimos anos. O Amapá está com a situação suspensa na Capag.

O governo baiano se saiu bem nas três categorias avaliadas pela STN, obtendo nota A para Liquidez, tópico que relaciona as obrigações financeiras e a disponibilidade de caixa. Para as duas outras categorias, a Bahia ficou com a nota B: Endividamento, que verifica a proporção entre dívida consolidada e receita corrente líquida, e Poupança Corrente, cujas referências são a despesa corrente e a receita corrente ajustada.

#### Novos critérios

Com esta atualização, a Bahia volta a se posicionar entre os estados com boa capacidade de pagamento na avaliação do Tesouro Nacional, classificação que historicamente lhe cabia até que a mudança nas regras de apuração da Capag, em 2017, prejudicasse em especial o governo baiano.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 25/05/2021	Caderno: Notícias



Terça, 25 de Maio de 2021 - 20:00

## ***Bahia obtém nota B em capacidade de pagamento e está apta a aval da União***



A Bahia obteve a nota B na Capacidade de Pagamento (Capag), indicador produzido pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional para avaliar a situação fiscal dos estados e municípios. Com esta classificação, o governo baiano encontra-se apto a contar com o aval da União na contratação de operações de crédito.

O índice relaciona ao todo 12 estados com a nota B, cabendo apenas ao Espírito Santo, a Rondônia e ao Mato Grosso a nota A. Onze estados estão com notas C e D e não poderão ter acesso ao aval da União. Neste grupo, oito estados estão classificados como C. Na última posição, com a nota D, estão três dos maiores estados brasileiros, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que vêm enfrentando muitas dificuldades financeiras nos últimos anos. O Amapá está com a situação suspensa na Capag.

O governo baiano se saiu bem nas três categorias avaliadas pela STN, obtendo nota A para Liquidez, tópico que relaciona as obrigações financeiras e a disponibilidade de caixa. Para as duas outras categorias, a Bahia ficou com a nota B: Endividamento, que verifica a proporção entre dívida consolidada e receita corrente líquida, e Poupança Corrente, cujas referências são a despesa corrente e a receita corrente ajustada.

Com esta atualização, a Bahia volta a se posicionar entre os estados com boa capacidade de pagamento na avaliação do Tesouro Nacional, classificação que historicamente lhe cabia até que a mudança nas regras de apuração da Capag, em 2017, prejudicasse em especial o governo baiano.

"A Bahia tem mantido o equilíbrio fiscal ao longo das crises sucessivas que vêm afetando a economia brasileira nos últimos anos, culminando com as dificuldades adicionais e a maior demanda por recursos para combate aos efeitos da maior crise sanitária em um século", afirmou o governador Rui Costa.



O **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório**, ressalta que o perfil de endividamento do governo baiano permanece há mais de uma década entre os mais baixos do país. O Estado, lembra, implantou um bem-sucedido programa de qualidade do gasto em 2015, início da primeira gestão do governador Rui Costa, que possibilitou uma economia real de R\$ 7,8 bilhões até 2020. Mesmo com restrições ao crédito nos últimos anos, a Bahia somou R\$ 14,9 bilhões em investimentos no período 2015-2020, ficando em segundo lugar no país neste quesito, atrás apenas de São Paulo, mas tendo investido proporcionalmente mais que o governo paulista.

Em que pese o grande esforço do fisco estadual ancorado em fatores como a modernização tecnológica da administração tributária e o combate intensivo à sonegação, o governo baiano segue promovendo forte contenção de gastos, excetuando-se as áreas de saúde, segurança e educação. “O desafio é continuar atendendo à grande demanda por recursos para o combate aos efeitos da pandemia”, afirma Manoel Vitório.

De um lado, observa, estão os gastos requeridos para dar conta das necessidades da área de saúde. Do outro, tendo em vista os impactos sociais e econômicos da crise sanitária, o governo baiano acaba de lançar o Programa Estado Solidário, com ações como transferência de renda para estudantes de baixa renda, isenção de conta de água para famílias carentes, concessão de microcrédito, prorrogação e parcelamento de impostos. Só a transferência de renda na área da educação representa um desembolso de R\$ 410 milhões em 2021.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 25/05/2021	



## Bahia obtém nota B na Capag e está apta a aval da União

A Bahia obteve a nota B na Capacidade de Pagamento (Capag), indicador produzido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para avaliar a situação fiscal dos estados e municípios. Com esta classificação, o governo baiano encontra-se apto a contar com o aval da União na contratação de operações de crédito.

A Capag relaciona, ao todo, 12 estados com a nota B, cabendo apenas ao Espírito Santo, a Rondônia e ao Mato Grosso a nota A. Onze estados estão com notas C e D e não poderão ter acesso ao aval da União. Neste grupo, oito estados estão classificados como C. Na última posição, com a nota D, estão três dos maiores estados brasileiros, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que vêm enfrentando muitas dificuldades financeiras nos últimos anos. O Amapá está com a situação suspensa na Capag.

O governo baiano se saiu bem nas três categorias avaliadas pela STN, obtendo nota A para Liquidez, tópico que relaciona as obrigações financeiras e a disponibilidade de caixa. Para as duas outras categorias, a Bahia ficou com a nota B: Endividamento, que verifica a proporção entre dívida consolidada e receita corrente líquida, e Poupança Corrente, cujas referências são a despesa corrente e a receita corrente ajustada.

### Novos critérios

Com esta atualização, a Bahia volta a se posicionar entre os estados com boa capacidade de pagamento na avaliação do Tesouro Nacional, classificação que historicamente lhe cabia até que a mudança nas regras de apuração da Capag, em 2017, prejudicasse em especial o governo baiano.

### Equilíbrio mantido

“A Bahia tem mantido o equilíbrio fiscal ao longo das crises sucessivas que vêm afetando a economia brasileira nos últimos anos, culminando com as dificuldades adicionais e a maior demanda por recursos para combate aos efeitos da maior crise sanitária em um século”, afirma o governador Rui Costa.

O secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório, ressalta que o perfil de endividamento do governo baiano permanece há mais de uma década entre os mais baixos do país. O Estado, lembra, implantou um bem-sucedido programa de qualidade do gasto em 2015, início da primeira gestão do governador Rui Costa, que possibilitou uma economia real de R\$ 7,8 bilhões até 2020. Mesmo com restrições ao crédito nos últimos anos, a Bahia somou R\$ 14,9 bilhões em investimentos no período 2015-2020, ficando em segundo lugar no país neste quesito, atrás apenas de São Paulo, mas tendo investido proporcionalmente mais que o governo paulista.

Em que pese o grande esforço do fisco estadual ancorado em fatores como a modernização tecnológica da administração tributária e o combate intenso à sonegação, o governo baiano segue promovendo forte contenção de gastos, excetuando-se as áreas de saúde, segurança e educação. “O desafio é continuar atendendo à grande demanda por recursos para o combate aos efeitos da pandemia”, afirma Manoel Vitório.

De um lado, observa, estão os gastos requeridos para dar conta das necessidades da área de saúde. Do outro, tendo em vista os impactos sociais e econômicos da crise sanitária, o governo baiano acaba de lançar o Programa Estado Solidário, com ações como transferência de renda para estudantes de baixa renda, isenção de conta de água para famílias carentes, concessão de microcrédito, prorrogação e parcelamento de

impostos. Só a transferência de renda na área da educação representa um desembolso de R\$ 410 milhões em 2021.

*Fonte: Ascom/Sefaz*

## Estado obtém nota B na Capacidade de Pagamento e está apto a aval da União



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Bahia obteve a nota B na Capacidade de Pagamento (Capag), indicador produzido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para avaliar a situação fiscal dos estados e municípios. Com esta classificação, o governo baiano encontra-se apto a contar com o aval da União na contratação de operações de crédito.

A Capag relaciona, ao todo, 12 estados com a nota B, cabendo apenas ao Espírito Santo, a Rondônia e ao Mato Grosso a nota A. Onze estados estão com notas C e D e não poderão ter acesso ao aval da União. Neste grupo, oito estados estão classificados como C. Na última posição, com a nota D, estão três dos maiores estados brasileiros, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que vêm enfrentando muitas dificuldades financeiras nos últimos anos. O Amapá está com a situação suspensa na Capag.

O governo baiano se saiu bem nas três categorias avaliadas pela STN, obtendo nota A para Liquidez, tópico que relaciona as obrigações financeiras e a disponibilidade de caixa. Para as duas outras categorias, a Bahia ficou com a nota B: Endividamento, que verifica a proporção entre dívida consolidada e receita corrente líquida, e Poupança Corrente, cujas referências são a despesa corrente e a receita corrente ajustada.

### Novos critérios

Com esta atualização, a Bahia volta a se posicionar entre os estados com boa capacidade de pagamento na avaliação do Tesouro Nacional, classificação que historicamente lhe cabia até que a mudança nas regras de apuração da Capag, em 2017, prejudicasse em especial o governo baiano.

### Equilíbrio mantido

'A Bahia tem mantido o **equilíbrio fiscal** ao longo das crises sucessivas que vêm afetando a economia brasileira nos últimos anos, culminando com as dificuldades adicionais e a maior demanda por recursos para combate aos efeitos da maior crise sanitária em um século', afirma o governador **Rui Costa**.

O secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitorio**, ressalta que o perfil de endividamento do governo baiano permanece há mais de uma década entre os

mais baixos do país. O Estado, lembra, implantou um bem-sucedido programa de qualidade do gasto em 2015, início da primeira gestão do governador **Rui Costa**, que possibilitou uma economia real de R\$ 7,8 bilhões até 2020. Mesmo com restrições ao crédito nos últimos anos, a Bahia somou R\$ 14,9 bilhões em **investimentos** no período 2015-2020, ficando em segundo lugar no país neste quesito, atrás apenas de São Paulo, mas tendo investido proporcionalmente mais que o governo paulista.

Em que pese o grande esforço do **fisco** estadual ancorado em fatores como a modernização tecnológica da administração tributária e o combate intensivo à sonegação, o governo baiano segue promovendo forte contenção de gastos, excetuando-se as áreas de saúde, segurança e educação. 'O desafio é continuar atendendo à grande demanda por recursos para o combate aos efeitos da pandemia', afirma **Manoel Vitória**.

De um lado, observa, estão os gastos requeridos para dar conta das necessidades da área de saúde. Do outro, tendo em vista os impactos sociais e econômicos da crise sanitária, o governo baiano acaba de lançar o Programa Estado Solidário, com ações como transferência de renda para estudantes de baixa renda, isenção de conta de água para famílias carentes, concessão de microcrédito, prorrogação e parcelamento de impostos. Só a transferência de renda na área da educação representa um desembolso de R\$ 410 milhões em 2021.

**Assuntos e Palavras-Chave:** SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Investimentos | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitória, FISCO, Equilíbrio Fiscal

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidade
Data: 26/05/2021	Página: 06
<b>Cita a Sefaz-Ba</b>	

# Tribuna

## Pagamento do mês de maio é antecipado

O pagamento dos benefícios de aposentados e pensionistas do Estado será realizado antecipadamente no mês de maio. Esta é a décima quarta vez que o governo baiano antecipa a rotina. A medida - que vem sendo adotada desde março de 2020 - visa evitar a formação de filas e aglomerações nos postos e agências bancárias, como parte das ações para contenção da disseminação do coronavírus no Estado.

Como em meses anteriores, os proventos foram antecipados em um dia e estarão disponíveis nas contas bancárias dos 130 mil beneficiários do Estado já nesta sexta-feira (28). Já a previsão de pagamento dos servidores ativos, de acordo com a portaria nº 001/2020, da Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA), é para 31 de maio, último dia útil no mês. A tabela pode ser consultada no Portal do Servidor ([www.portaldoservidor.ba.gov.br](http://www.portaldoservidor.ba.gov.br)).



Veículo: Gov Bahia	
Data: 25/05/2021	



## Governo antecipa pagamento de maio de aposentados e pensionistas

25 maio 2021



Foto: Paula Fróes/Arquivo GOVBA

O pagamento dos benefícios de aposentados e pensionistas do Estado será realizado antecipadamente no mês de maio. Esta é a décima quarta vez que o governo baiano antecipa a rotina. A medida – que vem sendo adotada desde março de 2020 – visa evitar a formação de filas e aglomerações nos postos e agências bancárias, como parte das ações para contenção da disseminação do coronavírus no Estado.

Como em meses anteriores, os proventos foram antecipados em um dia e estarão disponíveis nas contas bancárias dos 130 mil beneficiários do Estado já nesta sexta-feira (28). Já a previsão de pagamento dos servidores ativos, de acordo com a portaria n° 001/2020, da **Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA)**, é para 31 de maio, último dia útil no mês. A tabela pode ser consultada no [Portal do Servidor](#).

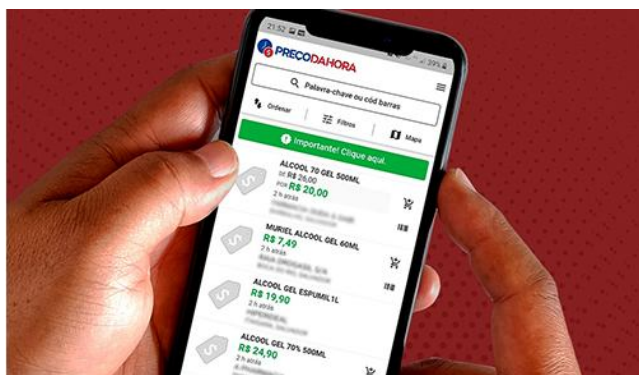
*Fonte: Ascom/ Saeb*

Veículo: Gov Bahia	
Data: 25/05/2021	



## Usuários já podem criar grupos de locais favoritos para pesquisas no Preço da Hora Bahia

25 maio 2021



Uma nova funcionalidade do aplicativo Preço da Hora Bahia permite a criação de lista grupos com os estabelecimentos comerciais favoritos do usuário. Assim é possível pesquisar os preços de produtos em locais já frequentados ou próximos de casa ou do trabalho, como mercados, postos de gasolina, farmácias, entre outros. O usuário pode ainda utilizar as suas listas de compras para serem processadas sempre nos estabelecimentos favoritos.

A nova funcionalidade está disponível na versão 1.2.118 do app, que pode ser baixada na Apple Store e no Google Play Store e também acessada pelo site [precodahora.ba.gov.br](http://precodahora.ba.gov.br). De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), que é responsável pelo app, já foram registrados mais de 430 mil downloads de usuários do Preço da Hora Bahia em todo o estado.

“Com essas novas funções, o usuário economiza tempo e dinheiro, e já sai de casa para fazer a compra mais barata num estabelecimento em que ele confia e frequenta”, afirma o diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba, Jadson Bitencourt.

O auditor fiscal Felipe Abreu, da Gerência de Sistemas da Sefaz-Ba, explica que agora o consumidor pode criar, por exemplo, um grupo com todas as farmácias nas redondezas de sua residência. “A partir dessa lista, ele pode pesquisar o preço de um medicamento somente nesses estabelecimentos e dirigir-se ao local com o menor preço apresentado no aplicativo”.

### Informar problema e outras funções

O botão “Informar problema” é outra funcionalidade bastante utilizada no app. Já foram enviadas pelos usuários 1.404 registros de ocorrências, relatados por meio do botão. Situações como estabelecimentos que se recusam a emitir nota fiscal, divergências entre o valor pago e o registrado em nota e casos de preços abusivos são relatos recorrentes dos consumidores.

Pelo app, é possível ainda acessar o histórico de preços dos combustíveis comercializados na Bahia e compartilhar os melhores preços dos produtos nas redes sociais. A nova versão apresenta ainda um layout mais moderno e amigável, além de melhorias na performance das consultas. Para ter acesso às novas funcionalidades, é preciso fazer a atualização para a nova versão.

Pelo Preço da Hora, o consumidor pode pesquisar os preços de todos os produtos comercializados no estado, a partir de informações extraídas das mais de 3,2 milhões de notas fiscais eletrônicas processadas diariamente pela Secretaria da Fazenda do Estado. Atualmente podem ser pesquisados mais de 500 mil produtos.

## Aplicativo 'Preço da Hora Bahia' tem novas funcionalidades



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Consumidores que utilizam o aplicativo **Preço da Hora Bahia**, criado pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA), agora tem a opção de criar lista de grupos com os estabelecimentos comerciais favoritos. Além disso, os usuários podem pesquisar os valores dos produtos comercializados em estabelecimentos já frequentados, bem como mercados, postos de gasolina e farmácias. Estas são algumas das novas funcionalidades da ferramenta.

'Com essas novas funções, o usuário economiza tempo e dinheiro, e já sai de casa para fazer a compra mais barata num estabelecimento em que ele confia e frequenta', afirma o diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba, Jadson Bitencourt.

A ferramenta ainda permite que os usuários utilizem as suas listas de compras para serem processadas sempre nos estabelecimentos favoritos.

O **auditor fiscal** Felipe Abreu, da Gerência de Sistemas da Sefaz-Ba, explica que agora o consumidor pode criar, por exemplo, um grupo com todas as farmácias nas redondezas de sua residência. 'A partir dessa lista, ele pode pesquisar o preço de um medicamento somente nesses estabelecimentos e dirigir-se ao local com o menor preço apresentado no aplicativo'.

A nova funcionalidade está disponível na versão 1.2.118 do aplicativo, que pode ser baixada na Apple Store e no Google Play Store e também acessada pelo site precodahora.ba.gov.br. De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), que é responsável pela ferramenta, já foram registrados mais de 430 mil downloads de usuários do **Preço da Hora Bahia** em todo o estado.

**Assuntos e Palavras-Chave:** SESAB - Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - Medicamento | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Auditores Fiscais, Preço da Hora



# SALVADOR

salvador@grupoposatarde.com.br

**BAHIA** Bahia volta a registrar acima de 100 mortes por coronavírus em 24h

atarde.com.br/bahia

## COVID-19 Catorze hospitais no estado têm 100% de ocupação dos leitos de UTI e situação preocupa Bahia tem alta de casos e faltam vagas em unidades de terapia intensiva

### Projeto estuda impacto do descarte de EPIs no ecossistema

AMANDA SOUZA

O descarte irregular de equipamentos de proteção individual (EPIs) é mais um problema trazido pela pandemia de Covid-19. Máscaras e luvas, por exemplo, estão representando risco de disseminação do vírus e também de um perigoso impacto ambiental.

Pensando nisso, o Projeto Coral Vivo, uma iniciativa que atua na conservação de ecossistemas marinhos, está desenvolvendo uma pesquisa com foco em reunir dados para promoção de políticas públicas voltadas para a informação referente ao descarte correto desses materiais.

Uma preocupação parte de uma observação do aumento de EPIs encontrados no mar desde o início da pandemia. De acordo com Bruno Brauer, oceanógrafo do Coral Vivo, a pesquisa se justifica pelo risco que o descarte irregular de equipamentos contaminados pode representar. "A gente vê nas ruas, no chão, nas praias como esses equipamentos estão sendo descartados. Esses materiais podem estar contaminados e isso se torna uma questão de saúde pública", destaca.

Além disso, há ainda a preocupação com o impacto ambiental provocado por esses materiais quando eles chegam aos mares e oceanos. Bruno alerta para o contato dos ecossistemas marinhos com esses EPIs possivelmente contaminados, além da preocupação quanto à ingestão dos materiais pelos animais.

Através da pesquisa, Bruno acredita que será possível "traçar um panorama da realidade para buscar parcerias com o poder público para promover ações", diz.

RODRIGO AGUIAR

Catorze hospitais na Bahia operam com 100% dos leitos de UTI para pacientes com Covid-19 ocupados. Salvador e Jequié têm duas unidades cada nessa situação. A lista de cidades ainda inclui Feira de Santana, Irecê, Teixeira de Freitas, Eunápolis, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Caetité, Brumado, Guanambi e Ilhéus, segundo os dados de ontem, do sistema da Secretaria da Saúde do Estado (Sesab).

Das nove macrorregiões de saúde do estado, três estão com os níveis de ocupação de leitos de UTI Covid acima de 90%: sudoeste (91%), extremo sul (93%) e oeste (96%).

Na capital, o Hospital Eládio Lasserre e a Maternidade Professor José Maria de Magalhães têm ocupados todos os leitos de UTI para internados com Covid-19. Além disso, o Hospital do Subúrbio e o Hospital Covid Itaigara operam praticamente com a capacidade máxima, com 98% dos leitos de UTI ocupados em cada unidade. No Eládio Lasserre, também há 100% de ocupação dos leitos clínicos. A falta de leitos clínicos ainda ocorre no Hospital Covid Itaigara.

A demanda por leitos clínicos em Salvador, inclusive, é um dos pontos que mais preocupa a prefeitura, revelou o prefeito Bruno Reis. "Há uma procura grande por leitos clínicos. Isso indica que os pacientes estão chegando com sintomas mais leves, porém o número é expressivo. Já começa a ter uma pressão sobre as UPAs



Olga Leiria / Ag. A TARDE / 8.3.2021

Feira de Santana não tem mais vagas na UTI no Hospital de Campanha

e isso confirma que podemos estar diante de uma terceira onda ou do recrudescimento da segunda onda, ou seja, ela caiu, estabilizou e voltou a crescer", declarou o prefeito, ao anunciar a prorrogação de medidas de enfrentamento à pandemia até a próxima terça-feira, 1º.

Os dois hospitais de Jequié para atendimento a pacientes com Covid-19 não tem mais leitos de UTI para este fim - são o Prado Valadares e o São Vicente.

Em Feira de Santana, se-

gunda maior cidade do estado, além de 100% de ocupação dos leitos de UTI no Hospital de Campanha, não há mais vagas para leitos clínicos no Hospital Clériston Andrade e na UTI pediátrica do Hospital Estadual da Criança.

A lista das unidades sem disponibilidade de leitos de UTI Covid ainda tem o Hospital Regional Dr. Mário Dourado Sobrinho, em Irecê; o Hospital de Tratamento Covid, em Eunápolis; o Itiba, em Barreiras; o Hospital Municipal Carmela Dutra, em

Bom Jesus da Lapa; o Hospital Municipal Prof. Magalhães Neto, em Brumado; o Vida Memorial, em Ilhéus; o Hospital Municipal de Caetité, o Hospital Municipal de Teixeira de Freitas e o Hospital Regional de Guanambi, este último também com 100% dos leitos clínicos ocupados.

**Toque de recolher**

No último final de semana, em função dos números mais recentes relacionados à Covid, o governo da Bahia anunciou a prorrogação do

## Barra volta a ter portais de acesso

GABRIEL GALINDO\*

Por conta dos muitos flagrantemente de pessoas sem máscara no bairro da Barra, em Salvador, a Guarda Civil Municipal (GCM) voltou a instalar portões para aumentar a fiscalização do uso correto da proteção facial, essencial no combate à pandemia de Covid-19.

As barreiras foram colocadas ontem em três pontos do bairro: Barra Center, Porto e Farol. Nos locais, estiveram, ao todo, 25 guardas, que marcaram presença das 7h às 19h. Durante a ação, os agentes distribuíram máscaras e deram orientações. A partir de hoje, os locais também contarão com piás para a higiene das mãos.

Essa é a terceira vez, desde o início da pandemia, que os portões são utilizados pela Guarda Municipal. De junho até novembro do ano passado e de janeiro a fevereiro deste ano, a fiscalização já havia sido intensificada nos mesmos locais.

"A importância das ações é

**As barreiras foram colocadas em três pontos: Barra Center, Porto e Farol**

reforçar a mensagem de que a utilização das máscaras é fundamental nesse momento, uma vez que as pessoas já estavam relaxando desse uso, principalmente, na execução das atividades físicas aqui na orla", comentou o diretor da GCM, Maurício Lima.

A contensão da propagação do vírus é algo fundamental pelo momento que passa a Bahia. Nas últimas 24 horas foram registrados 4.942 casos de Covid-19 e 107 óbitos. Ao todo, o estado soma 989.909 casos infectados e 20.606 mortos, desde o início da pandemia. Até as 12h de ontem, 170 solicitações de internação em UTI Adulto Covid estavam em espera no sistema.

Em Salvador, ontem, o gripário do bairro de Pau Miúdo

representou 57% do número de atendimentos da capital. Além disso, na última segunda-feira, ocorreram 300 atendimentos em um dia, quase o dobro da média da capital baiana: 173.

De acordo com o coordenador médico do gripário do Pau Miúdo, Elmar Dourado, o vírus está mais perigoso do que antes. "A gente alerta para as pessoas que a doença agora está afetando pacientes mais jovens e sem comorbidades. O que antes era uma doença que tinha como fator de risco os idosos e as comorbidades, agora está sendo observado que não há mais isso", explicou.

\* SOB A SUPERVISÃO DO EDITOR RAFAEL TIAGO NUNES

## Bahia recebe hoje novas doses da AstraZeneca

TÁCIO CALDAS\*

Estão previstas para chegar na manhã de hoje novas doses da vacina AstraZeneca/Oxford contra a Covid-19. Os imunizados serão repassados aos municípios, exclusivamente, para a administração das primeiras doses. Com isso, a Secretaria Municipal da Saúde (SMS) deve anunciar também novas estratégias para a continuidade da campanha de vacinação em Salvador. Apesar disso, para hoje, apenas os públicos de segunda dose poderão buscar os postos de imunização contra a Covid-19, já que novo mutirão será realizado pela SMS.

Na tarde de ontem, o secretário titular da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab), Fábio Vilas-Boas, anunciou a novidade sobre as novas doses das vacinas contra a Covid-19. "A esperança se renova a cada chegada de vacinas!", comemorou Vilas-Boas, no Twitter. Com uma atualização nas informações, o secretário completou. "A empresa de logística do Ministério da Saúde acabou de comunicar a alteração do horário de recebimento das vacinas contra a Covid-19. A remessa que chegaria na madrugada tem nova previsão para desembarcar no aeroporto de Salvador às 9h45 desta quarta-feira", esclareceu o secretário.

**Mutirão**

Enquanto aguarda-se a distribuição das novas doses aos municípios, hoje a campanha de vacinação realiza-

rá um novo mutirão de vacinação da segunda dose. As pessoas que necessitam concluir o seu esquema vacinal podem buscar os postos de imunização.

Desta vez serão contemplos os cidadãos com data agendada até o dia 30 de maio, que serão atendidos das 8h às 16h. Além dos agendados pelo Hora Marcada, os indivíduos que estão dentro do período também poderão concluir a sua imunização. Os locais podem ser encontrados no site do Filômetro: [filometro.sau.de.salvador.ba.gov.br/](http://filometro.sau.de.salvador.ba.gov.br/).

Das mais de 18 mil pessoas que ainda faltavam concluir o processo, pouco mais de oito mil concluíram o seu quadro ontem.

O prefeito de Salvador, Bruno Reis, informou, pelo Twitter, sobre o mutirão. "Para normalizar a situação das pessoas que estão com a segunda dose atrasada, estamos realizando um mutirão nesta terça [ontem], até 16h, para aplicar a dose de reforço nas pessoas".

\* SOB A SUPERVISÃO DO EDITOR RAFAEL TIAGO NUNES

**Hoje a campanha de vacinação realizará um novo mutirão de vacinação**

**CIMURC – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO RIO DAS CONTAS**  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP 08/21. Nº da Licitação: 874682. Objeto: fornecimento de peças e acessórios, bem como prestação de serviços de manutenção para veículos da linha leve e pesada. Dia 09/06/21 às 9h. <http://www.licitacoes-e.com.br>  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP 09/21. Nº da Licitação: 874719. Objeto: locação de veículos leves e pesados. Dia 09/06/21 às 14h. Local Site: [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br). Edital: <http://cimurc.ba.ipmbrasil.org.br/diario>. Informações: e-mail [cimurcba@gmail.com](mailto:cimurcba@gmail.com), Jequié/Ba, 26 de maio de 2021. Juliana Bispo dos Santos, Pregoeira.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE DUTRA**  
Extrato do Contrato 1684, PP 40/21. Contratante: PMPD. Contratado: Vitória Serviços Ltda EPP. CNPJ 12.398.727/0001-58. Objeto: Serviços de acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destino final de resíduos de serviços de saúde, classes A, B e E. Valor: R\$ 70.800. Vigência: 01/06 a 30/12/21. <http://www.licitacoes-e.com.br>  
Extrato do Contrato 1710, CRED 09/21. Contratante: PMPD. Contratado: RCA Projetos, Transportes e Serviços Ltda. CNPJ 11.821.227/0001-14. Objeto: Transporte Escolar dos alunos da rede pública municipal. Valor Global: R\$ 891.510,00. Vigência: 01/06 a 30/12/21. Presidente Dutra/Ba, 26 de maio de 2021.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
CNPJ N: 14.235.907/0001-44  
**AVISO DE REPUBLICAÇÃO LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021**  
O Pregoeiro Oficial da PM de Cairu comunica que realizará licitação no dia 10 de junho de 2021, às 11:00H (NOVE HORAS) na sala da Comissão Permanente de Licitação. OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestar serviços de consultoria, assessoria e gerenciamento da Gestão Pública Municipal, no Sistema Integrado de Gestão e Auditoria – SIGA, para atender as necessidades do Município de Cairu, Arquipélago de Itaparicá, Estado da Bahia. Telefone: (75) 3653-2151, ramal: 214. Edital e Divulgação dos demais atos - Diário Oficial-site: [www.cairu.ba.gov.br](http://www.cairu.ba.gov.br). Cairu - Bahia, 24 de maio de 2021. Carlos Benedito Guimarães da Silva, Pregoeiro Oficial - Decreto nº 503, datado de 02 de março de 2021.

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2021**  
O Pregoeiro Oficial da PM de Cairu comunica que realizará licitação no dia 10 de junho de 2021, às 09:00H (NOVE HORAS) na sala da Comissão Permanente de Licitação. OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestar serviços de consultoria, assessoria e gerenciamento da Gestão Pública Municipal, no Sistema Integrado de Gestão e Auditoria – SIGA, para atender as necessidades do Município de Cairu, Arquipélago de Itaparicá, Estado da Bahia. Telefone: (75) 3653-2151, ramal: 214. Edital e Divulgação dos demais atos - Diário Oficial-site: [www.cairu.ba.gov.br](http://www.cairu.ba.gov.br). Cairu - Bahia, 24 de maio de 2021. Carlos Benedito Guimarães da Silva, Pregoeiro Oficial - Decreto nº 503, datado de 02 de março de 2021.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFARNAUM**  
PREGÃO PRESENCIAL SRP 24/21. Menor valor por lote. Objeto: aquisição de material de expediente. Dia 06/06/21 às 9h. Edital: [ipmbrasil.org.br](http://ipmbrasil.org.br). Informações: na CPL, tel. 7436461200 ou e-mail: [licitacao@cafarnaum.ba.gov.br](mailto:licitacao@cafarnaum.ba.gov.br). Cafarnaum/Ba, 24 de maio de 2021. Altio Araújo Sabino, Pregoeiro.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO**  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP 21/21. Processo licitatório 65/21. Menor preço por item. Dia 08/06/21 às 10h. Objeto: aquisição de pneus, câmaras de ar e protetores. Edital: [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) e [www.ipmbrasil.org.br/diariooficial/ba/pmteodorosampaio/licitacoes](http://www.ipmbrasil.org.br/diariooficial/ba/pmteodorosampaio/licitacoes). Teodoro Sampaio/Ba, 24 de maio de 2021. Joseval Silva de A. Azevedo, Pregoeiro.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA**  
PREGÃO PRESENCIAL SRP 10/21. Menor preço por lote. Objeto: aquisição gêneros alimentícios para a alimentação escolar. Dia 08/06/21 às 9h. Edital: <http://www.ipmbrasil.org.br/diariooficial/ba/pmterranova/licitacoes>. Informações: na CPL, tel. 7532382061/2062 ou e-mail: [licitacao@terranova.ba.gov.br](mailto:licitacao@terranova.ba.gov.br). Terra Nova/Ba, 20 de maio de 2021. Eder São Pedro Menezes, Prefeito.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ**  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP 56/21. ID: 874409. Objeto: aquisição de material de expediente. Abertura de propostas: às 8h de 08/06/21. Sessão pública: às 9h de 08/06/21. Menor preço global. <http://www.licitacoes-e.com.br>  
ID: 874421. Objeto: serviços de manutenção do gramado e do sistema de irrigação do campo de futebol profissional do Estádio Municipal Waldomiro Borges. Abertura de propostas: às 8h de 08/06/21. Sessão pública: às 11h de 08/06/21. Menor preço global. Edital: <http://pmjeque.ba.ipmbrasil.org.br/diario> e [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br). Informações: na CPL, Praça Duque de Caxias, s/n, Jequiézinho, 8 e 8 às 12h, tel. 7335268042. Jequié/Ba, 25 de maio de 2021. Juliana Bispo dos Santos, Pregoeira.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO ALEXANDRE - BA**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021**  
O Município de Pedro Alexandre torna público o PL nº 064/2021 - PE nº 002/2021 SRP 001/2021, cujo objeto é a aquisição de forma parcelada de medicamentos e insumos hospitalares, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Pedro Alexandre - BA. Valor global estimado R\$ 1.227.161,58 ( Hum milhão duzentos e vinte e sete mil cento e sessenta e um reais e cinquenta e oito centavos).  
Abertura 01/06/2021 às 08h30. Os interessados poderão acessar e fazer download do texto integral do edital nos endereços eletrônicos <http://bnc.org.br/> Bolsa Nacional de Compras - BNC, fone: 41 3557-2301 e/ou Celular/ WhatsApp: 41 99136-7677, e-mail: <http://http://www.pmpedroalexandre.transparenciaoficial.ba.com.br/pagina.php?ref=transparencia> ou na Prefeitura Municipal de Pedro Alexandre. **Erico Wendel Amarinho Gomes - Pregoeiro**



# ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupoatarde.com.br

**JUSTIÇA** Em entrevista ao programa Isso é Bahia, de A TARDE FM, Caio Druso, que representa o CPU, diz que não existem motivos concretos para essa decisão

## Advogado critica decisão que anulou acordo sobre área do antigo Aerooclube

Joá Souza / Ag. A TARDE / 30.8.2018



### DA REDAÇÃO

O Consórcio Parques Urbanos (CPU) recorreu da decisão judicial que anulou a homologação do acordo com a Prefeitura de Salvador sobre a área do antigo Aerooclube, na Boca do Rio. O consórcio argumenta que o Ministério Público da Bahia (MP-BA), autor do pedido de anulação, não tem competência para atuar neste caso.

O advogado Caio Druso, que representa o CPU, criticou a decisão e afirmou que não existem motivos concretos para essa anulação. O grupo empresarial pontua que, ao solicitar a anulação, os promotores vão na contramão da sensatez ao alegar que o acordo traria “prejuízo ao erário”, quando, na verdade, trouxe vantagem para o município.

“Esses motivos, na minha avaliação pessoal, tem a ver com o momento que a gente vive hoje, um momento de absoluta instabilidade constitucional, um momento em que o autoritarismo se apresenta como uma alternativa em lugar do consenso. Não existe uma razão objetiva para sustentar que esse acordo não valesse”, disse em entrevista, ontem, ao programa Isso é Bahia, da rádio A TARDE FM.

Em dezembro do ano passado, depois de dois anos de auditorias, análises e pare-



Em 2017, o município resolveu rescindir a concessão da área do Aerooclube

ceres convergentes na Procuradoria e na Controladoria Geral do Município, CPU e prefeitura chegaram a um acordo que previa pagamento de indenização e compensação tributária por parte do

**[Caio] criticou a decisão e afirmou que não existem motivos concretos para essa anulação**

município ao consórcio, tendo em vista que a própria gestão municipal reconheceu a dívida com o grupo.

O consórcio, inclusive, aceitou um desconto de 55% neste valor para selar o acordo, o que representa uma grande vantagem para o município.

### Entenda o caso

Em 2017, o município resolveu rescindir a concessão da área do Aerooclube sem liquidar créditos em favor do Consórcio e cobrando, ainda, valor de IPTU, o que não deveria ocorrer, já que se trata de área pública. No local foi construído o novo Centro de

Convenções de Salvador.

A 8ª Vara da Fazenda Pública de Salvador invalidou, assim, a rescisão unilateral do contrato, enquanto a 2ª Vara da Fazenda Pública da capital baiana declarou a inexistência de obrigações tributárias do Consórcio com a Prefeitura, já que não há incidência do IPTU de áreas de titularidade do município.

O que restou, então, foram questões exclusivamente patrimoniais. Um processo administrativo correu de 2018 até 2020, por mais de dois anos, culminando em um acordo entre a prefeitura e o consórcio.

### IBGE

## Prévia da inflação de maio fica em 0,44%

### AGÊNCIA BRASIL

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), uma prévia da inflação, apresentou em maio alta de 0,44%. O índice ficou abaixo da taxa de abril (0,60%) e acumula alta de 3,27% no ano. Nos últimos 12 meses, a variação está em 7,27%, acima dos 6,17% registrados nos 12 meses anteriores.

Os dados foram divulgados ontem, no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É o maior resultado para um mês de maio desde 2016, quando o índice foi de 0,86%. Em maio de 2020, ficou em -0,59%.

O maior impacto na prévia da inflação foi o grupo saúde e cuidados pessoais, que subiu 1,23%, após aumento de 0,44% em abril. O grupo foi influenciado pelo reajuste de 10,08% nos medicamentos.

Individualmente, o maior impacto veio da alta na energia elétrica, que subiu 2,31%, dentro do grupo habitação, que teve aumento de 0,79%. O IBGE destacou que, em maio, passou a vigorar a bandeira tarifária vermelha patamar 1, depois de quatro meses na amarela, que acrescenta R\$ 4,169 na conta de luz a cada 100 quilowatts-hora consumidos. Também contribuíram para a alta os reajustes nas contas de luz de

Fortaleza (8,27%), Salvador (5,83%) e Recife (5,40%).

O aumento de 1,45% no gás de botijão também foi destacado pelo IBGE, registrando o 12º mês consecutivo de reajuste, embora menor que em abril (2,49%).

A alimentação no domicílio passou de aumento de 0,19% em abril para 0,50% em maio, contribuindo para a aceleração de 0,48% no grupo alimentação e bebidas. As carnes subiram 1,77% e acumulam alta de 35,68% em 12 meses, enquanto o tomate subiu 7,24%, após cair 3,48% em abril. O preço das frutas recuou 6,45% em maio.

### Deflação

O único grupo que teve deflação em maio foi o de transportes (-0,23%), influenciado pela queda de 28,85% nas passagens aéreas. Houve recuo também nos transportes por aplicativo (-9,11%) e no seguro voluntário de veículo (-3,18%).

Os automóveis novos ficaram mais caros 1,16%, o conserto de automóvel subiu 1,05% e a gasolina aumentou 0,29%, acumulando alta de 41,55% nos últimos 12 meses. O IBGE registrou aumento também nas tarifas do metrô (0,46%) e do ônibus urbano (0,25%).

A coleta de preços do IPCA-15 ocorreu entre 14 de abril e 13 de maio de 2021.

### TESOURO DIRETO

## Vendas superam resgates em R\$ 614 milhões

### AGÊNCIA BRASIL

As vendas do Tesouro Direto superaram os resgates, em abril, em R\$ 614 milhões. No mês, as vendas atingiram R\$ 2,171 bilhões. Já os resgates somaram R\$ 1,557 bilhão, sendo R\$ 1,531 bilhão relativos a recompras e R\$ 26,3 milhões a vencimentos. Os números constam do balanço do Tesouro Direto divulgado ontem, em Brasília, pela Secretaria do Tesouro Nacional.

O balanço mostra que os títulos mais procurados pelos investidores foram os indexados à inflação (Tesouro IPCA+ e Tesouro IPCA+ Juros Semestrais), cuja participação nas vendas atingiu 42,7%. O título indexado à Selic (Tesouro Selic) correspondeu a 36,5% do total e os prefixados, 20,8%.

Em relação ao prazo de emissão, 15,3% das vendas no Tesouro Direto no mês responderam a títulos com vencimentos acima de dez anos. As vendas de títulos com prazo entre cinco e dez anos representaram 48,9% e aquelas com prazo entre um e cinco anos, 35,8% do total.

A utilização do programa por pequenos investidores pode ser observada pelo número de vendas até R\$ 5 mil: 84,7% do total em abril.

### CRÉDITO

## BC aponta potencial “não realizado” de portabilidade

### AGÊNCIA BRASIL

O Banco Central (BC) avalia que existe um potencial não realizado de portabilidade de crédito no Brasil que soma 18,9 milhões de tomadores de empréstimos no crédito consignado, 4,2 milhões no financiamento de veículos e 493 mil no crédito imobiliário.

Esses clientes pagam taxas de juros acima da média atual do mercado e, caso optassem pela portabilidade, poderiam transferir sua operação para outra instituição, com custo menor, segundo o estudo Evolução da portabilidade de crédito no Brasil: comportamento e perfil divulgado ontem.

O relatório do BC afirma que, mesmo em um cenário de redução das taxas de juros, resultante do processo de redução da taxa Selic, a procura pela portabilidade ainda representa um percentual pequeno. Em 2020, foram registradas quase 6,3 milhões de solicitações de portabilidade de crédito. Desse total, 62% foram efetivadas e 13% foram retidas após negociação com o cliente.

Criada em 2006, a portabilidade é a modalidade na qual os consumidores podem transferir suas dívidas para outras instituições financeiras.



## Por que a ACB luta por uma reforma administrativa focada na eficiência?

Importante instrumento para viabilizar melhorias no atendimento à saúde e escolas públicas de qualidade, além de garantir maior eficiência dos órgãos federais, estaduais e municipais, a Reforma Administrativa do Brasil, finalmente, está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça do Congresso Nacional. As discussões são bastante amplas, envolvem interesses e disputas políticas e partidárias e abrangem temas diversos como estabilidade de servidores públicos, salários do Judiciário, concursos públicos e o primordial aperfeiçoamento dos serviços que o Estado presta aos cidadãos.

A Associação Comercial da Bahia (ACB) entende a reforma administrativa de forma cirúrgica e objetiva. Através da campanha Movimento pela Reforma Administrativa Eficiente (M-RAE), a entidade busca nada mais do que a garantia dos direitos constitucionais já conquistados e devidamente expressos no Artigo 37 da nossa Constituição Federal de 1988. Consta no texto magno que a eficiência dos serviços públicos é uma obrigação do Estado, principalmente no que se refere à educação e saúde.

Entendemos também que o sucesso deste processo depende da ativa participação das classes produtivas, dos trabalhadores formais e dos prestadores de serviço do nosso país. É mais do que urgente a união de todos e a formação de uma consciência coletiva de que a coisa pública nos pertence. Que temos o direito e o dever de cobrar dos nossos gestores públicos a oferta de escolas e postos de saúde com a mesma qualidade de atendimento dos serviços privados. Precisamos e podemos participar e influenciar nossos governantes para que isso seja viável.

A ACB entende que, independentemente do modelo de reforma administrativa que seja aprovado, é preciso criar um movimento nacional de conscientização da população. Dotar o cidadão comum de sentimento de pertencimento. Fazer com que todos reconheçam que o serviço público pertence a cada cidadão brasileiro. É desta forma que a Associação Comercial da Bahia está em luta por mais eficiência da máquina pública, principalmente na educação e na saúde.

A nossa ideia é um movimento nacional que estimule todos os brasileiros a cobrar do estado tudo aquilo que está na nossa Constituição Federal. Não precisamos reinventar a roda, precisamos apenas focar naquilo que já é nosso direito constitucional. Queremos efetividade, eficácia e eficiência.

Desde 1988, o Brasil vem gastando muito e entregando pouquíssimo. O que pleiteamos é apenas o que temos direito. Você quer educação pública com a mesma qualidade da privada? Postos de saúde tão eficientes quanto um hospital privado? Quer acabar com o desperdício do dinheiro público? Então você também quer a Reforma Administrativa Eficiente.

Vamos conquistar tudo isso através da participação da sociedade organizada. A terceira via é a formação de uma grande frente cidadã. Participe do nosso movimento, se associe à ACB e acompanhe nossas ações. Chegou a hora de fazermos com que nossos representantes públicos, eleitos pelo voto, escutem os nossos anseios. E educação e saúde de qualidade, certamente, é um dos mais antigos desejos da sociedade brasileira.



Paulo Cavalcanti, coordenador do M-RAE

Publicada às quartas-feiras, a coluna mostra a atuação da Associação Comercial da Bahia na defesa do empresariado baiano

### CURTAS

## Confiança do consumidor sobe 3,7

O Índice de Confiança do Consumidor, medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), teve alta de 3,7 pontos na passagem de abril para maio deste ano. Com essa, que foi sua segunda alta consecutiva, o indicador chegou a 76,2 pontos, em uma escala de zero a 200 pontos. O consumidor elevou sua confiança em relação ao Índice da Situação Atual (4,2 pontos) e chegou a 68,7. Já o Índice de Expectativas subiu 3,2 pontos e atingiu 82,4 pontos.



# Prévia da inflação de maio fica em 0,44%

**PESQUISA** O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), que é uma prévia da inflação oficial do país, ficou em 0,44% em maio, 0,16 ponto percentual abaixo da taxa de abril (0,60%), conforme divulgou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Apesar da desaceleração, foi o maior resultado para um mês de maio desde 2016 (0,86%), pressionado principalmente pela alta na energia elétrica (2,31%).

No ano, o indicador acumula alta de 3,27%. Em 12 meses, atingiu 7,27%, se mantendo acima do teto da meta do governo para a inflação no ano, que é de 5,25%. Em abril, o indicador acumulado em 12 meses estava em 6,17%. Apesar das preocupações com a inflação em 2021, o resultado de maio veio abaixo do esperado. Pesquisa da Reuters com economistas estimava alta de 0,55% para o período.

Oito dos 9 grupos de produtos e serviços pesquisados pelo IBGE apresentaram alta em maio, com destaque para "Saúde e cuidados pessoais" (1,23%), que acelerou em relação a abril (0,44%). Os grupos Habitação (0,79%)

**Em 12 meses, índice dispara para 7,27%, bem acima do teto da meta do governo para a inflação**

e Alimentação e bebidas (0,48%) também tiveram variações superiores às de abril (0,45% e 0,36%, respectivamente).

Entre os itens, a alta da energia elétrica (2,31%) teve o maior impacto individual, respondendo sozinha por 0,10 ponto percentual do IPCA-15. Em maio, passou a vigorar a bandeira tarifária vermelha patamar 1, que acrescenta R\$ 4,169 na conta de luz a cada 100 quilowatts-hora consumidos. Já o gás de botijão (1,45%) subiu pelo 12º mês consecutivo, embora a alta tenha sido menor que a observada no mês de abril (2,49%).

O grupo "Saúde e cuidados pessoais" foi o que registrou o maior impacto sobre o indicador de maio, muito por conta do reajuste de 10,08% nos medicamentos, no início de abril. Segundo o IBGE, houve aumentos expressivos nos remédios antialérgicos e broncodilatadores (5,16%), dermatológicos (4,63%), anti-infecciosos e antibióticos (4,43%) e hormonais (4,22%).

O único grupo com deflação em maio foi "Transporta-

tes" (-0,23%), influenciado pela queda de 28,85% nos preços das passagens aéreas. Já a gasolina teve alta de 0,29%, passando a acumular avanço de 41,55% em 12 meses. No grupo "Alimentação e bebidas", o destaque de alta foi a alimentação no domicílio, que passou de 0,19% em abril para 0,50% em maio. O preço das carnes avançou 1,77%, acumulando aumento de 35,68% nos últimos 12 meses. Já o tomate teve alta de 7,24% no mês, após ter recuado 3,48% em abril. Ao lado das quedas, o destaque foi o recuo nos preços das frutas (-6,45%).

O IPCA-15 ficou em 0,37% na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Foi a segunda desaceleração consecutiva frente ao mês anterior (havia sido de 0,58% em abril), mas ainda ficou bem acima da deflação registrada em maio do ano passado (-0,54%). No acumulado de janeiro a maio de 2021, o IPCA-15 na RMS está em 2,90%, abaixo do índice do Brasil como um todo (3,27%). Já nos 12 meses encerrados em maio, o índice acumula alta de 6,49%.

## Pensão por morte tem novas regras no INSS; saiba o que muda

**PREVIDÊNCIA** O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) publicou uma instrução normativa que altera as regras para pedir a revisão da pensão por morte. Com isso, o órgão estabeleceu novos critérios para pagar as diferenças quando o benefício é revisado. A mudança entrou em vigor no último dia 19 de maio.

Na prática, quem recebe pensão de um aposentado que faleceu e tinha direito à revisão do benefício, por

exemplo, não pode mais receber as diferenças devidas para aumentar a renda da aposentadoria que originou a pensão. A regra vale para herdeiros e dependentes, como viúvos (as), filhos etc.

Agora, apenas é possível ao beneficiário entrar com um processo de revisão para aumentar a renda mensal da própria pensão por morte. Com isso, se o pedido for aceito pelo INSS, a revisão será feita apenas sobre o pe-

ríodo em que a pessoa recebeu a pensão, e não o da aposentadoria da pessoa falecida.

Para João Badari, advogado especialista em Direito Previdenciário e sócio do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados, não se pode restringir o direito de um segurado ou de um beneficiário por meio de uma instrução normativa. E essa mudança pode levar à judicialização dos casos de revisão de pensão por morte.

De acordo com Badari,

uma viúva podia pedir a revisão da pensão por morte com base na aposentadoria do marido que faleceu e que tinha direito à revisão porque o benefício dele estava errado. Segundo ele, o Judiciário já entende que são devidos os direitos do benefício originário da aposentadoria. "Ou seja, são devidos aos seus dependentes e herdeiros não só o aumento da renda como os atrasados a que o beneficiário tinha direito", diz.

## PRESIDENTE DA PREVI, JOSÉ MAURÍCIO COELHO, RENUNCIA

**FUNDO** O presidente Previ, fundo de previdência do Banco do Brasil, José Maurício Pereira Coelho, renunciou ao cargo, segundo informou a própria entidade em seu site. A Previ, contudo, não informou o motivo da renúncia, que terá efeito a partir de 14 de junho. Até o momento nenhum nome foi indicado para substituí-lo no cargo. A nomeação do presidente da Previ será feita pelo novo presidente do Banco do Brasil, Fausto de Andrade Ribeiro.

O movimento acontece três dias após a Previ reduzir sua participação de 9% para 6% na BRF em leilão na B3, onde o comprador foi a Marfrig. A Previ informou ao mercado no último sábado que levantou R\$ 651 milhões com a venda.

"Nos quase três anos à frente Entidade, José Maurício conduziu a Previ com segurança por cenários desafiadores, com resultados positivos durante toda a sua gestão", diz a entidade ao comunicar sua renúncia. A Previ lembra que no final de 2018, seis meses após a sua chegada, o déficit do ano anterior do fundo foi revertido. "Os anos seguintes foram de superávits para o principal plano da Previ, o Plano 1, que atualmente tem mais de R\$ 230 bilhões em ativos. Em 2020, mesmo diante da maior crise dos últimos 100 anos, o resultado acumulado do plano foi positivo em R\$ 13,9 bilhões", completa a entidade.

**O anúncio foi feito pela própria entidade em seu site e até o momento não há nenhum nome indicado para substituí-lo**

## PRESIDENTE DO BC DEFENDE ALTA RÁPIDA DOS JUROS

**COPOM** O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou ontem que uma alta mais rápida na taxa básica de juros (Selic) deve surtir um efeito maior sobre a inflação, permitindo um ciclo mais curto de aumento.

Na reunião do Copom (Comitê de Política Monetária do Banco Central) de março, a autoridade monetária surpreendeu o mercado e subiu a Selic em 0,75 ponto percentual. Em maio, fez um ajuste semelhante.

"Decidimos fazer um ajuste um pouco maior do que o mercado estava esperando, entendendo que se a gente faz mais, mais rápido, a gente precisa fazer um ciclo total menor, então aumenta a eficiência", afirmou Campos Neto na 22ª edição da CEO Conference Brasil, do banco BTG Pactual, realizada na manhã de ontem.

Segundo Roberto Campos Neto, caso o cenário em relação à inflação mude, a autoridade pode ir em direção ao juro neutro — taxa que estimula o crescimento da economia sem resultar em aumento da inflação, que hoje seria em torno de 6,5% ao ano.

"É importante esclarecer que a nossa meta de inflação vai ser cumprida, essa é a missão do BC. Por isso fizemos mais que o mercado entendia anteriormente e vamos seguir nesse caminho", garantiu.

As informações são da Folha de São Paulo.

**Se a gente faz mais, mais rápido, a gente precisa fazer um ciclo total menor, então aumenta a eficiência** Roberto Campos Neto

presidente do BC

## INDICADORES

### CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5.3366	R\$ 5.3371
Dólar Turismo	R\$ 5.3330	R\$ 5.5070
Euro turismo	R\$ 6.4670	R\$ 6.7500

### BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Bovespa	122.987,71	-0,84%

### POUPANÇA

26/05/2021	0,1559%
------------	---------

### SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.100,00
--------------

### INFLAÇÃO

	Março	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,93%	2,05%	6,10%
INPC/IBGE	0,86%	1,96%	4,57%
IGP-M/FGV	2,94%	8,26%	31,10%

**Alguns argumentam que a mudança para algo mais sustentável representa a melhor e maior oportunidade de investimento dessa geração e, talvez, da história. Isso vale para os governos e para as empresas** Al Gore

ambientalista e ex-vice-presidente dos Estados Unidos, na 4ª edição do Cidadão Global 2021, promovida de forma virtual pelo jornal "Valor Econômico" e pelo banco Santander.

## INTENÇÃO DE CONSUMO RECUA PELO SEGUNDO MÊS

**EM SALVADOR** O índice de Intenção de Consumo das Famílias (ICF), elaborado mensalmente pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, seção Bahia (Fecomércio-BA), registra a segunda queda consecutiva. Em maio, o indicador caiu 6,1% em relação a abril, quando o indicador já havia recuado 6,6%. Na comparação com o mesmo mês do ano passado (maio, auge da primeira onda da pandemia), a queda é ainda maior, de 10,2%.

Todos os sete itens analisados pelo ICF recuaram no mês. O destaque negativo é do item Perspectiva de Consumo, que passou de 81,6 pontos em abril para os 72,3 pontos em maio, queda de 11,4%. Seis a cada dez soteropolitanos disseram que irão gastar menos nos próximos três meses.

Segundo análise da própria Fecomércio-BA, a retração no consumo das famílias está associado diretamente à maior insegurança no mercado de trabalho e ao aumento da inflação que diminui o poder de compra.

## Satélite



## Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

jairo.junior@redabahia.com.br

@satelite

**Esses dois dias na Chapada foram importantes demais. Vimos e ouvimos de perto os problemas, os desafios, e renovamos a crença de que é possível trabalhar para a Bahia alcançar muito mais ACM Neto**

Ex-prefeito de Salvador e presidente do DEM, ao avaliar o resultado da primeira etapa do movimento pelo interior do estado

## 'Faroste Turismo'

Documentos obtidos pela Polícia Federal (PF) revelam que o falso cônsul Adailton Maturino, apontado como líder do esquema desarticulado pela Faroeste, bancava viagens para acusados de ligação com a venda de sentenças no Tribunal de Justiça da Bahia (TJ). Entre eles, o desembargador afastado José Olegário Monção Caldas e Antônio Roque do Nascimento Neves, considerado braço direito e operador de propinas do ex-presidente do TJ Gesivaldo Britto, também investigado na operação. Em relatório apresentado no último dia 30, a PF anexou uma planilha fornecida pelo dono de uma empresa de turismo usada por Maturino para custear viagens feitas por alvos da Faroeste, na qual Caldas e Neves aparecem na lista de beneficiários.

## SEM PASSAGEM DE VOLTA

A descoberta consta na decisão em que o relator da Faroeste no STJ, ministro Og Fernandes, mantém a prisão de Maturino, da desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago, do juiz Sérgio Humberto de Quadros Sampaio e de outros três réus da operação, publicada ontem.

## Saco cheio

Ao justificar a manutenção da prisão preventiva dos seis acusados de integrar o esquema no TJ, Og Fernandes destacou o excesso de pedidos de habeas corpus para os réus da Faroeste apresentados ao Supremo. "As defesas dos acusados têm recorrido ao STF pleiteando o relaxamento das prisões, porém, até o presente momento, sem sucesso. A título de exemplo, apenas nos últimos dois meses, este relator foi instado pelo ministro Edson Fachin (do Supremo) a prestar informações em seis habeas corpus impetrados no STF", destacou Fernandes, em referência à estratégia jurídica adotada pelos investigados.

## Boleto de bilhões

O estado da Bahia venceu o round decisivo no duelo judicial travado há 18 anos contra a União por uma dívida de R\$ 8,2 bilhões. Desde 2002, o governo estadual cobrava no Supremo a diferença nos valores da contrapartida federal repassada ao antigo Fundef, substituído em 2007 pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Ontem, após sucessivos recursos rejeitados e decisão definitiva no Plenário da Corte, o ministro Edson Fachin determinou a expedição de precatório em desfavor da União no montante total do débito.

## Nós não, violão!

Deputados federais e estaduais do PP na Bahia se tornaram os maiores focos de resistência a um possível retorno do presidente Jair Bolsonaro ao partido. Caso se efetivem as costuras da cúpula nacional da sigla para atraí-lo, a imensa maioria dos pepistas baianos na Câmara e na Assembleia já sinalizou saída em massa para outra legenda. Alegam que ter o presidente ao lado na sucessão de 2022 seria fatal para eles, por conta da alta rejeição a Bolsonaro entre os eleitores do estado.

## Tecla pause

Aliados do secretário estadual da Saúde, Fábio Vilas-Boas, tentam convencê-lo a refletir bastante em suas próximas postagens no Twitter e declarações à imprensa. O conselho tem a ver com a série de polêmicas geradas por Vilas-Boas nas recentes incursões públicas.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO**  
**ERRATA DE PUBLICAÇÃO AVISO LICITAÇÃO** Com objetivo de corrigir a redação dos Avisos de Licitação Referente aos Pregões Eletrônicos 005/2021 e 010/2021, publicados dia 24/05/2021, prevenindo a data de abertura das propostas para o dia 03 de Junho de 2021. Sendo o mesmo feriado nacional de Corpus Christi, a licitação ocorrerá o primeiro dia útil após o feriado, ou seja dia 04 de Junho de 2021. As demais informações serão mantidas, como hora, edital e anexos. Prefeitura Municipal de Prado, 25 de Maio de 2021 – Gilvan da Silva Santos – Prefeito Municipal.

**COMUNICADO**  
Senhora TATIANA AUGUSTA DE CASTRO, sócia da Serv Fort Segurança. Entrar em contato com Dr. Tio Cavalcanti Tel.: 98688-7755, referente processo de seu interesse, sob pena de revelia.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM**  
**AVISO CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2021 - PA Nº 05/75/2021** Sessão - dia 15 de junho de 2021, às 09h00min. Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para comprar o cardápio da Merenda dos Alunos da Rede Municipal de Ensino da cidade de Senhor do Bonfim -BA. Informações com a Comissão Permanente de Licitações, das 8:00 às 12:00, pelo e-mail: cople.pmsb@hotmail.com, ou pelo tel. (74) 3541- 8726. Alfredo Reis Mulungü – Presidente da COPEL. Publique-se.

A Empresa **PDG Construtora Ltda.**, inscrita no CNP/MFJ sob nº 08.792.169/0001-33, convoca o Sr. ADIVINO MARTINS DE SOUZA, inscrito no CPF/MF sob nº 161.774.285-68, a entrar em contato com a referida empresa, através dos contatos: 1) Eliandro da Macena (11) 9 9317-8339; 2) Rogério Rasquinho (11) 9 9384-7660. Caso não haja nenhum contato no prazo de 7 (sete) dias úteis, contados da presente publicação, tomaremos as medidas cabíveis.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SENTO SÉ**  
**AVISO DE LICITAÇÃO** A CPL toma público aos interessados que se realizará licitação na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2021. Processo Administrativo nº 083/2021. Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de engenharia para a construção da Creche, Pró-infância - Espaço Educativo Infantil tipo "B" (ID 25876 - Sede), padrão FNDE - (Saldo Remanescentes da Obra), localizada na Sede, conforme convênio nº 2523/2012, neste município de Sento Sé - Bahia. Sessão de Abertura: às 10:00 horas do dia 26/05/2021 e será realizada na sala de reuniões da COPEL na Prefeitura Municipal de Sento Sé - Bahia, local Praça Dr. Juvenício. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitações em horário de expediente das 07h00min às 13h00min. Os interessados poderão obter o Edital através do Site: www.sentose.ba.gov.br ou pelo e-mail: licitacoesmsesba@gmail.com. Sento Sé - BA, 24 de Maio de 2021. Paulo Roberto Batista do Nascimento - Presidente da CPL.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS**  
**ERRATA DE PUBLICAÇÃO DE AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2021CPL**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 063/2021CPL**  
A Prefeitura Municipal de Sebastião Laranjeiras - BA, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que, referente à publicação veiculada no Diário Oficial do Município - edição Nº 1435 de 14 DE MAIO DE 2021; Diário Oficial do Estado da Bahia - Edição Nº 23.165 de 15 DE MAIO DE 2021; Diário Oficial da União - nº 91 - Seção 03 de 17 DE MAIO DE 2021 e Jornal de Grande Circulação - Correio - Página 30, de 15 E 16 DE MAIO DE 2021, ONDE SE LÊ: "Abertura: às 09:00 do dia 03 de junho de 2021"; LEIA-SE: "Abertura: às 09:00 do dia 04 de junho de 2021". Taguara do Nascimento Vieira Santos - Presidente da CPL. Sebastião Laranjeiras, 25 de maio de 2021.

**AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 088/2021 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SESAB.**  
A Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - SESAB, com fundamento na Lei Estadual 9.433/2005, visando o conhecimento das empresas interessadas, torna público que receberá propostas objetivando a regular composição do preço estimado da futura licitação que tem como objeto a **AQUISIÇÃO DE GERADOPRES**. Os interessados deverão apresentar as propostas de preços, entre os dias 26/05/2021 a 28/05/2021, das 08h30min às 18h00min, no prédio da SESAB, na 4ª avenida, nº 400, plataforma VI, térreo, lado "A", Salvador - Ba, CEP: 41.750-300, Coordenação de Compras/CEAC ou através do e-mail: [sesab.ccp@propostas@saude.ba.gov.br](mailto:sesab.ccp@propostas@saude.ba.gov.br). O termo de referência poderá ser consultado através da página inicial do site <https://www.comprasnet.ba.gov.br>, ou por meio de solicitação via e-mail: [sesab.ccp@propostas@saude.ba.gov.br](mailto:sesab.ccp@propostas@saude.ba.gov.br). Maiores esclarecimentos através dos telefones: (71) 3115-9678/4303. Salvador-Bahia, 25 de maio de 2021. Fábio Vilas-Boas Pinto - Secretário da Saúde do Estado da Bahia.

## PROCESSO CONTRA CAPITÃO ALDEN JÁ TEM RELATOR

**CASSAÇÃO** O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Bahia (Alba) iniciou ontem a análise do processo disciplinar contra o deputado Capitão Alden (PSL), instaurado após representação da bancada de oposição.

O presidente do Conselho, deputado Marquinho Viana (PSB), designou o deputado Luciano Simões Filho (DEM) como relator do processo. Além de Viana e do vice, Sandro Régis (DEM), são membros titulares do Conselho de Ética os seguintes deputados: Luciano Simões Filho, Aderbal Caldas (PP), Euclides Fernandes (PDT), Bobô (PC do B), Fabiula Mansur (PSB) e Zé Raimundo (PT).

O processo ético-disciplinar contra o deputado Capitão Alden (PSL) foi aberto após ele acusar em vídeo os parlamentares de oposição de receberem R\$ 1,6 milhão da Prefeitura de Salvador.

Após 15 dias de diligências, o colegiado decide se arquivava o processo ou encaminhava uma punição ao deputado, que pode ser uma suspensão temporária do mandato por 30 dias ou perda da cadeira. Neste último caso, a decisão precisa passar por plenário e é necessária aprovação por 2/3 da Alba, o que corresponde a 42 deputados.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ -BA**  
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2021.** O PREGOEIRO torna público aos interessados que realizará a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 006/2021. Processo Administrativo: 140/2021. Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL. Objeto: contratação de empresa para aquisição de material pedagógico complementar de incentivo à leitura e inclusão para atender a Secretaria de Educação de Santaluz - BA. Sessão de abertura: às 09:30 horas do dia 09/06/2021, no Portal Bolsa de Licitações do Brasil - BLL [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br). Maiores informações através do tel. 75 3265-2843 das 08:00h às 12:00h. Os interessados poderão obter o Edital no site do Município ou na Prefeitura Municipal de Santaluz-BA, na sala da Comissão Permanente de Licitação, das 08:00h às 12:00h.  
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021.** O PREGOEIRO torna público aos interessados que realizará a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 007/2021. Processo Administrativo: 142/2021. Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto: Contratação de empresa para aquisição de leite e suplemento nutricional visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santaluz-BA. Sessão de abertura: às 14:00 horas do dia 09/06/2021, no Portal Bolsa de Licitações do Brasil - BLL [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br). Maiores informações através do tel. 75 3265-2843 das 08:00h às 12:00h. Os interessados poderão obter o Edital no site do Município ou na Prefeitura Municipal de Santaluz-BA, na sala da Comissão Permanente de Licitação, das 08:00h às 12:00h. Santaluz-BA, 25 de maio de 2021. Ozéias de Araújo Sacramento, Pregoeiro.

**SECRETARIA DA SAÚDE**  
**AVISO DE REMARCAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 354/2021 ID: 872656 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - DIRETORIA DE LICITAÇÕES.**  
A PREGOEIRA DA SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA comunica aos interessados em participar da licitação acima referenciada, cujo objeto: **Conservação e limpeza por posto de serviço**. Família: 03.16, com sessão de abertura designada para o dia 28/05/2021 às 10h00min, que fica remarcada para o dia 09/06/2021 às 10:00h. Outras informações e/ou o Edital e seus anexos podem ser obtidos através do (s) endereço (s) eletrônico (s) [www.comprasnet.ba.gov.br](http://www.comprasnet.ba.gov.br) e [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br). Os interessados podem entrar em contato pelo telefone: (71) 3115-4307 / 3115-4157, e-mail: [lorena.ribeiro@saude.ba.gov.br](mailto:lorena.ribeiro@saude.ba.gov.br) ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08h30min às 17h30min no endereço: 4ª Avenida nº 400 - Plataforma VI - Lado "A" Térreo, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - Bahia, BA, 25/05/2021. **Lorena Nunes Ribeiro - Pregoeira Oficial.**

**SECRETARIA DA SAÚDE**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM SAÚDE - SAFTEC. AVISO DE DISPENSA EMERGENCIAL.**  
A Coordenação de Compras da SAFTEC torna público que está aberto até dia 04/06/2021 o prazo para entrega de propostas, na 4ª Avenida nº 400, 2º andar, Prédio Anexo, CAB - Salvador-BA, CEP 41.145.005, bem como pelo endereço eletrônico: [saftec.compras@saude.ba.gov.br](mailto:saftec.compras@saude.ba.gov.br), para as aquisições dos medicamentos listados abaixo, para atender Determinação Judicial.  
**Dispensa Nº 128/2021 - VENETOCLAX, 100 MG, COMPRIMIDO - 1.440 UNIDADES.**  
**Dispensa Nº 130/2021-ROMPILOSTIM 250 MCG P/ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL -120 UNIDADES.**  
**Dispensa Nº 131/2021-TRAMETINIBE, DIMETILSULFOXIDO, 2MG, COMPRIMIDO - 180 UNIDADES.**  
**Dispensa Nº 132/2021 - RISPERIDONA, 37,5 MG, FRASCO AMPOLA - 36 UNIDADES.**  
Conforme previsão do art. 59, inciso IV da Lei Estadual nº 9.433/2005. Os interessados poderão obter informações no endereço citado acima, de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 18h, ou através do telefone: (71) 3115-8375. Salvador, 25 de Maio de 2021. **Mª Fernanda Yanase Diretora Administrativa DA(SAFTEC)SESAB**

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 26/05/2021	Página: 02

# Tribuna

## Metas fiscais

O vereador Joceval Rodrigues (Cidadania) comandou na manhã de ontem a audiência pública da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização da Câmara para apresentação do Relatório de Gestão Fiscal do Município relativo ao 1º Quadrimestre de 2021. O encontro teve o objetivo de avaliar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da Prefeitura, além do contexto financeiro da pandemia. O relatório foi apresentado pela secretária municipal da Fazenda (Sefaz), Giovanna Victor.



## PROPOSTA DO EXECUTIVO

### Prefeitura de Salvador estima receita de R\$ 8,3 bi para 2022



Em mensagem à Câmara, Bruno Reis afirmou que impacto da pandemia será desafio no próximo ano

HENRIQUE BRINCO  
REPORTER

O prefeito de Salvador, Bruno Reis (DEM), enviou à Câmara Municipal de Salvador, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2022, com previsão de R\$ 8,3 bilhões de receita. A matéria deverá ser apreciada nas próximas semanas. Na Mensagem do Executivo, o gestor destaca o desafio na elaboração do documento, especialmente em relação à avaliação da receita e da despesa devido ao ambiente causado pela pandemia do coronavírus.

"Concomitante ao enfrentamento dessa situação de excepcionalidade, com a adoção de medidas de socorro emergencial e com a intensificação de cobertura vacinal da população, o poder

público vem buscando alternativas para o restabelecimento da normalidade social e econômica, com a retomada gradativa das atividades, sempre com o foco principal na preservação de vidas", afirma.

Em nota, a Prefeitura informa que "apostou no aquecimento da economia nesse segundo semestre e no cenário projetado pelo governo federal no PLDO da União, encaminhado ao Congresso no mês passado". "Neste contexto, sem desconsiderar os efeitos recessivos instalados pela crise sanitária, trabalhou-se com uma estimativa de receitas, observadas as respectivas peculiaridades, pautada nas projeções oficiais de crescimento econômico (PIB) e inflação (IPCA) do Bacen (Banco Central) para o período 2022-2024, assim como no comporta-

mento do desempenho histórico", diz outro trecho da mensagem.

Ainda na mensagem, o prefeito alerta que, apesar da opção por uma postura mais otimista para a previsão de receitas e despesas, a incerteza do cenário atual requer um monitoramento permanente dos efeitos da crise sanitária na economia, em relação aos indicadores futuros e aos rebatimentos efetivos nas finanças municipais.

"Estas mudanças podem determinar um realinhamento das projeções de receitas e de alocação das despesas, não só para elaboração do Orçamento de 2022, como também para o Plano Plurianual, peça obrigatória de entrega neste exercício, e que se prevalece das estimativas de receitas orçamentárias para composição do Programa de Trabalho do

quadriênio 2022-2025."

O texto deverá tramitar nas comissões antes de chegar ao Plenário. Ainda não há prazo de apreciação entre os vereadores.

#### DESAFETAÇÃO

A Câmara de Salvador também deve apreciar nas próximas sessões o projeto encaminhado pelo Executivo que visa desafetar 22 terrenos pertencentes à Prefeitura. De acordo com a Mensagem encaminhada pelo prefeito Bruno Reis (DEM), a ação "permitirá o desenvolvimento do potencial urbanístico e econômico de lotes hoje subutilizados". A desafetação inclui algumas áreas verdes em Ondina, Barra, Piatã e no Itaipara. A oposição, por sua vez, afirma que ainda não decidiu como se posicionar e está travando a discussão da matéria.

# Tribuna

## CCJ da Câmara dos Deputados aprova reforma administrativa

AGÊNCIA BRASIL

**A**pós dois dias de debates, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou ontem a admissibilidade da proposta de Emendas à Constituição (PEC) 32/20, que trata da reforma administrativa. Foram 39 favoráveis e 26 contrários à admissibilidade do texto.

Pelo Regimento Interno da Câmara, cabe à CCJ avaliar a constitucionalidade das propostas, não emitindo parecer sobre o mérito. Com a aprovação, a reforma será analisada agora por uma comissão especial e depois, em dois turnos, pelo plenário da Casa. Agora, a comissão tem o prazo de 40 sessões do plenário para votar a proposta. O prazo para emendas se esgota nas dez primeiras sessões. Mais cedo, os deputados já haviam rejeitado por 39 votos a 20 um pedido para a retirada



Proposta agora será analisada por uma comissão especial e depois, em dois turnos, pelo plenário

de pauta do texto.

A PEC, encaminhada ao Congresso em setembro do ano passado pelo Governo Federal, altera dispositivos da Constituição referentes a servidores, empregados públicos e também modifica a organização administrativa do Estado.

### PARECER

Na segunda-feira, o relator da PEC, Darci e Matos (PSD-SC) apresentou novo parecer sobre a admissibilidade da proposta, suprimindo novos itens da proposta encaminhada ao parlamento pelo Executivo.

O relator retirou do texto

os novos princípios da administração pública previstos pelo governo: imparcialidade, transparência, inovação, responsabilidade, unidade, coordenação, boa governança pública e subsidiariedade.

Segundo Darci de Matos, "a inclusão de novos princípios no texto constitucional, embora seja boa a intenção, pode gerar interpretações múltiplas e completamente divergentes, o que consequentemente gerará provocações ao Supremo Tribunal Federal para dispor sobre sua efetiva aplicabilidade em situações, por exemplo, de improbidade administrativa".

No parecer anterior, o deputado já havia suprimido outros dois pontos da proposta: o que permite ao presidente da República extinguir, transformar e fundir entidades da administração pública autárquica e fundacional, via decreto; e o trecho que impedia a realização de qualquer outra atividade remunerada pelos servidores ocupantes de cargos típicos de Estado.



# Tribuna

## Décimo terceiro do INSS começou a ser depositado. Portanto, se ligue

WELLTON MÁXIMO - REPÓRTER  
DA AGÊNCIA BRASIL -  
BRASÍLIA

Antecipada para maio por causa da pandemia de covid-19, a primeira parcela do 13º do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) começou a ser depositado. Os depósitos ocorrerão até 8 de junho.

A segunda parcela do 13º será paga entre 24 de junho e 5 de julho. As datas são distribuídas conforme o dígito final do benefício, começando pelos segurados de final 1 e terminando nos de final 0.

Essas datas valem para quem recebe aposentadorias, auxílios e pensões de até um salário mínimo. Para quem ganha acima do mínimo, o calendário é um pouco diferente. A primeira parcela será paga de 1º a 8 de junho; e a segunda, de 1º a 7 de julho. Começam a receber os segurados de final 1 e 6, pas-

sando para 2 e 7 no dia seguinte e terminando nos finais 9 e 0.

As datas estão sendo informadas no site e no aplicativo Meu INSS. A primeira parcela do 13º é isenta de Imposto de Renda e equivale à metade do benefício mensal bruto pago pelo INSS. O imposto só é cobrado na segunda parcela.

A tributação varia conforme a idade. O segurado de até 64 anos paga Imposto de Renda caso receba acima de R\$ 1.903,98. De 65 anos em diante, a tributação só é cobrada se o benefício for superior a R\$ 3.807,96.

O decreto com a antecipação do décimo terceiro para aposentados e pensionistas foi publicado em 4 de maio. Segundo o Ministério da Economia, a medida deve injetar cerca R\$ 52,7 bilhões na economia do país e não terá impacto orçamentário, por tratar-se apenas de mudança de data de pagamento.



Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidade
Data: 26/05/2021	Página: 06

# Tribuna

## Componentes do trem do Subúrbio Ferroviário serão leiloados pelo Estado

A Secretaria da Administração do Estado (Saeb) vai leiloar, no dia 4 de junho, 19 lotes contendo componentes do trem do Subúrbio Ferroviário, avaliados em R\$ 4,3 milhões. Serão levados a leilão itens como vagões, painéis de controle, motores de tração, prancha ferroviária, materiais diversos de cobre, dentre outros equipamentos. Os 177 lotes do Edital Saeb 002/2021 estão disponíveis, desde a última segunda-feira (24), para visita dos interessados, mediante agen-

damento prévio. Verifique os locais e horários para visita no edital, acessando o site [www.comprasnet.ba.gov.br](http://www.comprasnet.ba.gov.br).

Avaliado em um montante total de R\$ 5,3 milhões, o certame também vai leiloar outros bens públicos como veículos, móveis, material de informática, itens eletrônicos. O leiloeiro oficial Oscar de Menezes Palmeira foi designado para comandar o certame. A sessão pública será realizada exclusivamente de forma eletrônica, pelo sítio na Internet [www.oscarleiloes.com.br](http://www.oscarleiloes.com.br).

a partir das 9h30. Os interessados em participar podem fazer suas inscrições pelo mesmo site, no prazo de até 48 horas antes do início do certame.

Os lances do leilão podem ser iniciados até 10 dias antes da sessão pública, oferecidos pelo site do leiloeiro oficial, sem prejuízo das ofertas posteriores, feitas no dia e horário marcados para o início do certame. Os licitantes vencedores serão aqueles que oferecerem maior lance ou oferta.

## Governo da Bahia vai leiloar componentes do trem do Subúrbio Ferroviário



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O **governo da Bahia**, através da secretaria da Administração (Saeb) vai leiloar, no dia 4 de junho, 19 lotes com componentes do trem do Subúrbio Ferroviário. O material é avaliado em R\$ 4,3 milhões.

Entre os itens levados a leilão, estão vagões, painéis de controle, motores de tração, prancha ferroviária, materiais diversos de cobre, dentre outros equipamentos. Os 177 lotes do Edital Saeb 002/2021 estão disponíveis para visita dos interessados mediante agendamento prévio. Verifique os locais e horários para visita no edital, acessando o site.

O certame também vai leiloar outros **bens públicos** como veículos, móveis, material de informática e itens eletrônicos. A sessão pública será realizada exclusivamente de forma eletrônica, pelo site na internet, a partir das 9h30. Os interessados em

participar podem fazer suas inscrições pelo mesmo site, no prazo de até 48 horas antes do início do certame.

O lote mais barato é composto por materiais de escritório e tem lance mínimo de R\$ 400,00. Já o lote com maior valor foi avaliado em R\$ 850 mil, formado por itens ferroviários como motores de tração, geradores e outros. O certame vai levar a leilão 11 vagões pertencentes ao **trem do subúrbio**, além de diversos componentes de cobre como bobinas, cabos e fios.

O pagamento dos bens arrematados deverá ser feito à vista, por transferência ou depósito bancário, conforme orientações do leiloeiro que serão enviadas ao arrematante através do e-mail informado no cadastro, no prazo de 24 horas. O licitante vencedor pagará ainda ao leiloeiro a comissão de 5% sobre o valor da arrematação. O não pagamento do valor integral do bem arrematado implicará no cancelamento da arrematação. Os bens deste Leilão são isentos de **ICMS**, de acordo com a Instrução Normativa número 021, da Secretaria da Fazenda.

**Assuntos e Palavras-Chave:** SAEB - Secretaria da Administração - Bens Públicos | SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo da Bahia | SEDUR - Secretaria de Desenvolvimento Urbano - Trem do Subúrbio | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - ICMS

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 26/05/2021	Caderno: Notícias



Quarta, 26 de Maio de 2021 - 00:00

## ***STF pode liberar precatório de R\$ 8,2 bilhões para Bahia de verbas do Fundef***

por Cláudia Cardozo

Por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), o Estado da Bahia vai receber um precatório de R\$ 8,2 bilhões. O ministro Edson Fachin atendeu ao pedido do Estado para condenar a União a pagar a diferença a título de complementação federal para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef).

O Estado pediu a imediata expedição do precatório após trânsito em julgado do acórdão. A União pediu que fossem avaliadas as consequências práticas da imediata expedição do precatório, pois poderia comprometer a capacidade operacional das unidades administrativas federais e o aumento do risco de desobediência às normas constitucionais e legais voltadas à gestão fiscal responsável.

Segundo o ministro, apesar das ponderações da União quanto ao impacto financeiro, não há nos autos situação que justifique a postergação do cumprimento do acórdão condenatório, tampouco a imposição do parcelamento do pagamento.

O precatório surgiu com uma ação iniciada em outubro de 2002, que só foi julgada pelo Tribunal Pleno em setembro de 2017. "Ou seja, desde a sua interposição até o julgamento decorreram quase 15 anos. Após pouco mais de 2 anos, em 18.12.2019, foram rejeitados os embargos declaratórios pendentes e em 03.11.2020 certificou-se o trânsito em julgado desta ação", explica o ministro. A execução foi iniciada em novembro de 2020, mas em abril deste ano, a União impugnou o pagamento.

O ministro salienta que, durante os quase 20 anos que a ação tramitou, a União teve "tempo suficiente para programar-se junto aos seus órgãos de controle orçamentário e fiscal, de modo a afastar qualquer justificativa quanto à imprevisibilidade da quantia a ser disponibilizada para a parte exequente". Fachin salienta que é inviável a aplicação do parcelamento no caso, pois não atende aos requisitos necessários previstos na Constituição Federal. Fachin determinou o encaminhamento dos autos para a Presidência do STF para expedição do precatório, com valor atualizado a partir de novembro de 2020.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 25/05/2021	Caderno: Notícias



Terça, 25 de Maio de 2021 - 20:40

## ***Prévia da inflação de maio fica em 0,44%, aponta IBGE***

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), conhecido como prévia da inflação, apresentou em maio alta de 0,44%. O índice ficou abaixo da taxa de abril (0,60%) e acumula alta de 3,27% no ano. Nos últimos 12 meses, a variação está em 7,27%, acima dos 6,17% registrados nos 12 meses anteriores.

Os dados foram divulgados nesta terça-feira (25), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É o maior resultado para um mês de maio desde 2016, quando o índice foi de 0,86%. Em maio de 2020, ficou em -0,59%, de acordo com a Agência Brasil.

O maior impacto na prévia da inflação foi o grupo saúde e cuidados pessoais, que subiu 1,23%, após aumento de 0,44% em abril. O grupo foi influenciado pelo reajuste de 10,08% nos medicamentos.

Individualmente, o maior impacto veio da alta na energia elétrica, que subiu 2,31%, dentro do grupo habitação, que teve aumento de 0,79%. O IBGE destacou que, em maio, passou a vigorar a bandeira tarifária vermelha patamar 1, depois de quatro meses na amarela, que acrescenta R\$ 4,169 na conta de luz a cada 100 quilowatts-hora consumidos. Também contribuíram para a alta os reajustes nas contas de luz de Fortaleza (8,27%), Salvador (5,83%) e Recife (5,40%).

O aumento de 1,45% no gás de botijão também foi destacado pelo IBGE, registrando o 12º mês consecutivo de reajuste, embora menor que em abril (2,49%).

A alimentação no domicílio passou de aumento de 0,19% em abril para 0,50% em maio, contribuindo para a aceleração de 0,48% no grupo alimentação e bebidas. As carnes subiram 1,77% e acumulam alta de 35,68% em 12 meses, enquanto o tomate subiu 7,24%, após cair 3,48% em abril. O preço das frutas recuou 6,45% em maio.

## Governo avalia renegociar dívidas tributárias de empresas afetadas pela pandemia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O secretário de Produtividade, **Emprego e Competitividade**, Carlos da Costa, afirmou nesta segunda-feira (24) que o governo prepara a reabertura do Pert (Programa Especial de Regularização Tributária) para refinaranciar as dívidas tributárias dos setores afetados pela pandemia.

Em audiência no Senado Federal sobre o Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos), Costa informou que as negociações estão "muito avançadas" para que isso ocorra "o mais breve possível".

"Estamos trabalhando também com um Pert, um programa de reestruturação tributária que afetará principalmente as empresas que perderam muito faturamento. Então, aquelas que perderam, por exemplo, 80% do faturamento, serão muito beneficiadas

por um programa de renegociação tributária, o que é importante para elas respirarem", disse.

Segundo o secretário, a medida não irá atender apenas empresas da área de turismo e eventos.

"O critério será aquela que perdeu mais de 80%, mais de 60%, mais de 40%, mais de 20% [do faturamento], para que a gente seja justo".

A proposta seria uma solução para os vetos do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) aos trechos da lei que zerava por 60 meses as alíquotas de diversos tributos para o setor.

De acordo com da Costa, a Receita Federal calculou que essa isenção causaria um impacto de R\$ 8 bilhões nas contas públicas, o que tornaria necessária uma compensação.

"É melhor a gente limpar o passado de todo mundo, principalmente daqueles que têm mais dificuldade, do que dar uma isenção tributária que pode chegar a R\$ 8 bilhões e que teria que ter uma compensação pela **Lei de Responsabilidade Fiscal**. Imagina ter que aumentar impostos do próprio setor de eletroeletrônicos, da construção, da indústria química, da indústria têxtil por conta desses R\$ 8 bilhões", argumentou.



Representantes do segmento, no entanto, pedem a derrubada dos vetos e a manutenção dos benefícios. Eles argumentam que a isenção é fundamental para manter o funcionamento das empresas.

"Juridicamente, basta o governo validar os cálculos de estimativa de impacto para demonstrar que eles estão, como estão, adequados a todos os limites fiscais em vigor", disse Fábio Monteiro Lima, consultor jurídico da Associação Brasileira de Resorts.

"É um setor com alta capacidade de retorno, tanto em impostos locais quanto em impostos no restante da economia, pela sua capacidade multiplicadora, de modo que podemos concluir que, juridicamente, é perfeitamente lícito ao governo federal apresentar medidas para validar essa redução tributária pelos próximos anos, para os setores de eventos".

**Assuntos e Palavras-Chave:** SEPLAN - Secretaria do Planejamento - Emprego | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Lei de Responsabilidade Fiscal



Veículo: Gov Bahia	
Data: 25/05/2021	
<b>Cita a Sefaz-Ba</b>	



## Governo do Estado vai leiloar componentes do trem do Subúrbio Ferroviário

25 maio 2021



A Secretaria da Administração (Saeb) vai leiloar, no dia 4 de junho, 19 lotes contendo componentes do trem do Subúrbio Ferroviário, avaliados em R\$ 4,3 milhões. Serão levados a leilão itens como vagões, painéis de controle, motores de tração, prancha ferroviária, materiais diversos de cobre, dentre outros equipamentos. Os 177 lotes do Edital Saeb 002/2021 estão disponíveis para visitação dos interessados a partir dessa segunda-feira (24), mediante agendamento prévio. Verifique os locais e horários para visita no edital, acessando site [www.comprasnet.ba.gov.br](http://www.comprasnet.ba.gov.br).

Avaliado em um montante total de R\$ 5,3 milhões, o certame também vai leiloar outros bens públicos como veículos, móveis, material de informática, itens eletrônicos. O leiloeiro oficial Oscar de Menezes Palmeira foi designado para comandar o certame. A sessão pública será realizada exclusivamente de forma eletrônica, pelo sítio na Internet [www.oscarleiloes.com.br](http://www.oscarleiloes.com.br), a partir das 9h30. Os interessados em participar podem fazer suas inscrições pelo mesmo site, no prazo de até 48 horas antes do início do certame.

Os lances do leilão podem ser iniciados até 10 dias antes da sessão pública, oferecidos pelo site do leiloeiro oficial, sem prejuízo das ofertas posteriores, feitas no dia e horário marcados para o início do certame. Os licitantes vencedores serão aqueles que oferecerem maior lance ou oferta.

O lote mais barato do certame é composto por materiais de escritório e tem lance mínimo de R\$ 400,00. Já o lote com maior valor foi avaliado em R\$ 850 mil, formado por itens ferroviários como motores de tração, geradores e outros. O certame vai levar a leilão 11 vagões pertencentes ao trem do subúrbio, além de diversos componentes de cobre como bobinas, cabos e fios. O leilão também vai apregoar 105 lotes com veículos diversos como automóveis, utilitários, caminhões e motocicletas.

As fotos e descrições dos bens a serem leiloados também estão disponíveis no portal do leiloeiro oficial ([www.oscarleiloes.com.br](http://www.oscarleiloes.com.br)). No entanto, para avaliar os lotes, os interessados poderão visitá-los, mediante agendamento prévio, realizado pelo endereço eletrônico [comissao.leilao@saeb.ba.gov.br](mailto:comissao.leilao@saeb.ba.gov.br) ou pelo telefone (71) 3115-3191.

O pagamento dos bens arrematados deverá ser feito à vista, por transferência ou depósito bancário, conforme orientações do leiloeiro que serão enviadas ao arrematante através do e-mail informado no cadastro, no prazo de 24 horas. O licitante vencedor pagará ainda ao leiloeiro a comissão de 5% sobre o valor da arrematação. O não pagamento do valor integral do bem arrematado implicará no cancelamento da arrematação. **Os bens deste Leilão são isentos de ICMS, de acordo com a Instrução Normativa número 021, da Secretaria da Fazenda.**

Além da prevenção contra o Coronavírus, ao ser realizado pela internet, o Leilão pode fomentar uma participação maior de licitantes, já que eles não precisam se deslocar para estar presencialmente na sessão pública. Interessados de qualquer lugar do Estado da Bahia e de todo território nacional podem participar, via web. Uma maior participação de licitantes pode gerar uma competição mais acirrada, trazendo vantagem econômica para o Estado.

## Pacheco defende reforma tributária completa e ampla

### ESTADÃO CONTEÚDO

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), disse ontem defender uma reforma tributária "completa e ampla", que mude cenário de arrecadação. No entanto, ele alertou para a necessidade de cuidado na elaboração de um texto equilibrado. "Um erro na reforma tributária pode ser fatal para empresas, Estados e municípios. É preciso muita cautela", afirmou, em participação no BTG Pactual Brasil CEO Conference 2021.

Após encontro na segunda-feira de Pacheco com o ministro da Economia, Paulo Guedes e o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), houve uma deliberação sobre o fatiamento inicial da reforma.

O Senado ficará responsável pela análise de duas etapas: a discussão constitucional da reforma e o programa de regularização tributária, o novo Refis, para poder

socorrer pessoas físicas e jurídicas. Já a Câmara ficará incumbida dos projetos de iniciativa do Executivo enviados ao Legislativo, como a discussão da base de incidência de Imposto de Renda, IPI, PIS e Cofins.

"A reforma tributária é um ambiente muito amplo de divergências entre os setores de economia e também entre as esferas de administração. Precisamos escolher o melhor modelo para o País de uma forma geral. Nenhum setor ou segmento de governo pode querer só ganhar. O erário não pode deixar de arrecadar, mas contribuinte não aceita alta de carga tributária. É uma equação complicada, mas a reforma tributária terá de ser a arte de ceder", completou o parlamentar.

Pacheco cobrou ainda colaboração por parte do Judiciário e da própria Receita Federal que, segundo ele, tomam decisões interpretativas que aumentam a insegurança jurídica do País.

Veículo: G1	
Data: 25/05/2021	



## Reforma tributária será 'simples', diz ministro Paulo Guedes: 'Vai ser difícil ficar contra'

*Governo e Congresso chegaram a acordo na segunda-feira sobre a tramitação do texto, que será fatiado em várias etapas para facilitar a aprovação.*

Por Jamile Racanici e Jéssica Sant'Ana, TV Globo e G1 — Brasília

25/05/2021 19h50 Atualizado há 14 horas



O ministro da Economia, Paulo Guedes — Foto: Adriano Machado/Reuters

O ministro da Economia, **Paulo Guedes**, afirmou nesta terça-feira (25), durante evento promovido por um banco de investimentos em São Paulo, que a reforma tributária do governo será simples e que será “difícil alguém ficar contra”.

Na segunda-feira (24), **Guedes e os presidentes da Câmara e do Senado chegaram a um acordo sobre a tramitação** da reforma.

Ficou definido que o Senado analisará:

- a nova proposta de Refis, um programa de renegociação de débitos tributários de empresas com descontos nos valores das dívidas.
- mudanças constitucionais, caso da reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de competência estadual, e do Imposto sobre Serviços (ISS), municipal.

A Câmara dos Deputados analisará mudanças nos impostos federais:



- Imposto de Renda (IR) de pessoas físicas e jurídicas, incluindo dividendos, mecanismo de distribuição de lucros aos acionistas que hoje é isento de impostos;
- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); e
- Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), que serão **reunidos em uma mesma contribuição** com alíquota única de 12% (link )
- "A reforma tributária vai ser relativamente simples", afirmou Paulo Guedes. "Estamos indo nessa direção — vai ser simples, não vai ser complicado, vai ser difícil [alguém] ficar contra", disse.

Além de unificar PIS e Cofins, Guedes sinalizou no evento que o governo pretende reduzir o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) cobrado sobre eletrodomésticos. O IPI reduzido para produtos da linha branca foi uma das bandeiras da política econômica dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

"Vamos reduzir um pouco os IPIs. Botar fogão, geladeira, botar isso um pouquinho mais acessível", afirmou Guedes.

Ele acrescentou que a reforma tributária vai baixar o IR cobrado das empresas. Em troca, taxará a distribuição para os sócios dos dividendos, hoje isentos.

"Nós vamos baixar impostos [do IRPJ]. Agora, tirou [o dinheiro] da empresa, veio por dividendo? Opa, opa, opa, peraí. Conversa aqui comigo. O funcionário pagou 27,5% e você [sócio] não vai pagar nada, rapaz? Está achando que é assim a vida?", comentou.

A proposta de fatiamento da reforma tributária é defendida por Guedes desde o ano passado. O ministro considera mais simples aprovar projetos separados que uma grande proposta de emenda à Constituição que faça todas as mudanças de uma só vez.

No ano passado, Guedes não teve apoio ao fatiamento. Neste ano, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), passou a defender a proposta. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-RJ), era resistente à ideia, mas cedeu em troca do novo programa de renegociação de dívidas.

### **Refis**

O presidente do Senado é o autor do projeto que cria o novo Refis, chamado de Programa Especial de Regularização Tributária (Pert). Esse programa vai refinar as dívidas das empresas.

Além do Pert, o ministro defende o uso da transação tributária para as empresas quitarem dívidas com a União. Os descontos são negociados

diretamente entre a empresa e o governo, segundo a capacidade de pagamento de cada negócio. O ministro chama o instrumento de "passaporte tributário".

“Então nós tipificamos toda transação tributária [renegociação de dívidas]. São formas de negociação onde os pequenininhos [pequenas empresas] você deixa o cara seguir a vida dele, fazer o negócio dele. O maior [empresa grande] pode pagar um pouco mais, tem um deságio [desconto] menor, mas também liquida [a dívida]”, explicou.

“O Pacheco tem essa preocupação, realmente, de aliviar empresas que querem um recomeço e não estão conseguindo. Eu falei: 'Presidente, vamos fazer direitinho. Deixa o capítulo 1 aí, o Refis para quem quiser. Só que tem o capítulo 2 que é transação tributária'. Você dá um desconto de 70%, o cara [empresário] paga, tá reativado”, complementou.

### **BIP**

Ainda durante o evento, Guedes afirmou que o governo pretende pagar R\$ 300 para jovens beneficiários do programa Bônus de Inclusão Produtiva (BIP), a ser lançado pelo governo.

O programa buscará qualificar jovens que não trabalham nem estudam, em parceria com as empresas privadas. Será uma espécie de estágio remunerado, mas com curso de qualificação obrigatório.

Pela proposta, o governo ficará responsável por pagar R\$ 300 ao jovem. A empresa, outros R\$ 300, segundo Guedes. O ministro não explicou como a União bancará esse programa.

“Vamos pegar jovens que estão andando por aí sem emprego, sem escola, de 18, 19 anos. Toma aqui R\$ 300 para fazer 'on the job training' [treinamento na empresa]. Empresa dá o BIQ, o bônus de incentivo à qualificação, e eu dou BIP, bônus de inclusão produtiva. Seiscentas pratas”, explicou.

Para Guedes, será possível criar 2 milhões de empregos em dois meses com o programa. Ele não anunciou data de lançamento.

Veículo:	
Data: 26/05/2021	



## VEJA COMO FICOU O FATIAMENTO DA REFORMA TRIBUTÁRIA



26 Maio, 2021

A Câmara dos Deputados vai discutir a partir da próxima semana a reforma tributária sobre renda, que inclui a fusão do PIS e Cofins e mudanças no Imposto de Renda para pessoas físicas e jurídicas, afirmou nesta terça-feira (25) o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL). O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), já havia informado que o acordo de fatiamento da reforma foi fechado, nesta manhã, pela cúpula do Congresso Nacional e o governo (veja aqui).

As falas foram feitas na 22ª edição da CEO Conference Brasil, do banco BTG Pactual, que ocorreu nesta manhã. Entre os pontos destacados, Lira separou o encaminhamento de cada questão relacionada a reforma. Para a Câmara, foi reservado o CBS, com fusão do PIS e Cofins, e o Imposto de Renda de pessoa física, jurídica e dividendos. Além disso, será debatido o aumento da faixa de isenção, a diminuição da taxa sobre pessoa jurídica e a taxação de dividendos.

Já o Senado irá abranger questões do passaporte tributário, com novo Refis, e a PEC 110, tratando de ICMS, ISS e outras sessões ligadas aos entes da Federação. Ainda não foi estabelecido como serão conduzidos os detalhes sobre o IPI seletivo e o Imposto de compensação (sobre transações).

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 25/05/2021	Caderno: Notícias



Terça, 25 de Maio de 2021 - 21:40

## ***Guedes chama de 'armadilha' reforma tributária que tramitava no Congresso***

por **Bernardo Caram** | Folhapress

O ministro Paulo Guedes (Economia) chamou de armadilha o projeto de reforma tributária que tramitava no Congresso e foi abandonado para dar lugar a propostas articuladas com o governo. Segundo ele, a medida seria acompanhada de um fundo de compensação a estados com custo de R\$ 400 bilhões.

A proposta para unificação de tributos federais, estaduais e municipais vinha sendo discutida em comissão mista do Congresso. "A ficção de que ia haver uma reforma tributária rápida, era ficção porque tinha um fundo de R\$ 400 bilhões que a União, as nossas futuras gerações teriam que pagar", disse nesta terça-feira (25) em evento do banco BTG.

De acordo com o ministro, não há necessidade de compensação para perdas de arrecadação causadas pela reforma. Isso porque, para ele, a base de arrecadação dos governos está baixa, após anos de economia fraca, e a tendência é que haja uma recuperação das receitas com a retomada da atividade.

"Eles diziam que os impostos iam cair. Não vai cair, pode colocar o imposto que você quiser, vai subir porque agora o Brasil vai crescer e a arrecadação vai aumentar. Então, eu não tenho que criar nenhum fundo de compensação. Eu resisti de toda forma a entrar nessa armadilha e agora nós vamos fazer o que tem que ser feito", disse.

Neste mês, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), encerrou as atividades da comissão especial que discutia a PEC (proposta de emenda à Constituição) 45, de autoria do deputado Baleia Rossi (MDB-SP), seu adversário na disputa pela Presidência da Câmara.

Aliado do governo, Lira articulou novo plano em concordância com Guedes. A ideia é que o governo apresente suas propostas para a reforma tributária fatiada em ao menos quatro etapas.

Nesta segunda, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), anunciou que a cúpula do Congresso e o governo fecharam um acordo para dar andamento ao plano defendido por Guedes.

No evento desta terça, o ministro ressaltou que o governo deve lançar um programa para inserção de jovens no mercado de trabalho.

O BIP (Bônus de Inclusão Produtiva) será um auxílio pago pelo governo a pessoas que participarem de treinamentos oferecidos pelas empresas. O valor, segundo ele, deve ser de R\$ 600 ao mês (R\$ 300 pagos pelo governo e R\$ 300, pela companhia).



Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 26/05/2021	Caderno: Economia



# Vamos fazer uma reforma tributária muito simples, a que dá para fazer, diz Guedes

*Em evento, ministro da Economia disse ainda que governo pretende lançar o 'passaporte tributário', medida que irá permitir renegociar dívidas tributárias com descontos significativos*

**Idiana Tomazelli e Lorena Rodrigues, O Estado de S.Paulo**

25 de maio de 2021 | 19h21

[Conteúdo Completo](#)

BRASÍLIA - O ministro da **Economia, Paulo Guedes**, disse que a **reforma tributária** será "muito simples" e que é a que "dá para fazer". Em evento do **BTG Pactual**, o ministro voltou a falar em reduzir o **IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados)** sobre produtos de linha branca - medida adotada em governos petistas para estimular o consumo.

O ministro disse ainda que o governo e o **Congresso** lançarão o "passaporte tributário", uma medida nos moldes de um Refis para renegociar dívidas tributárias com descontos significativos. "Dá desconto de 70%, o cara paga", exemplificou Guedes. **O tema foi tratado ontem em reunião na residência oficial do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG).** "(Com o passaporte) Os pequenininhos você alivia, deixa seguir a vida", disse Guedes.

'Vai ser simples, vai ser difícil ficar contra', disse o ministro sobre o 'novo Refis'. Foto: Marly Parra

O ministro ainda adotou uma espécie de vacina contra eventuais críticas. A própria **Receita Federal** costuma ser contra a adoção de programas como o **Refis** porque incentivam o devedor contumaz, que fica no aguardo de oportunidades como essa para quitar débitos com descontos. "Vai ser simples, vai ser difícil ficar

contra", afirmou o ministro, ressaltando que a medida busca dar alívio às empresas em dificuldade.

Guedes disse ainda que o valor das desonerações e do contencioso tributário no Brasil, que juntos passam dos trilhões de reais, é uma evidência de que o "imposto está fora do lugar". "É tão alto que quem tem poder político consegue desoneração. O cara prefere pagar um escritório de advocacia (a pagar imposto)", disse.

O ministro voltou a falar ainda na criação de um fundo com recursos de privatizações para ser destinado aos mais pobres. "Quem sabe com esse argumento conseguimos acelerar as privatizações e melhorar o problema da desigualdade social", completou.

## **Emprego**

Sobre o mercado de trabalho, Guedes que o governo vê potencial de criação de 2 milhões de empregos "rapidamente" com o **Bônus de Inclusão Produtiva (BIP)**, iniciativa que está sendo gestada para reduzir o desemprego. **Como mostrou o Estadão/Broadcast**, seria dada uma ajuda a jovens, em um valor que ficaria entre R\$ 200 e R\$ 300 por trabalhador. A empresa arcaria com uma bolsa em valor equivalente e qualificaria o jovem por meio de cursos ou treinamentos internos, em um esquema de "formação no local de trabalho" (do inglês "on job training").

As duas bolsas precisarão juntas assegurar o valor do salário mínimo/hora, hoje em R\$ 5, assim como já ocorre no caso de trabalhadores intermitentes. O jovem incluído no BIP terá uma jornada máxima de quatro horas diárias. No caso da adoção da jornada máxima, por exemplo, o jovem receberia ao menos R\$ 20 por dia. Desse valor, o governo pagaria R\$ 10, enquanto os outros R\$ 10 viriam da empresa. A companhia poderá pagar valores maiores, se julgar conveniente. Não haverá incidência de encargos trabalhistas, uma vez que o BIP se assemelha a um estágio.

Segundo Guedes, o governo já vem conversando com empresas e muitas demonstraram interesse na iniciativa e que o programa pode ser a entrada para a **Carteira Verde e Amarela**, medida almejada pela equipe econômica para reformular regras trabalhistas e retirar encargos sobre a folha de pagamento.

O ministro também ressaltou que amanhã serão anunciados os resultados de abril do **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)**, que reflete as oscilações no mercado formal de trabalho. "Se a gente criar 200 mil novas vagas, será um milhão no primeiro quadrimestre", destacou.

EXCLUSIVO PARA ASSINANTES

# Reforma tributária: Governo estuda alíquota menor para setores afetados por união de PIS e Cofins



O ministro da Economia, Paulo Guedes, durante entrevista Foto: Edu Andrade / Ascor

Projeto é criticado por segmentos de serviços, que temem aumento da carga de impostos. Plano também prevê tributar dividendos em 15%

**Geralda Doca**

26/05/2021 - 08:58 / Atualizado em 26/05/2021 - 09:05





BRASÍLIA - O governo pretende rever o projeto que unifica o PIS e a Cofins para vencer a resistência do setor de serviços. Em vez de criar uma alíquota única de 12%, conforme prevê o texto encaminhado ao Congresso, a ideia em estudo é criar duas alíquotas: segmentos que seriam prejudicados pela mudança passariam a pagar um percentual inferior a 12%, enquanto os beneficiados estariam sujeitos a uma cobrança maior.

### **Perdido?** [Entenda as diferentes propostas de reforma tributária que patinam no Congresso](#)

A fusão do PIS e da Cofins foi proposta pelo Executivo para criar a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). O novo tributo teria alíquota de 12% com possibilidade de deduções de gastos com insumo consumidos ao longo da cadeia.

A medida, em análise pela Câmara dos Deputados, é criticada por setores de serviços que não teriam muitas despesas de produção para deduzir. Hoje, segmentos podem optar por recolher 3,65% de PIS/Cofins, mas sem direito ao abatimento. Esse modelo acabaria com a CBS.



A revisão do projeto faz parte da nova estratégia do Executivo para destravar a reforma tributária, que deve ser analisada de forma fatiada por meio de projetos distribuídos entre Câmara e Senado. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), espera dar andamento no plano a partir de semana que vem.



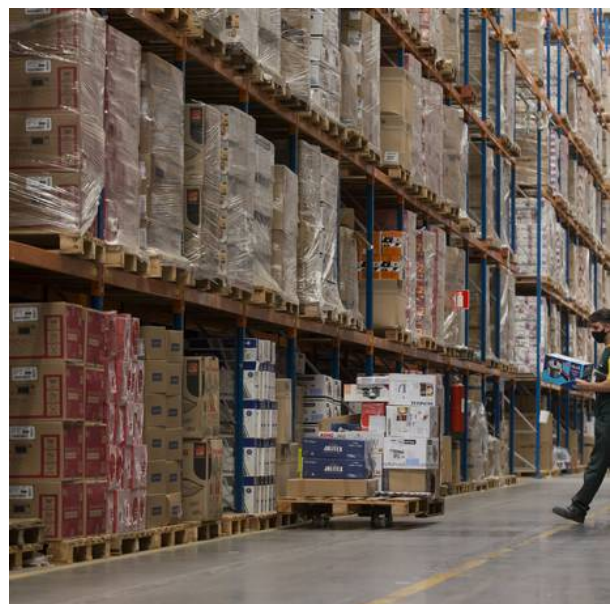
ENTENDA O NÓ DA TRIBUTAÇÃO NO BRASIL

1 de 6



## Sistema complexo

A decisão do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), de extinguir a comissão mista da [reforma tributária](#) significa, na prática, uma volta dos debates à estaca zero. A principal proposta é a unificação dos impostos. Mas entrar em um acordo sobre como ela será feita é tão complexo quanto o próprio sistema tributário brasileiro. Estados e municípios temem perder uma fatia de suas arrecadações e são muitos os impostos.



---

## Tributação de dividendos

Um dos novos textos, que deve ser anexado nos próximos dias ao projeto que trata da CBS, propõe a redução do Imposto de Renda (IR) das empresas de forma gradual e, em contrapartida, taxa dividendos em 15%.

Também ficaria com os deputados um projeto para zerar o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), com exceção de alguns produtos como cigarros, bebidas e automóveis.

**Rodrigo Maia:** [Simplificar a arrecadação pode ser o único caminho viável para reduzir a carga de impostos](#)

Em outra frente, o governo deve rever os benefícios para alguns tipos de aplicações financeiras sobre as quais há redução ou isenção de imposto. A revisão incluiria alguns tipos de previdência privada.

---

## Mudanças devem ficar para pós-eleições

Senadores, por sua vez, ficariam responsáveis por dar início à tramitação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que mexe

com impostos estaduais e municipais (ICMS e ISS), segundo um auxiliar do ministro da Economia, Paulo Guedes.

---

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

---

PUBLICIDADE

---

Porém, como a PEC exige quórum qualificado, o entendimento é que dificilmente as mudanças serão aprovadas antes das eleições em 2022.

A última etapa da reforma a ser enviada pela equipe econômica vai mexer com IR de pessoas físicas porque isso dependerá da recriação da CPMF, batizado de imposto sobre operações digitais.

Guedes aposta nisso para desonerar a folha e lançar a carteira verde amarela, sem contribuição previdenciária e demais penduricalhos, como FGTS, dentre outros.

#### O GLOBO RECOMENDA

---

LAURO JARDIM

**Bolsonaro decide enviar ao STF uma ação questionando as medidas restritivas na pandemia**

RIO

**Polícia acredita que MC Kevin tenha confundido tamanho de varandas ao tentar passar para andar de baixo**

SAÚDE

**Curva da epidemia no Brasil fica mais 'alinhada', e especialistas começam a ver a Covid-19 como uma endemia sazonal do outono**

BRASIL

**Além de Pazuello, presença de Braga Netto em manifestação anterior também gerou críticas de militares**

---

**O Globo, um jornal nacional:** [Fique por dentro da evolução do jornal mais lido do Brasil](#)



Veículo: Política Livre	
Data: 26/05/2021	Caderno: Economia



05 de março de 2021 | 08:04

## ***CPI da Covid: assim como Bruno, Rui Costa também pede aumento de prazo para envio de documentos***

### **EXCLUSIVAS**

Assim como o prefeito Bruno Reis (DEM), o governador Rui Costa (PT) também pediu um aumento de prazo para envio de documentos para o senador Omar Aziz (PSD), presidente da CPI da Covid.

No documento, este assinado no dia 11 deste mês, o chefe do Executivo baiano diz que “recebeu a notícia da aprovação do Requerimento nº 469/2021 no último dia 6” e solicitou o prazo mínimo de 10 dias úteis para os envios.

“A documentação solicitada revela-se extremamente extensa e detalhada, impedindo a sua organização e o seu envio já em situação de normalidade, mais ainda em um momento extraordinário e com demanda exaustiva como o atual cenário pandêmico”.

**Leia também:** [Bruno pede mais tempo para envio de documentos à CPI da Covid](#)

# Planalto amplia poder do Congresso no Orçamento

Assinada pelos ministros Paulo Guedes e Flávia Arruda, portaria aumenta garantia de execução das 'emendas de relator', fatia distribuída entre aliados. Governo avalia que mudança deixará aos parlamentares ônus de expor suas indicações

NATÁLIA PORTINARI  
natalia.portinari@bsb.oglobo.com.br  
BRASÍLIA

Uma portaria publicada ontem pelo governo federal dá mais poder ao Congresso Nacional na execução do Orçamento deste ano, institucionalizando o chamado "Orçamento paralelo". O texto foi assinado pelos ministros da Economia, Paulo Guedes, e da Secretaria de Governo, Flávia Arruda.

A portaria altera a regra das "emendas de relator", parcela do Orçamento reservada para indicações do Congresso sobre a qual, hoje, não há transparência como nas emendas parlamentares comuns.

Segundo o acordo feito en-

tre Congresso e governo para aprovação do Orçamento, essas emendas seriam liberadas mediante pedidos de parlamentares aos ministérios. Agora, com a regulamentação fixada pela portaria, a indicação das verbas passa a ser formal, o que aumenta a garantia da execução dos pedidos.

Por outro lado, na visão de um interlocutor do Palácio do Planalto que participou da elaboração do texto, a portaria obriga o Legislativo a expor suas indicações sobre o chamado "Orçamento paralelo", equivalente a R\$ 18 bilhões neste ano. Agora, os ministérios vão exigir que o Congresso Nacional formalize as recomendações. Para asses-



Indicado. Marinho, lançado por Bolsonaro candidato a governador do RN

sores do presidente, com a nova regra, o ônus de se explicar sobre a distribuição da verba agora passa para o Legislativo.

O governo usou essas

emendas para beneficiar aliados sem que houvesse transparência sobre quanto cada deputado ou senador tinha direito a indicar. A portaria de-

termina que o relator pode fornecer "informações adicionais quanto ao detalhamento da dotação orçamentária".

O destino desse dinheiro já foi negociado pela cúpula do Legislativo. Na Câmara dos Deputados, o presidente Arthur Lira (PP-AL) vai comandar a distribuição. Cada deputado do "baixo clero" da base aliada deve ter direito a R\$ 10 milhões, mas líderes ganharão um valor maior. No Senado, a negociação será feita entre o relator Márcio Bittar (MDB-AC), o presidente, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes (MDB-TO), o líder do MDB, Eduardo Braga

(MDB-AM) e Davi Alcolumbre (DEM-AP). Cada um terá direito a distribuir uma cota de mais de R\$ 1 bilhão.

## OLHO EM 2022

Ministro da pasta que mais recebe recursos dessas emendas, Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) foi "lançado" ontem como candidato a governador do Rio Grande do Norte por Bolsonaro. Em conversa com apoiadores, o presidente foi questionado sobre as eleições de 2022 no estado e respondeu:

—Eu não sei. Tem o Marinho lá, eu acho que é um bom nome. Eu não sei se o Marinho quer, se vai disputar alguma coisa, não sei.



## Economia



POR PRÁTICAS ANTICORRÊNCIA

Google é alvo de processo na Alem

Órgão regulador do país quer investigar predomínio de serviços da Google

fizeram parte do governo do PT — o que teria pesado da renúncia de José Maurício.

A troca de comando na Previ ocorre poucas semanas depois de a direção da Caixa Econômica Federal promover a troca de diretores indicada pelo banco estatal na cúpula da Funcef, a fundação de previdência dos funcionários.

## PREVI DEFENDE TRABALHO

Logo após o anúncio da saída de José Maurício ontem, a Previ divulgou nota em que destaca o trabalho conduzido pelo executivo na fundação, sem citar o que teria motivado sua saída. O texto afirma que ele conduziu a entidade “com segurança por cenários desafiadores, com resultados positivos durante toda a sua gestão”.

Segundo a Previ, a gestão de José Maurício conseguiu reverter, já no fim de 2018, seis meses após sua posse, o déficit do ano anterior, mantendo superávits desde então. O comunicado ressalta que mesmo em 2020, ano da pandemia, o resultado acumulado do principal plano foi positivo em R\$ 13,9 bilhões e que a prévia até o mês de abril mostra um aumento relevante do superávit, que ultrapassa R\$ 20 bilhões. O resultado seria o maior superávit acumulado da Previ desde 2013.

Em outro trecho da nota, a Previ ressalta que foram reduzidas despesas administrativas em mais de R\$ 20 milhões por ano com projetos que vão desde a otimização da sede, concluída em 2019, até a substituição de sistemas, o que resultaria em economia de custo e ganho de tempo.

O maior fundo de pensão do país tem R\$ 230 bilhões em ativos e um total de 430 mil participantes entre aposentados, pessoal da ativa e dependentes. O fundo tem participações em algumas das principais empresas de capital aberto do país, como Vale, BRF, Itaú, entre outras.

Diretor do Sindicato dos Bancários do Rio e representante dos trabalhadores do BB, Alexandre Batista, diz que o receio da categoria é que a saída esteja relacionada a tentativas de influenciar o fundo:

— A Previ hoje é a galinha dos ovos de ouro, por ser o maior fundo de previdência fechado do país.

Colaborou Stephanie Tondo

## MAIS UMA INGERÊNCIA

## RENÚNCIA NA PREVI

## Presidente deixa cargo com pressão do Centrão e interferência de Bolsonaro

GERALDA DOCA E RENNAN SETTI  
economia@oglobo.com.br  
BRASILIA E RIO

Três anos após assumir o comando do maior fundo de pensão do país, José Maurício Pereira Coelho anunciou ontem sua renúncia à presidência da Previ, como antecipou o colunista do GLOBO Lauro Jardim. O executivo deixará o posto a partir de 14 de junho. A mudança na cúpula da fundação é resultado de uma ação dupla. Ela reflete a pressão cada vez maior do Centrão por cargos, o que deflagrou no governo uma operação para abrir vagas para acomodar indicações políticas em instituições como Banco do Brasil (BB) e Caixa e nos conselhos das empresas nas quais esses bancos e fundações têm assento. Além disso, é um retrato da interferência do presidente Jair Bolsonaro, que teria determinado uma “limpeza” para excluir nomes que tivessem qualquer vínculo com governos anteriores.

O Planalto já teria solicitado, inclusive, segundo fontes, uma lista dos indicados para vagas em conselhos onde estatais e fundos ocupam um dos assentos.

## DIRETORIA DO BB É O ALVO

No caso da Previ, a estratégia do Centrão é ganhar cargos com uma espécie de dança das cadeiras que teria início após a saída de José Maurício, o que abriria vagas no BB. A ideia seria deslocar um vice-presidente do BB para a Previ e preencher a vaga com uma indicação política, segundo fontes a par da discussão.

A presidência da Previ, o segundo cargo mais importante do conglomerado, desperta a cobiça de políticos. Mas esbarra no estatuto

da entidade, que traz cláusulas que buscam reduzir os riscos de interferência política aos quais outros fundos de pensão estão expostos.

Para integrar a diretoria é preciso ser participante da fundação — ou seja, funcionário do banco — há pelo menos dez anos. Além disso, é preciso ter experiência em alguma das seguintes áreas: financeira, administrativa, jurídica, contábil ou atuarial. Além disso, metade da diretoria de seis membros é eleita pelos participantes da Previ. Os outros são indicados pela empresa patrocinadora, o BB. Os diretores de Investimentos e de Participações são sempre indicados pelo BB e os de Planejamento e Administração, eleitos pelos associados.

Um dos nomes cogitados para ocupar cargo no BB é o de Nelson de Souza, ex-presidente da Caixa Econômica Federal no governo de Michel Temer. Ele seria ligado ao senador Ciro Nogueira (PI), presidente do Progressistas (PP). O Centrão estaria de olho ainda na vaga de Ênio Mathias Ferreira, vice-presidente corporativo do BB.

Além disso, é tradição o presidente do BB indicar um vice-presidente da sua confiança para comandar o fundo de pensão dos empregados do banco. Isso só não aconteceu nas últimas duas gestões, de Rubem Novaes e de André Brandão, que optaram por manter José Maurício Coelho na direção da Previ.

Segundo interlocutores, a escolha de um vice-presidente para comandar a Previ também faria parte da estratégia do presidente do BB, Fausto Ribeiro, em buscar apoio em um grupo de executivos de sua confiança para comandar o banco. Ele foi promovido ao cargo pelo presidente Jair Bol-



De saída. José Maurício Coelho vai deixar o cargo em 14 de junho. A troca no comando da Previ deve abrir vagas no BB

sonaro, sem passar por uma vice-presidência. O anúncio da renúncia de José Maurício foi feito depois dele ter se reunido no último domingo com Ribeiro.

## SUCESSOR PODE VIR DA PREVI

Nos bastidores, Ribeiro fez elogios ao trabalho de José Maurício na direção da Previ. Ele foi indicado ao cargo por Rubem Novaes. O regulamento da Previ prevê que, em caso de ausência do presidente, o diretor de Participa-

ções — Denisio Liberato — ocupe interinamente o cargo. Mas o nome dele já circula como possível substituto permanente, de acordo com participantes da Previ.

— Se isso acontecer, será surpreendente. Denisio é um baísta profissional, mas ainda está em desenvolvimento. Ainda não é, digamos, um general. Mas tampouco era Fausto Ribeiro. Seu nome não aparecia na Bolsa de apostas — disse um ex-diretor da Previ.

Além da investida cada vez

mais forte do Centrão no governo, outro motivo que justifica a saída de José Maurício do comando da Previ seria a ligação dele com Paulo Caffarelli, que o indicou para o cargo. Caffarelli foi secretário-executivo do ex-ministro Guido Mantega no governo da ex-presidente Dilma Rousseff e presidente do BB, no governo de Michel Temer.

Bolsonaro, segundo fontes, teria determinado uma “limpeza”, nas estatais e empresas ligadas de nomes que



MANOEL VENTURA E  
FERNANDA TRISOTTO  
economia@oglobo.com.br  
BRASIL

O GLOBO | Quarta-feira 26.5.2021

Economia | 23

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que a prorrogação do auxílio emergencial depende do avanço da Covid-19. Segundo o ministro, se a pandemia seguir, as camadas de proteção serão renovadas.

— Depende da pandemia. Se a pandemia continuar conosco, nós temos que ir renovando as camadas de proteção. Se a pandemia recua, nós podemos já passar para o Bolsa Família — afirmou o ministro, após deixar um evento do setor financeiro em São Paulo.

Como O GLOBO revelou no sábado, o governo avalia a possibilidade de prorrogar o auxílio emergencial — programado para durar quatro meses em 2021 — e adiar a reforma do Bolsa Família, inicialmente prevista para começar a valer em agosto.

No mesmo evento, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), defendeu a extensão do auxílio emergencial por mais “um ou dois meses”, antes da implantação do que ele chama de “um programa social mais permanente” no Brasil.

— (O auxílio emergencial) pode, eventualmente, ser editado mais um ou dois meses enquanto não há implantação de um programa permanente de assistência social. É isso que o Congresso Nacional fará, ou como protagonista ou como coadjuvante, não importa — disse Pacheco.

Já Guedes sugeriu distribuir parte dos valores arrecadados com a venda de estatais diretamente para a população mais vulnerável. Seria um programa de “distribuição de riqueza” para além do Bolsa Família, explicou:

— Se eu vender uma estatal por 100, quem sabe se eu pegar 20% e jogar para os mais pobres? Distribuição de riqueza, não só de renda. As estatais pertencem ao povo brasileiro; 80% eu vou reduzir a dívida, mas 20% eu vou distribuir.

#### INCENTIVO À PRIVATIZAÇÃO

Para Guedes, atrelar o resultado da venda de estatais a um programa como o sugerido por ele pode ser um incentivo para acelerar as privatizações, que pouco avançaram no governo.

— Uma coisa é transferência de renda: “olha, tá aqui um Bolsa Família”. Agora, se privatizar “A”, “B” e “C”, dobrou o Bolsa Família nesse ano. Se não vender nada, não vem mais nada. Não consegui vender nada... — comentou o ministro.

Guedes ainda defendeu o avanço das privatizações e reformas para a retomada do crescimento sustentável. Segundo ele, se o PIB alcançar entre 4,5% e 5% neste ano, o Brasil vai “embalar”:

— Nós vamos acelerar as privatizações, nós vamos fazer essas reformas, e isso vai abrir um caminho de retomada do cresci-

## Guedes: mais auxílio depende da pandemia

Já o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, defende que benefício pode ser prorrogado por ‘um ou dois meses’

mento sustentável.

Na opinião do ministro, substituir a recuperação cíclica da economia, baseada em consumo, por uma retomada sustentável, baseada em investimento — concessões, privatizações, saneamento, infraestrutura e logística —, é o

grande desafio do país.

Durante o evento do mercado financeiro, Guedes ainda levantou a possibilidade de o presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, ser candidato a vice-presidente da República na chapa de Jair Bolsonaro. Para o ministro, Guimarães está

“popular” por conta das medidas implementadas por ele no banco.

As declarações foram dadas num contexto em que Guedes dizia que os bancos públicos não poderiam financiar “campeões nacionais”, mas, sim, quem não tem acesso ao crédito privado.



# Comissão da Câmara dá aval à reforma administrativa

Relatório aprovado ontem na CCJ faz ressalvas à extinção de órgãos por decreto e ao acúmulo de funções. Texto que altera as regras para futuros servidores segue agora para a segunda etapa na Casa

FERNANDA TRISOTTO  
fernanda.trisotto@oglobo.com.br  
BRASÍLIA

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou ontem o relatório da reforma administrativa. Elaborado pelo deputado Darci de Matos (PSD-SC), o documento fez ressalvas à extinção de órgãos por decreto, ao acúmulo de funções e aos novos princípios da administração pública.

Foram 39 votos favoráveis ao relatório e 26 contrários. Agora, o texto da proposta de emenda à Constituição (PEC) que altera as regras para os futuros servidores segue para a comissão espe-

cial, que ainda será instalada pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL).

Apesar disso, ele já definiu que o colegiado será presidido por Fernando Monteiro (PP-PE) e a relatoria ficará com o deputado Arthur Maia (DEM-BA).

As ressalvas feitas pelo relator foram técnicas. No caso da alteração que daria mais poder ao presidente da República para mudar a estrutura do Poder Executivo sem aval do Congresso Nacional, permitindo a extinção de órgãos e a reorganização de autarquias e fundações por decreto, a avaliação é de que as "entidades de-

sempenham atividades administrativas de forma descentralizada", não sendo subordinadas a ministérios.

## INCLUSÃO DE JUÍZES

Já em relação ao acúmulo de cargos públicos com outras atividades, que seria proibido aos servidores ocupantes de cargos típicos de Estado — uma modalidade que seria criada com a reforma para garantir estabilidade a determinadas funções públicas —, a avaliação foi de que não se pode proibir outro trabalho.

O relatório ainda retirou do texto o trecho que criava novos princípios para nortear o serviço público, entre

eles o da imparcialidade e o da transparência. A avaliação é que a mudança, sem regulamentação clara, poderia criar insegurança jurídica sobre as regras do funcionalismo.

Matos considerou, em seu parecer, que a proposta apresenta pontos polêmicos que terão de ser discutidos na comissão especial. Além disso, deputados articulam incluir membros de Poder — como juizes e desembargadores — na proposta.

O governo decidiu não incluir integrantes do Judiciário e do Legislativo sob o argumento de que isso caracterizaria uma interferência do Executivo sobre as regras de ou-

tros Poderes. Mas, na ocasião, técnicos da equipe econômica afirmaram que o Congresso poderia fazer a mudança.

Entidades que representam categorias do Judiciário contestam que essa mudança possa ser feita pelos parlamentares, e defendem que apenas o Supremo Tribunal Federal (STF) é que poderia encaminhar proposta para mudar as regras dos servidores da categoria. Entre juristas, não há consenso de que essa seria uma atribuição exclusiva do STF. Especialistas consultados pelo GLOBO entendem que a inclusão dessas categorias pode ser feita via emenda de parlamentares.

## As próximas fases da tramitação da proposta

> **Comissão especial:** onde serão discutidas alterações como a inclusão de juizes e parlamentares.

> **Plenário da Câmara:** para ser aprovada, é preciso obter votos favoráveis

de 308 deputados, em dois turnos.

> **CCJ do Senado:** funciona como revisora.

> **Plenário do Senado:** para aprovação, são necessários 49 votos a favor, em dois turnos.

# Empresários cobram do governo ousadia nas mudanças

Executivos pediram a Guedes uma 'cirurgia de grande porte no Estado'

JOÃO SORIMA NETO  
joao.sorima@sp.oglobo.com.br  
SÃO PAULO

O ministro da Economia, Paulo Guedes, almoçou ontem em São Paulo com representantes do Instituto Unidos pelo Brasil e foi cobrado pelos empresários para que o governo tenha ousadia na reforma administrativa. O ministro ouviu dos executivos que é preciso fazer uma "cirurgia de grande porte no Estado brasileiro", beneficiando os 90% da população que "puxam a carroça da economia", em

detrimento dos 10% de funcionários públicos que recebem altos salários.

Os empresários reforçaram junto ao ministro que a lógica de que não se faz reforma administrativa em ano eleitoral já está ultrapassada. O grupo era formado por parte do empresariado que apoia o governo Bolsonaro.

—É preciso uma cirurgia de grande porte no Estado. A lógica de que não se faz reforma administrativa em ano eleitoral está ultrapassada e, ao contrário, é uma boa estratégia políti-

ca para beneficiar quem "puxa a carroça" da economia e paga as contas do país, que são 90% da população — disse Flavio Rocha, presidente do Conselho da Guararapes/Riachuelo, que participou do almoço.

## EXEMPLO DA TRABALHISTA

Os empresários pediram a Guedes que o governo seja "corajoso" como foi na reforma trabalhista, quando eram esperadas mudanças pontuais nas leis, mas que acabaram resultando numa ampla reformulação de



Projeções. Guedes teria se mostrado otimista com a retomada da economia

mais de 200 dispositivos, inclusive constitucionais.

— Por isso, é preciso encorajar o relator da reforma administrativa a ousar —

comentou Rocha.

Rocha disse que o ministro destacou durante o encontro que a economia vem se recuperando num ritmo

mais forte do que se esperava. Lembrou que vários bancos revisaram para cima suas projeções para o PIB este ano, que estão mais próximas de 4% do que 3%, como anteriormente.

Ainda segundo o empresário, Guedes se mostrou bastante otimista com o ritmo de recuperação da economia, e avaliou positivamente as notícias de que as vacinas da Pfizer e da AstraZeneca/Oxford, que estão sendo aplicadas nos brasileiros, se mostraram eficazes contra a nova cepa indiana do vírus da Covid-19.

Além de Flavio Rocha, participaram do almoço Rubens Menin, presidente do Conselho da MRV; José Auriemo, presidente do Conselho da JHSF; e Urubatan Helou, presidente da Bras Press; além de Marly Parra, vice-presidente do Instituto Unidos Brasil.



# Senado aprova projeto que cria incentivos para primeiro emprego

GABRIEL SHINOHARA  
gabriel.shinohara@bsb.oglobo.com.br  
BRASÍLIA

O Senado aprovou ontem um projeto que diminui impostos para contratação

de jovens com o objetivo de estimular o primeiro emprego. A proposta segue agora para apreciação da Câmara. O texto resgata algumas alterações que constavam na MP

905, editada pelo governo em novembro de 2019, que criava o Contrato Verde e Amarelo. O projeto acabou perdendo a validade após ser aprovado na Câmara, mas não passar pelo Senado em tempo.

Entre os principais pontos do texto aprovado ontem estão as reduções da contribuição ao INSS — de 20% para 1% no caso de microempresas

e para 2% em empresas maiores — e da alíquota de recolhimento do FGTS — de 8% para 1% nas microempresas e para 3% em empresas maiores.

Se aprovada na Câmara, essas alíquotas valerão para a empresa que contratar um jovem de 16 a 29 anos, que esteja matriculado em curso profissionalizante, superior ou na Educação de Jo-

vens e Adultos (EJA), desde que não tenha vínculo de emprego anterior registrado na carteira de trabalho.

O relator ainda expandiu a modalidade aos jovens que tenham concluído ensino superior ou educação profissional, desde que seja para trabalhar na área de formação.

Ainda estão inclusos os que não tenham concluídos

o ensino médio ou superior e estão atualmente fora de sala de aula e os que tenham realizado, no mínimo, 12 meses de estágio na empresa contratante.

“A possibilidade de que os jovens que nem estudam nem trabalham possam participar dessa modalidade de emprego é fundamental para os fins pretendidos, dado que justamente essa parcela da juventude constitui parte expressiva do desemprego estrutural juvenil”, defendeu o relator do texto, senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB).

**ZONA DA MATA GERAÇÃO S.A.**, por determinação do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), torna público que solicitou, por meio do **Processo Administrativo nº 1736/2021**, renovação da Licença de Operação - REVLO (LAT) da CGH Santa Cecília, para a atividade E-02-01-2 - Central Geradora Hidrelétrica - CGH no município de Miraf, Minas Gerais.

**SUPERMERCADOS GUANABARA**  
Tudo para você!  
Hoje é Dia!  
4ª Inteligente  
Hoje é dia de comprar a preço de custo.

Batata Lavada kg	2,58	Alpim Corvem kg	1,98	Cebola Argentina kg	2,95
Laranja-Pera kg	2,98	Maçã Fuji kg	4,85	Molho Formosa kg	3,98
Melancia kg	1,99	Limão ao Coseira kg	1,98	Abacate kg	3,99
Melão Amarelo kg	3,98	Uva Thompson Verde ou Verde Sardenha 1kg	3,99		

Não vendemos por atacado e reservamos-nos o direito de limitar por cliente a quantidade dos produtos vendidos. De acordo com essa promoção, 5 unidades/kg por produtos selecionados e 2 unidades para produtos não selecionados. Outras condições podem existir sobre as vendas. Leia sempre o preço antes de comprar.

### VALIDADE DE 12 MESES

O senador Irajá (PSD-TO), autor da proposta, batizou o projeto de Lei Bruno Covas, em homenagem ao prefeito de São Paulo que morreu no último dia 16.

Os contratos nessa modalidade poderão valer por até 12 meses, e a jornada de trabalho será limitada a seis horas diárias e 30 horas semanais, sem previsão de horas extras. O relatório aprovado ainda limita a vigência do programa. Segundo o texto, as empresas poderão firmar um contrato nessa modalidade em até cinco anos após a publicação da lei.

O projeto permite que o empregador transforme um contrato de trabalho normal nessa nova modalidade desde que tenha sido celebrado até seis meses antes da entrada em vigência da lei. A nova modalidade ficará limitada a 20% da força de trabalho de cada empresa.



# Latam diz que não está à venda. Azul busca credor para negociar compra

Jerome Cadier descarta venda da companhia para a rival no Brasil, que não ainda desistiu da transação com a chilena

IVAN MARTÍNEZ-VARGAS  
ivan.martinezvargas@oglobo.com.br  
SÃO PAULO

O presidente da Latam Brasil, Jerome Cadier, afirma que nunca existiu e não há interesse algum por parte da empresa de separar sua operação brasileira do restante do grupo ou de vender a subsidiária à Azul. Ele nega ter havido ou haver conversas nesse sentido.

A Azul, porém, não desistiu do negócio, diz o presidente da empresa, John Rodgerson.

A companhia vai tentar convencer credores da Latam no âmbito de seu processo de recuperação judicial nos Estados Unidos a pressionarem o grupo chileno a vender a subsidiária brasileira. A informação foi antecipada pelo Valor Econômico e confirmada pelo GLOBO com pessoas familiarizadas com a estratégia da Azul.

Os detentores de créditos precisam aprovar o plano de recuperação que a Latam deve apresentar em julho e poderiam, em tese, condicionar essa aprovação à venda de ativos. O aval dos credores é legalmente necessário para que o grupo continue seu processo de reestruturação.

## CONSOLIDAÇÃO NO ALVO

Rodgerson, da Azul, não confirma a estratégia da companhia de buscar credores, mas afirma que a aérea não desistiu de fazer negócio.

— Estamos em uma posição privilegiada porque não temos sobreposições relevantes de rotas e voos (com a Latam), e estamos olhando as oportunidades. O mercado está em um momento em que uma fusão ou compra seria saudável, ajudaria muitos credores e a retomada da aviação — diz ele.

A declaração de Cadier negando a possibilidade de negócio ocorre um dia após Azul e Latam terem anunciado o fim do acordo de *codeshare* (compartilhamento de voos) que tinham desde meados de 2020.

A decisão de encerrar o acordo partiu da Latam Brasil, e foi respondida pela Azul com um comunicado ao mercado: “A companhia acredita que um movimento de consolidação é uma tendência do setor no pós-pandemia e a Azul está em



Pouso. Latam nega negociar com Azul após anunciar fim de acordo com a aérea



“Estamos em posição privilegiada, sem sobreposições de rotas e voos. Estamos olhando oportunidades”

John Rodgerson, presidente da Azul

uma posição forte para liderar um processo nesse sentido”.

No texto, o presidente da Azul afirma que a empresa contratou consultores financeiros em março e estuda oportunidades de fusão e aquisição. “Acreditamos que o encerramento do *codeshare* pela Latam seja uma reação a esse processo”, diz Rodgerson.

Segundo Cadier, a opção nunca foi alvo de conversas “nem por um minuto”.

— Quero deixar super claro: não existe nenhuma conversa e nenhuma intenção de separar a Latam Brasil do resto do grupo ou de vender a operação. A Latam Brasil nunca esteve à venda — afirmou ele.

O executivo afirma que os rumores de maior integração não procedem:

— Não faz sentido para a Latam quebrar a lógica de construção do grupo, que é a de integrar diversos mercados domésticos, internacional e carga, tirar um pedaço disso. A Latam Brasil é a maior operação (do grupo chileno Latam), o que ficaria? O tamanho da operação de carga, o tamanho da internacional. Não faz sentido tirar a operação doméstica e isso é claro para a gente.

Fontes próximas à Azul afirmam que há um desalinha-

mento de interesses. Enquanto a Azul busca um negócio em que tenha o controle da operação, a Latam só se interessaria por uma joint-venture (sem envolver compra de ativos).

A Azul não tem hoje o capital necessário para comprar a Latam Brasil, mas a alta cúpula da empresa avalia que o negócio seria visto pelo mercado como benéfico para o setor em crise e para a Azul, que assumiria a liderança de mercado. Por isso, considera que o acesso a financiamentos seria facilitado.

## CENÁRIO REGULATÓRIO

Do ponto de vista regulatório, a Azul avalia que a fusão seria aprovada pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), sob o argumento de que o mercado aéreo brasileiro é aberto a novos entrantes e que a consolidação é saudável para o setor, castigado pela pandemia.

Para Cadier, o assunto está encerrado, sublinhando que o *codeshare* foi apenas “uma maneira de enfrentar a crise, de melhorar as vendas” em 2020. A Latam vende hoje pelo acordo — que vigora até 22 de agosto — 20% do patamar registrado em dezembro, conta o executivo, o que fez o *codeshare* perder sentido.

Para o advogado e ex-diretor da Anac Ricardo Fenelon, uma eventual consolidação no setor aéreo em meio à pandemia tende a ser aprovada.

— Na aprovação do *codeshare*, Cade e Anac deram sinais de como veem a questão — diz ele, destacando que poderia haver restrições específicas.



## Prévia da inflação é a maior para maio desde 2016

IPCA-15 ficou em 0,44% no mês, pressionado pela conta de luz. Em 12 meses, alta já supera 7%

O IPCA-15, prévia da inflação oficial do país, desacelerou para 0,44% em maio, segundo dados divulgados ontem pelo IBGE. Ainda assim, foi o maior resultado para o mês de maio desde 2016. Em 12 meses, o índice atingiu 7,27%, bem acima do teto da meta de inflação para o ano.

Considerando o período de 12 meses, houve aceleração do indicador, que, em abril, tinha alta de 6,17%. Alguns analistas já avaliam que a inflação, mesmo com recentes elevações de

juros, pode estourar a meta em 2021, definida em 3,75%, podendo ir de 2,25% a 5,25%.

O resultado de maio foi pressionado pela alta na energia elétrica (2,31%), com a adoção da bandeira tarifária vermelha patamar 1, que acrescenta R\$ 4,169 na conta de luz a cada 100 quilowatts-hora consumidos. Houve ainda reajustes nas contas de luz de Fortaleza, Salvador e Recife. Com isso, o grupo habitação avançou 0,79%. A alta do gás de botijão, a 12ª seguida, também pesou.

O reajuste de medicamentos levou o grupo saúde e cuidados pessoais a acelerar 1,23%.

A pressão dos alimentos continua, com aumento de 0,48% em alimentação e bebidas. As carnes, cujos preços avançaram 1,77% em maio, puxam a alta. Em 12 meses, esse item tem alta de 35,68%.

O único grupo com deflação foi o de transportes (-0,23%), em razão da queda de 28,85% no preço de passagens aéreas.

Economistas elevaram para 5,24% a estimativa de inflação deste ano, pela pesquisa Focus, do Banco Central. A XP projeta alta de 5,4%. Tatiana Nogueira, economista da corretora, frisa que a inflação seguirá pressionada nos próximos meses. Mas destaca que a taxa de juros deve subir para 5,5% até setembro, o que deve levar o IPCA para a meta em 2022.





## opinião

## FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila

SUPERINTENDENTES Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito

CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite,

Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Collucci, Hélio Schwartzman,

Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota,

Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)

DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benz (comercial), Marcelo Machado

Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

## EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

## Além dos holofotes

CPI da Covid precisará de mais planejamento e preparo para avançar na apuração

Na semana passada, a *Folha* publicou uma cronologia das ofertas de vacinas da Pfizer ao governo brasileiro. Tivéssem os senadores da CPI da Covid inquirido o general Eduardo Pazuello com o rigor baseado na sequência de fatos, o depoimento seria mais esclarecedor — ou, ao menos, as evasivas do deponente seriam logo contestadas.

Essa é apenas uma evidência anecdótica do despreparo da maioria dos parlamentares que participam da comissão, muitos deles mais empenhados em aparecer para as câmeras e as redes sociais.

Renan Calheiros (MDB-AL), relator da CPI, deu outro indicio da displicência do colegiado ao afirmar que contrataria um serviço externo a fim de averiguar as mentiras de Pazuello. Ora, boa parte do trabalho prévio da investigação deve ser reunir um elenco de fatos bem estudados e documentados.

Ademais, o Congresso dispõe de um grande corpo de consultores legislativos capazes e bem pagos. Os senadores dispõem de assessorias numerosas e custosas. Não se vê equipe técnica da CPI dedicada não apenas a aspectos jurídicos mas também sanitários.

Com poucas exceções, os inquiridores parecem desconhecer documentos públicos sobre a atuação do governo. Há, por exemplo, um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre omissões do

Ministério da Saúde na epidemia que renderia horas de perguntas.

A CPI também pode ser mais do que uma apuração do passado recente. Cabe interrogar os integrantes do governo, inclusive, sobre programas de controle da epidemia ainda inexistentes.

O que foi feito para evitar a importação e a circulação do vírus e suas variantes pelo país? Por que não há uma rede nacional de laboratórios rastreando e testando novas cepas? Por que não houve um trabalho de testagem sistemática de possíveis infectados e rastreamento de seus contatos?

Um questionário rigoroso estabeleceria as responsabilidades e lançaria uma demanda imediata de ação do governo Jair Bolsonaro, que obviamente sabota ou proíbe todas essas iniciativas.

Já está superada a etapa dos testemunhos mais óbvios e midiáticos — a depoente desta terça (25) foi uma funcionária de segundo escalão. Doravante, a relevância da comissão tende a depender mais da organização dos trabalhos e da qualidade da apuração.

Aos senadores não basta escandalizar-se diante dos holofotes. Há que reunir os documentos disponíveis, exigir os sigilosos e questionar de modo preciso, em equipe, dando prosseguimento às perguntas dos colegas. O que não falta, de certo, são desmandos a detalhar.

## Terra sem lei

Em Rondônia, governador premia invasores com títulos fundiários e desconto de 98%

Porteira arrombada, põe-se trancada, reza o dito popular sobre a imprevidência de quem deveria cuidar da própria segurança. Um padrão mais sinistro vai se espalhando pelo Brasil dos grileiros: arrombada a porteira, passe a boiada — o Estado dá um jeito depois.

Sai premiado, como é cada vez mais comum, o usurpador que de vasta. Não é outro o efeito, e não poderia ser, da sanção pelo governador de Rondônia, Coronel Marcos Rocha (sem partido), de lei que desafia 2.190 km<sup>2</sup> em duas unidades de conservação estaduais já invadidas e parcialmente desmatadas.

Numa canetada, o aliado de Jair Bolsonaro quase extinguiu a Reserva Extrativista Jaci-Paraná, amputada em 88% da área, e ainda cancelou 26% do Parque Estadual Guajará-Mirim. Em lugar de responsabilizar quem esboulou o poder público de suas terras, consagra-se o status quo delituoso.

Se isso não redundava em incentivo para grileiros em Rondônia, é de perguntar o que mais os motivará a seguir desmatando o que não lhes pertence, para vender ou ocupar com pecuária improdutiva.

Mas o estado decidiu cortejar-lhes também com dinheiro dos contribuintes, concedendo aos invasores desconto de até 98% para regularizar lotes açambarcados.

Considerando o valor de mercado das terras na região de União Bandeirantes, o presente implicará prejuízos de muitos milhões aos cofres públicos. Segundo a geógrafa e pesquisadora da Universidade Federal de Rondônia (Unir) Amanda Michalski, a superfície desafiada vale R\$ 1,63 bilhão.

Esse é o rumo que o centrão e a banda atrasada do agronegócio mancomunada com a Presidência — para nada dizer do ministro ecocida do Meio Ambiente, Ricardo Salles — gostariam de imprimir à famigerada regularização fundiária na região amazônica.

O odor de privilégio bolorento a emanar da lei sancionada ganhou intensidade de como o comportamento errático do coronel. Rocha chegou a remeter à Assembleia Legislativa veto ao diploma de capitães hereditários qualificando-o como "maior retrocesso ambiental de Rondônia". Horas depois, entretanto, veio a sanção.

Tal é o descompromisso com coerência e ética no trato da coisa pública manifestado pelos eleitos na onda bolsonarista de 2018 uma vez no poder. Agem como se não tivessem explicações de seus atos, mal-acostumados pelo exemplo de cima. O Ministério Público do estado, ao menos, reagiu prontamente ao abuso do governador.



## Estados (des)Unidos

Hélio Schwartzman

SÃO PAULO. Votem três consequências duradoras. Donald Trump já se foi, mas, com as três indicações de juizes para a Suprema Corte que ele teve oportunidade de fazer, deixou uma sólida maioria conservadora no tribunal. E a corte decidiu na semana passada que vai reavaliar a questão do aborto.

Os magistrados vão julgar a constitucionalidade de uma lei do estado do Mississippi que praticamente bane abortos para fetos com mais de 15 semanas. A perspectiva é que a corte relativize ou mesmo reverta o célebre precedente Roe vs. Wade, de 1973, pelo qual se estabeleceu que o aborto é um direito constitucional da mulher.

Já sentindo o cheiro de mudança no ar, o governador do Texas sancionou dias depois um projeto de lei que bane a maior parte dos procedimentos para fetos com mais de seis semanas. Como a maioria das mulheres só descobre a gravidez com mais de seis semanas de gestação, a norma na prática inviabiliza o aborto a pedido (sem razões médicas).

O interessante é que, mesmo que a Suprema Corte pegue pesado e anule inteiramente Roe vs. Wade, o aborto continuará sendo um direito para a maioria das americanas. Na maior parte dos estados, não há a menor chance de as legislaturas aprovarem leis restritivas.

As exceções se concentram em estados do sul e do meio-oeste. Eles são mais conservadores, mas é importante frisar que esse conservadorismo vem sendo multiplicado nos legislativos locais por anos e anos de gerrymandering (o redesenho de distritos eleitorais de forma a favorecer o partido no poder).

O resultado, no final das contas, deverá ser o aprofundamento da cisão ideológica-espiritual que cada vez mais caracteriza os EUA. As diferenças entre liberais e conservadores já não se darão apenas no modo de ver questões como aborto, eutanásia, drogas, armas etc., mas também na maneira de regular-las e vivê-las. A tendência é que os estados se tornem cada vez menos unidos.

helio@uol.com.br

## Economia sem política

Antonio Delfim Netto

Economista e ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici).  
Escreve às quartas

A maior surpresa positiva de 2021 é o total descolamento entre desempenho da economia brasileira e o ambiente de turbulência política permanente em que vive o país. Nem a instalação da CPI para passar a limpo o desgoverno que contribuiu para o descolamento da pandemia foi capaz de perturbar esse processo, o que é incomum.

O fato concreto é que os números, de todos os setores, têm surpreendido para cima, a criação de empregos tem sido superior à esperada e o setor produtivo tem sido resiliente ao choque da Covid-19 e ao ambiente de incertezas criado pela política.

O caminho da recuperação será longo, principalmente para o emprego e a renda dos mais pobres e dos trabalhadores de menor qualificação, mas não podemos desprezar os resultados recentes. Eles decorrem tanto da capacidade do setor produtivo em se adaptar à pandemia quanto do sucesso dos programas econômicos implementados pelo governo, principalmente o auxílio emergencial e os programas de crédito às empresas e de suspensão de jornadas e salários. Sempre há críticas, umas mais legítimas que outras, sobre desenhos e alternativas, mas não se pode esquecer o ambiente da pandemia no qual foram concebidos.

Há um outro lado da política econômica que recebe pouca atenção, já que não pode ser visto a olho nu: a tarefa incessante de evitar que prosperem as "grandes ideias" que flutuam nos corredores de Brasília. Às vezes, proporcionalmente à incompetência política do governo, elas vêm à tona, como foi o caso da tentativa de tirar programas permanentes do teto de gastos e abrir espaço para mais despesas, mas costumam ficar confinadas aos embates internos do Executivo.

Essa é uma característica importante de governos, que naturalmente envolvem a interação entre agentes com múltiplos interesses, muitas vezes conflitantes, e com incentivos desalinhados.

No excelente "When the President Calls", economistas que participaram de diversas administrações nos EUA contam como o dia a dia é tomado pela tarefa de bloquear ideias ruins, cuja maioria nem sequer chega ao conhecimento do público. Em seu depoimento, Austan Goolsbee, que serviu no Conselho Econômico de Obama, compara o trabalho a de um jardineiro: 90% do tempo arrancando ervas daninhas e 10% plantando sementes. Talvez tal proporção seja ainda maior num Executivo que não tem nem agenda nem interesse em resolver problemas — do governo ou do Brasil.

A política econômica não é feita em ambiente estéril. É preciso reconhecer um trabalho bem feito, principalmente quando produzido dentro do conjunto do que era possível pelo contexto no qual ele está inserido.

## A máquina política da Saúde

Bruno Boghossian

BRASÍLIA. Dois médicos dizem que deixaram o cargo de ministro da Saúde porque discordavam de Jair Bolsonaro na defesa de medicamentos ineficazes contra a Covid-19. Outra médica, subordinada a eles, teve destino diferente. Alinhada à plataforma do presidente, ela sobreviveu à sucessiva dança das cadeiras e foi premiada com mais projeção na pasta.

A longevidade de Mayra Pinheiro tem explicação. A CPI da Covid mostrou que a secretária de Gestão e Trabalho foi uma peça-chave na orientação do uso abrangente de cloroquina. Além disso, ela já declarou que medidas de isolamento causaram "pânico na sociedade" e que a contaminação de crianças nas escolas teria um "efeito rebanhão" positivo.

A CPI ouviu uma funcionária de segundo escalão para mostrar que o governo adotou um protocolo político no Ministério da Saúde. Ela assistiu à saída de Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich, mas ficou no cargo porque integra a máquina que trabalha para transformar convicções de Bolsonaro em diretrizes oficiais.

## Milagres da cloroquina

Ruy Castro

RIO DE JANEIRO. Acordei outro dia com dor de barriga. Seguidor das sessões da CPI da Covid e impressionado pelo ardor com que os senadores bolsonaristas defendem o remédio cloroquina, tomei o por conta própria em forma de antiespasmódico. Por via das dúvidas, passei o dia à banana, chuchu desidratado e biscoito de chachorro. E — milagre! —, 24 horas depois, já com a serpentina regularizada, encarei a feijozada com bucha do Samba do Trabalhador, grande evento carioca das segundas-feiras, no Andaraí, e cá estou.

Na verdade, a cloroquina, também chamada de hidroxicloroquina quando tomada com água, já me tinha salvado a vida em criança nos surtos de sarampo, caxumba e catapora. Superarei todas essas moléstias pelo uso do remédio, a mim ministrado por um assistente social que lera a respeito numa publicação científica, "Flash Gordon no Planeta Mongo". A cloroquina, parece, era a droga favorita do imperador Ming, arqui-inimigo de Flash.

No futuro, eu ouviria falar da cloroquina como um remédio batata, mesmo sem evidências científicas, contra a gravidez indesejada e certa doença venérea envolvendo insetos. Como nunca tive nenhuma das duas, não posso garantir. E, talvez pelo nome marcante, identifiquei-a como sendo a droga vendida na rua pelos camelôs — aqueles que atraíam um círculo de ouvintes numa praça e levavam horas falando de uma cobra que estaria dentro da mala, no chão, no meio do círculo. Quando os otários descobriam que não havia cobra nenhuma, era tarde. Já tinham comprado o estoque de cloroquina do camelô.

Em jovem, usei a cloroquina para fins alucinógenos. Era só esmagar o comprimido, misturá-lo com cacófia e aspirá-lo pelo canudinho da Bic. Em um segundo, gritava "Shazam!" e me transformava em Che Guevara.

Ouçó dizer agora que o dr. Jair Bolsonaro prescreve a cloroquina como tratamento precoce contra a Covid em emas. Faz sentido.



## mercado

PAINEL S.A.  
TurbulênciaJoana Cunha  
painelsa@grupofolha.com.br

Latam e Azul voltam ao ringue em uma disputa que faz lembrar o bate-boca que tiveram em 2019, quando entraram na corrida para tentar adquirir o que sobrou da recuperação judicial da Avianca e ficar com o espaço que ela ocupava no aeroporto de Congonhas. Recomendou nesta semana uma troca de cotoveladas entre Latam e Azul com o anúncio do fim do codeshare da dupla, a parceria de compartilhamento de voos adotada em 2020 para ajudar as empresas na pandemia.

**PLATAFORMA** Nesta segunda (24), a Latam anunciou que a parceria com a concorrente chegou ao fim. Segundo o presidente da empresa, Jerome Cadier, os voos do codeshare desceram a uma participação tão baixa, de 2%, que não vale as dores de cabeça pela dificuldade de integrar as operações das duas companhias.

**RADAR** Horas depois do anúncio da Latam, a Azul publicou um comunicado dizendo que acredita em uma tendência de consolidação no setor. Sem citar o nome de quem gostaria de comprar, a Azul anunciou que contratou consultores para estudar oportunidades.

**CABINE** Cadier reagiu. Negou qualquer intenção da Latam de vender a operação brasileira. "Eu posso garantir que não existiu nenhuma conversa e nenhuma oferta sobre aquisição da Latam Brasil. Se foi, foram os consultores deles que conversaram com a Azul e tiveram as ideias deles. Mas com a gente não se discutiu e não teve oferta. Nem tem intenção da Latam de se separar da Latam Brasil", afirmou Cadier.

**ROTA** A Latam se encaminha para a fase final do Chapter 11, o processo de recuperação que abriu nos EUA quando a pandemia começou. Nos próximos meses, se reúne com credores e potenciais investidores para apresentar e fazer o acordo de seu plano de saúde, definindo pagamento dos credores e como fica a composição acionária e da dívida.

**ESPAÇO** Para explicar sua tese de que uma eventual consolidação entre Azul e Latam seria impensável, Cadier argumenta que uma transação do tipo dificilmente seria aceita pelos órgãos regulatórios. Ele diz que seria uma discussão complexa demais.

**JANELA** "Tem oportunidade para consolidação? Boa pergunta. Depois da saída da Avianca, todo mundo dizia: 'tem pouca aérea no Brasil, são só três, está concentrado'. Ouvi isso várias vezes. E agora? Viram duas? Difícil. Do ponto de vista da Latam, nosso plano de saída do Chapter 11 não comporta discussão imaginando desmembrar mais de metade da operação da Latam", diz.

com Mariana Grazini e Andressa Motter

## INDICADORES

**JUROS**  
Mai. em % ao mês | Mínimo | Máximo  
7,73 8,00 3,89 7,89

Cheque especial | Empréstimo pessoal  
Fonte: Procon-SP

**CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA**  
Competência maio  
Autônomo, empregador e facultativo  
Valor mín. R\$ 1.100,00 20% R\$ 220,00  
Valor máx. R\$ 6.433,57 20% R\$ 1.286,71

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo podem contribuir com 1,1% sobre o salário mínimo. Doras de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 15 jun.

**MEI (Microempreendedor)**  
Valor mín. R\$ 1.100 5% R\$ 55,00

**Assalariado** Alíquota  
Até R\$ 1.100 7,5%  
De R\$ 1.100,01 a R\$ 2.203,48 9%  
De R\$ 2.203,49 a R\$ 3.305,22 12%  
De R\$ 3.305,23 a R\$ 6.433,57 14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 18 jun. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição.

**LIMITE** O mercado de planos de saúde, que neste ano deve ser obrigado pelo órgão regulador a dar um desconto nos preços para clientes com contratos individuais e familiares, tem sugerido que a categoria deixe ser submetida ao teto definido pela ANS. Abrange e FenaSaud, associações de empresas do setor, defendem que os reajustes desses planos sejam regulados pelo mercado, assim como os coletivos.

**EQUAÇÃO** No modelo existente, a ANS combina as despesas médicas das operadoras e o índice da inflação para chegar à correção. Mas as entidades acham que as diferenças de custos regionais deveriam ser consideradas. A agência afirma que o cálculo atual dá mais transparência e previsibilidade ao reajuste e protege o cliente. Diz, ainda, que tem proposto medidas para ampliar a concorrência no setor.

**CALOURO** Após mais de um ano fazendo ensino remoto por causa da pandemia, a Universidade de Harvard anunciou nesta terça (25) que, no fim de agosto, quando voltar a receber os alunos presencialmente, espera sua maior turma de ingressantes da história.

**DIPLOMA** Neste mês, a instituição disse que a vacinação contra a Covid será obrigatória para todos os estudantes das próximas turmas. E promete fornecer imunizante aos alunos que não tenham tomado.

**CRACHÁ** A feira virtual de estágios e empregos da Estácio, que começou nesta terça (25), tem 118 mil vagas ofertadas, diz a empresa. Na edição de 2020, que aconteceu no início da pandemia e foi afetada pelas incertezas, foram 4,2 milhões. Os postos abrangem funções presenciais e remotas para alunos, ex-alunos e estudantes de outras instituições.

**PELE** Um ano após o assassinato de George Floyd, o Twitter divulga uma análise sobre bilhões de postagens feitas com as empresas Black Swan Data e CrowdDNA. No Brasil, a hashtag #VidasNegrasImportam teve mais de 2 milhões de menções em 2020. O volume de tuítes sobre racismo cresceu 800% entre dezembro de 2018 e novembro de 2020.

## Guedes quer acabar com alíquota regressiva do IR na renda fixa

Ideia é 'unificar por baixo' em 15% o percentual porque, segundo o ministro, governo paga para o rico deixar dinheiro no banco

Bernardo Caram

**BRASÍLIA** Em uma fase da reforma tributária a ser enviada ao Congresso, o governo deve propor uma "unificação por baixo" das alíquotas do IR (Imposto de Renda) cobrado de investimentos em renda fixa, que hoje beneficiam quem faz aplicações mais longas.

Em entrevista à *Folha*, o ministro Paulo Guedes (Economia) disse que o governo acaba pagando para o rico deixar o dinheiro no banco, enquanto a maior parte da população não consegue ficar com recursos parados por longos períodos e, por isso, não tem acesso ao benefício existente hoje. Na conversa, Guedes apresentou as etapas do plano do governo para a reforma, com detalhes sobre a redução em cinco pontos percentuais da tributação sobre empresas e a criação de tributo sobre dividendos.

O sinal verde para o envio das propostas foi dado na segunda-feira (24), após acordo entre o ministro da Economia e a cúpula do Congresso para que a tramitação da reforma seja feita de maneira fatiada.

Atualmente, investimentos em renda fixa são tributados de acordo com o período da aplicação. Quanto mais tempo o recurso fica aplicado em um determinado papel, menor o Imposto de Renda cobrado.

As alíquotas começam em 22,5%, para resgates feitos em até seis meses, e vão caindo até 15%, para retiradas feitas após um período de dois anos. A regra vale para investimentos em título do Tesouro, CDB (Certificado de Depósito Bancário), LF (Letra Financeira), LC (Letra de Câmbio), de bônus, commons e fundos de renda fixa.

O plano de Guedes é acabar com esse sistema regressivo e nivelar a cobrança em 15%, patamar mais baixo.

"Se o banco quer que você fique mais tempo com o dinheiro aplicado, ele que te pague uma taxa [de remuneração] maior. Vamos reduzir e unificar por baixo", disse.

A ideia do ministro é fazer uma redução ampla e linear das cobranças sobre investimentos em renda fixa. Como o texto da proposta não está fechado, alterações ainda podem ser feitas.

Membros da pasta afirmam que a tabela regressiva foi criada para estimular um alongamento de prazo dos títulos de renda fixa e outros instrumentos financeiros. A ideia agora é eliminar esse tipo de estímulo.

O ministro disse que não será criada uma compensação específica para essa perda de receita. O conjunto da reforma tributária, segundo ele, será neutro, sem perspectiva de aumento ou queda de arrecadação.

Em uma das medidas para gerar ganho de receita, o governo deve acabar com a isenção concedida hoje a alguns produtos financeiros que têm recursos direcionados ao agronegócio e empreendimentos imobiliários.

A proposta em estudo prevê o fim da isenção de IR para aplicações em LC (Letra de Crédito Imobiliário), LCA (Letra de Crédito do Agronegócio), CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários) e CRA (Certificado de Recebíveis Agrícolas).

"Hoje os ricos têm isenções, existe uma imensurável de produtos financeiros isentos. A maior parte da

## PLANO PARA A REFORMA TRIBUTÁRIA DO GOVERNO

## Governo quer reduzir e unificar IR sobre renda fixa

Período da aplicação, em dias

Como é hoje



Como deve ficar



Fonte: Ministério da Economia

população não tem acesso a esses instrumentos", disse.

A caderneta de poupança, que não sofre tributação do Imposto de Renda, continuará isenta no plano elaborado pelo governo.

As medidas devem fazer parte da etapa da reforma tributária destinada a reformular o Imposto de Renda. Nessa fase, o governo vai propor, de acordo com Guedes, "aumentar um pouco" a faixa de isenção do IR de pessoa física.

Em janeiro, o presidente Jair Bolsonaro disse que quer aumentar para R\$ 3,000 a faixa de isenção em 2022. Hoje, o limite é de R\$ 1,903,98 por mês.

Nessa etapa, Guedes afirma que o governo também pretende fazer mudanças na tributação sobre empresas.

Segundo o ministro, o governo deve propor que o IR da pessoa jurídica seja reduzido em 2,5 pontos percentuais em um ano e mais 2,5 pontos no ano seguinte. A alíquota cheia, segundo ele, cairia de 25% para 20% no período.

"Por outro lado, se o dinheiro saiu da empresa, virou dividendo, cobra 20% de imposto sobre dividendos. Vamos criar o imposto sobre dividendos. É desonerar o investimento que cria emprego e renda e onera esse dinheiro que vai para a pessoa física", disse.

O governo deve propor ainda a extinção do mecanismo de JCP (Juros sobre Capital Próprio), outra forma de distribuição de recursos aos acionistas.

Antes da reforma do IR, o governo deve apresentar a proposta com mudanças no IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).

Guedes afirma que a ideia é trabalhar para reduzir os IPIs e ficar com os chamados impostos seletivos, que incidem sobre produtos que geram efeitos colaterais negativos, como cigarro, bebidas e automóveis.

Segundo ele, esse tributo não deve incidir sobre combustíveis e energia elétrica. O objetivo é não reduzir a competitividade do setor produtivo.

No pacote de Guedes, a primeira etapa da reforma tributária será a criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), unificando PIS e Cofins. Essa foi a única fase já apresentada ao Congresso.

O ministro afirma que o governo aceita reduzir a alíquota de 12%, caso os governadores desejem acoplar tributos estaduais ao sistema.

A segunda fase será a mudança do IPI, seguida da reforma do IR. A quarta etapa, apelada de "passaporte tributário", incluiu um novo Refis (programa de refinanciamento de dívidas com desconto). Os programas de Refis costumam ser criticados por membros do Ministério da Economia por conceder descontos de formalinear, inclusive a contribuintes com boas condições de pagamento.

Fonte: Ministério da Economia







# Admissibilidade da reforma administrativa passa na CCJ

Aprovação teve dissidências entre os aliados do governo

Por Raphael Di Cunto — De Brasília

26/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

---



Arthur Maia: deputado do DEM será o relator da reforma na comissão especial — Foto: Ruy Baron/Valor - 7/2/2018

Após mais de três meses de debates, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou ontem o parecer do deputado Darci de Mattos (PSD-SC) a favor da admissibilidade da proposta de emenda constitucional (PEC) da reforma administrativa, com a supressão de três trechos. Com a aprovação, o texto será debatido por uma comissão especial, quando deputados da própria base defenderão várias mudanças no projeto.

A aprovação ocorreu por 39 votos a 26, com dissidências entre os aliados do governo. Apesar de seus partidos orientarem posição favorável ao parecer, deputados do PSDB, MDB, PSD, PP, Podemos, Solidariedade e Cidadania votaram contra. O Pros somou-se à oposição e foi contra, enquanto o Podemos liberou. Outros partidos, como PSL e PP, defenderam alterações ao votarem.

“O Progressistas se reserva o direito de discutir cada um dos dispositivos desta PEC no momento oportuno e de refutar aqueles que trocam a lógica do serviço público brasileiro, dando primazia ao setor privado”, disse a coordenadora do PP na CCJ, a deputada Margarete Coelho (PI). Dos cinco integrantes do partido na CCJ, dois votaram contra.

Um dos que defenderam mudanças na comissão especial foi o próprio relator na CCJ. Mattos disse que trabalhará para tirar qualquer dispositivo que possa afetar os atuais servidores públicos e que o novo período de experiência criado pelo projeto não pode valer para carreiras típicas de Estado. “Sinto que há eco na Câmara, e mesmo na base do governo, de que temos e com certeza vamos rever essa questão

do período de experiência substituindo o estágio probatório para carreiras típicas [de Estado]. Percebo que não cabe aí”, afirmou.

O parecer dele já tinha excluído três pontos da proposta do governo: a permissão para que o presidente pudesse extinguir autarquias e fundações apenas por decreto, a proibição para que servidores de carreiras típicas de Estado possam exercer “qualquer outra” atividade remunerada e alguns novos “preceitos” a serem seguidos pela administração pública, como “subsidiariedade”.

Os demais pontos tiveram a constitucionalidade aprovada e agora serão debatidos pela comissão especial, que analisará o mérito da matéria e pode alterá-la completamente. Na comissão, o relator será o deputado Arthur Maia (DEM-BA), que no governo Temer foi o relator da reforma da Previdência Social. O presidente será Fernando Monteiro (PP-PE).

A reforma administrativa foi enviada pelo governo Bolsonaro no ano passado, mas só andou este ano porque a CCJ não estava funcionando. A comissão foi instalada há três meses e levou três meses para analisar a admissibilidade (se algum ponto da PEC fere cláusulas pétreas da Constituição Federal). A fase de discussões do projeto acabou por tomar um dia e meio e vários parlamentares da própria base governista sugeriram mudanças.

Mesmo aliados próximos do presidente Jair Bolsonaro defendem mudanças para diminuir preocupações de suas bases eleitorais. Líder do PSL na Câmara, o deputado major Vitor Hugo (GO) disse que a sigla defenderá que as carreiras típicas de Estado estejam descritas nominalmente na Constituição - algo que o próprio governo evitou, dizendo que engessaria o serviço público. “Podemos colocar na Constituição aquelas que são mais evidentes, como policiais, a Abin [Agência Brasileira de Inteligência] e carreira tributária”, afirmou.

Uma das principais queixas na CCJ é que a PEC deixa de fora os “supersalários” e carreiras como os juízes. “Não vou votar reforma administrativa enquanto não se acabarem abusos e privilégios no Brasil”, disse o deputado Rubens Bueno (Cidadania-PR), que foi relator de projeto de lei para regulamentar as verbas acima do teto salarial do funcionalismo, texto que aguarda há quatro anos ser pautado no plenário.

Apesar das demandas por mudança, a maioria dos partidos governistas votou a favor do projeto, dizendo que a CCJ só analisava o mérito. A exceção foi o Pros. “Sou servidor. Foi compromisso de campanha”, disse o líder do partido, capitão Wagner (CE).

Já os partidos de oposição criticaram duramente a criação de novos vínculos com a administração pública, sem a previsão de estabilidade e a falta de discussão sobre os supersalários, e afirmaram que trabalharão para derrotar a proposta no plenário. “A PEC 32 é uma falácia, um engodo, tal qual foi a reforma da Previdência e a reforma trabalhista”, disse o deputado Gervásio Maia (PSB-PB).

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

**Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas**

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

**Máscara KN95 se mostra superior em testes**

LOJA INTERATIVO



# Auxílio pode ser prorrogado por dois meses, diz Pacheco

Presidente do Senado descarta candidatura em 2022, evita críticas ao presidente Jair Bolsonaro e apoia a agenda econômica do governo

Por **Cristiane Agostine** — De São Paulo

26/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmou ontem que o Congresso estuda a prorrogação do auxílio emergencial por até dois meses.

Segundo Pacheco, o auxílio emergencial poderá ser reeditado por mais um ou dois meses, enquanto o governo federal não implementar um novo programa social. As quatro parcelas do auxílio emergencial previstas inicialmente para este ano começaram a ser pagas em abril e devem acabar em julho. O benefício varia de R\$ 150 a R\$ 375 por mês, de acordo com a composição da família.

Quando o auxílio terminar, o presidente do Senado defendeu que o governo federal reformule o Bolsa Família e implemente um novo programa, que atenda um número maior de famílias e pague um valor maior do benefício. O parlamentar afirmou que cerca de 5 milhões de pessoas aguardam para serem atendidas no Bolsa Família.

As declarações foram dadas por Pacheco durante uma conferência online promovida pelo banco BTG Pactual. Ao falar sobre as eleições de 2022, o presidente do Senado descartou a possibilidade de ser candidato à Presidência, apesar das sondagens feitas por partidos de centro-direita e direita para lançá-lo. "Não considero nem minimamente a hipótese de uma candidatura presidencial em 2022."

Pacheco evitou fazer críticas à gestão Jair Bolsonaro, mesmo quando questionado sobre economia e as ações do governo para enfrentar a pandemia. Sobre a CPI da Covid, em funcionamento no Senado, o parlamentar reforçou que a comissão só foi

instalada depois de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e disse que o colegiado não pode se transformar em palanque político contra Bolsonaro.

“Espero que possa cumprir o seu papel de apuração de responsabilidade. Espero que não constitua um palanque político ou espetáculo para fazer autopromoção de quem quer que seja”, disse referindo-se à atuação da CPI.

Ao falar sobre a agenda econômica, Pacheco afirmou que o Senado não será um entrave ao governo federal para aprovar a privatização da Eletrobras nem as reformas administrativa e tributária. Segundo o parlamentar, a MP que permite a venda da Eletrobras será discutida e votada “dentro do prazo estipulado”, para que seja possível o retorno à Câmara para uma nova análise e aprovação antes de 22 de junho, quando perde a validade.

Sobre as reformas, o presidente do Senado afirmou que o Congresso poderá aprovar a administrativa e a tributária até o fim do ano. “O Estado brasileiro precisa de reformulação. Não é o Estado mínimo, mas o Estado presente no que deve estar presente”, afirmou.

O parlamentar falou sobre a proposta de reforma eleitoral em debate no Congresso e criticou a possibilidade de implementar mudanças nas regras. Pacheco defendeu a manutenção da lei atual, em vigor desde 2017.

O presidente do Senado afastou a possibilidade de aprovar o “distritão” e alterações na cláusula de barreira. “Nós fizemos uma opção no Brasil em 2017, com proibição de coligação nas eleições proporcionais, com regras para cláusula de barreira”, disse. “[Essa opção] Precisa ser respeitada. O Senado tende a manter o sistema eleitoral como é hoje, proporcional, com cláusula de desempenho, aliado com a proibição de pessoas jurídicas no financiamento de campanha”, disse, durante a conferência.

No mesmo evento do BTG, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que a reforma tributária que está sendo negociada com o Congresso “vai ser simples e vai ser difícil ficar contra”.

“Vamos fazer o IVA federal, a primeira simplificação, reduzir um pouco os IPIs, botar fogão, geladeira. Vamos acabar com algumas isenções”, afirmou. Empresas que reinvestirem os lucros poderão pagar imposto corporativo mais baixo, segundo o ministro, e o pagamento de dividendos devem ser taxados. “Menos regressividade, reduz os indiretos, aumenta os diretos, mas aumenta no lugar certo, na física, reduz no ‘corporate tax’”, disse Guedes. **(Colaboraram Hugo Passarelli e Ana Conceição)**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

---

LINK PATROCINADO

**Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas**

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

**Máscara KN95 se mostra superior em testes**

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

**Dê o primeiro passo para ter a sua casa própria**

CONSÓRCIO ITAÚ

LINK PATROCINADO

**Transforme ideias em lucro**

IBM ECOSYSTEMS

LINK PATROCINADO

**O tênis mais vendido de 2021 agora com 70% de desconto!!**



# Guedes quer voltar a debater imposto sobre transações

Proposta não conta, em princípio, com oposição dos presidentes do Senado e da Câmara

Por Lu Aiko Otta — De Brasília

26/05/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

---

Com um plano já desenhado para a reforma tributária fatiada, o ministro da Economia, Paulo Guedes, quer agora retomar as discussões para criar um imposto sobre transações financeiras. Na área econômica, a avaliação é que o presidente Jair Bolsonaro não vai se opor à ideia se a alíquota for de até 0,1%. O **Valor** questionou o Palácio do Planalto, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.

A ideia não encontra veto do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Ontem, em evento do BTG Pactual, ele disse que a criação de novo tributo nos moldes da antiga

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) pode ser discutida, como uma última etapa da reforma tributária. “Não é prioridade”, afirmou.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), tem dito a interlocutores que é aberto a essa discussão. Desde que a criação do tributo tenha como contrapartida a desoneração de outros setores da economia.

Em discussões internas, Guedes tem insistido na tese de que a criação do Imposto sobre Transações não trará aumento de carga tributária. Trata-se de uma troca de bases de cobrança. Por um lado, são oneradas as transações financeiras. Por outro, haverá desoneração da folha salarial.

O Imposto sobre Transações poderá ainda financiar outra medida: a elevação do limite de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). Prometida desde o início do governo, a medida traria importante perda de receitas. Essa poderia ser compensada com a arrecadação do Imposto sobre Transações, disse uma fonte à reportagem. A ideia original dos técnicos, compensar a perda com redução de deduções com saúde, é uma opção que ficou em segundo plano.

Outro programa a ser amparado com receitas do Imposto sobre Transações é a Carteira Verde-Amarela. Com ela, pessoas que hoje atuam na informalidade conseguirão registrar seu trabalho, ainda que seja por hora. Empregados e empregadores são desonerados de contribuição previdenciária. Para bancar a

aposentadoria dessas pessoas, seria criado um fundo, a ser alimentado com recursos do novo tributo.

O benefício da geração de empregos com a Carteira Verde-Amarela e o agrado à classe média com o aumento do limite de isenção do IRPF teriam reduzido as resistências de Bolsonaro, relata um interlocutor de Guedes.

Na primeira metade do atual governo, a criação do tributo contou com a oposição aberta do então presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). O quadro político está diferente agora.

A desinterdição do debate está, porém, longe de assegurar a aprovação da proposta. A criação do Imposto sobre Transações depende de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e há dúvidas se o governo tem votos suficientes para fazê-la passar. Para aprovar uma alteração no texto constitucional é preciso de 3/5 dos votos da Câmara e 3/5 do Senado, em dois turnos de votação.

Na segunda-feira, Guedes reuniu-se com Pacheco e Lira para discutir a condução da reforma tributária. Ficou decidido que a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e as reformas do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) começariam a tramitação na Câmara dos Deputados. No Senado, ficarão o programa de refinanciamento de dívidas com a Receita e a reforma tributária ampla, resultado das PECs 45 e 110.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

**O tênis mais vendido de 2020 agora com 70% de desconto**

KING SHOES

LINK PATROCINADO

**Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente**

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

**Dia dos Namorados é muito mais amor com Calvin Klein. Escolha um presente especial!**



# **IPCA-15 vem abaixo do esperado, mas cenário ainda é de inflação acima de 5%**

Preços industriais em patamar elevado, alta de commodities e cenário mais pressionado para conta de luz inspiram cautela

Por **Arícia Martins e Lucianne Carneiro** — De São Paulo e do Rio

26/05/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

---

Ao desacelerar de 0,60% em abril para 0,44% em maio, a prévia da inflação ficou abaixo do previsto pelo mercado, mas também trouxe sinais de pressão. Enquanto, de um lado, os preços de serviços entraram em terreno negativo e explicaram a maior parte do erro nas projeções, de outro, os bens industriais continuaram em ascensão e acumularam alta de 7,44% em 12 meses - maior taxa desde abril de 2005 (7,53%), segundo cálculos da MCM Consultores, e acima da inflação cheia do período, que alcançou 7,27% neste mês.

A mediana de 31 analistas ouvidos pelo Valor Data previa aumento de 0,54% para o IPCA-15 de maio, divulgado ontem pelo IBGE. Segundo economistas, o resultado menor que o esperado pode desencadear cortes nas estimativas para o índice fechado do mês.

Olhando à frente, porém, a perspectiva de que os preços industriais permaneçam em patamar elevado, a valorização nas cotações de commodities e o cenário mais pressionado para tarifas de energia elétrica inspiram cautela, o que justifica manter as projeções para o IPCA do ano acima de 5%.

Na prévia de maio, o acionamento do patamar 1 da bandeira vermelha levou as contas de luz a aumentarem 2,31%. Outro vetor de alta dentro das tarifas administradas foram os produtos farmacêuticos, que subiram 2,98%. Já a parte de alimentação no domicílio avançou de 0,19% a 0,5%.

Em sentido contrário, a deflação de 28,85% das passagens aéreas foi a maior explicação para o IPCA-15 ter vindo abaixo do esperado, mas não a única, diz Daniel Silva, economista da Novus Capital. Os serviços caíram 0,38% em maio, após subirem 0,18% em abril. Silva chama atenção para a parte de aluguel e taxas, que recuou 0,09%. “Este é um sinal mais relevante para a inflação no médio e longo prazo, porque é um preço mais ligado ao desempenho da economia.”

Para ele, o comportamento negativo desses preços não indica fraqueza no nível de atividade em geral, mas sim no mercado de trabalho. “Essa parte do desemprego vai continuar ajudando a manter a inflação de serviços bem ancorada e comportada, o que ajuda a compensar a alta dos bens industriais”, disse Silva.

Entre o IPCA-15 de abril e o de maio, a inflação de bens industriais saltou de 0,46% para 0,99%, aumento que, de acordo com analistas, reflete restrições globais na cadeia de suprimentos, assim como o baixo nível de estoques na indústria. Como esses choques não devem se dissipar nos próximos meses, os preços industriais devem seguir em nível incômodo.

“Os preços dos bens industriais subiram bem acima da nossa projeção, de 0,58%”, comentou Tatiana Nogueira, economista da XP Investimentos. “A alta foi bastante espalhada, com preços altos em artigos de residência, vestuário, automóvel novo e etanol”, apontou Tatiana, para quem a dinâmica inflacionária segue preocupante.

Ela também menciona a média dos cinco núcleos de inflação acompanhados pelo BC, que avançou de 0,32% para 0,37% nos cálculos da XP. Em 12 meses, a alta passou de 3,6% para 4,1%, acima da meta de inflação para o ano, de 3,75%, ressaltou. Por excluírem ou reduzirem o impacto de preços voláteis, essas medidas são mais sensíveis ao nível de atividade e à política monetária.

Para Raphael Rodrigues, economista do banco BV, além da evolução dos bens industriais e dos núcleos, o índice de difusão foi outro ponto que despertou

preocupação. O percentual de itens com reajuste no mês, que mostra quão espalhada a inflação está, subiu de 61% para 67,6% entre abril e maio.

Apesar da surpresa favorável com a prévia de maio e da perspectiva de reajuste negativo em planos de saúde, Roberto Secemski, economista-chefe para Brasil do Barclays, elevou a projeção para o aumento do IPCA no ano, de 5,2% a 5,4%. O teto da meta para 2021 é 5,25%. O risco é que o indicador suba ainda mais do que o projetado, avalia Secemski, e o novo número incorpora a expectativa de que o ano termine com a bandeira vermelha 1 em vigor nas contas de luz. O cenário anterior contava com bandeira amarela.

Na inflação anual, a pressão de produtos industriais se sobrepõe ao nível comportado dos serviços, diz Silva, da Novus, que projeta alta de 5,5% para o IPCA em 2021.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

---

LINK PATROCINADO

**Veja como é o combate à pandemia no transporte.**

MERCEDES-BENZ | ÔNIBUS

LINK PATROCINADO

**Transforme ideias em lucro**

IBM ECOSYSTEMS

LINK PATROCINADO

**O tênis mais vendido de 2021 agora com 70% de desconto!!**

LOJA KINGS

LINK PATROCINADO

**Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas**

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

**Queima de estoque! De R\$ 657 por R\$ 197**

KING SHOES

LINK PATROCINADO



## O conceito de serviço tributável e o STF

A postura do STF acaba por levar à ampliação da competência tributária na determinação da incidência do ISS

Por **Thiago Abiatar Lopes Amaral**

26/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Como se sabe, por ocasião do julgamento do o Recurso Extraordinário (RE) 651703, de relatoria do ministro Luiz Fux, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a possibilidade de incidência de Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS) sobre as atividades de planos de saúde.

Entretanto, para além da fixação da tese em si, segundo o entendimento contido nesse julgado, o conceito constitucional de serviço até então prevalente na Corte e pautado na definição extraída do direito civil, consistente em uma obrigação de fazer (consagrado no RE 116121-3 e súmula vinculante nº 31), não seria mais

apropriado para o enquadramento dos produtos e serviços resultantes da atividade econômica.

## A postura do STF acaba por levar à ampliação da competência tributária na determinação da incidência do ISS

Nessa linha, o conceito constitucional de serviço estaria desvinculado de típicas obrigações de fazer e comportaria uma interpretação mais ampla, respaldada na economia, nos limites da dicotomia existente entre bens e serviços resultantes da atividade econômica, a que se refere o artigo 966 do atual Código Civil.

Logo, de maneira residual, reservada a competência ao legislador estadual para fins de exigência do ICMS, o ISS incidiria sobre todos os produtos da atividade econômica não enquadrados como bens materiais (móveis, corpóreos e sujeitos à mercancia), atrelando-se ao oferecimento de uma utilidade para outrem, evidentemente prevista na lista anexa à Lei Complementar nº 116/03.

Com efeito, mais recentemente, no contexto de pandemia e com a nova tendência de julgamentos em pauta virtual, o STF debruçou-se mais algumas vezes sobre temas cujo desfecho necessariamente deveria passar pela definição do conceito de serviço tributável pelo ISS, como ocorreu, exemplificativamente, nos casos em que se analisou a incidência de ISS sobre contratos de franquia (RE 603136), sobre exploração de jogos e apostas (RE 634764) e sobre a cessão de infraestrutura em relação às atividades de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza (ADI 3142).

O ponto de atenção nessas novas abordagens da Corte suprema, entretanto, é que, ressalvadas as suas particularidades, acabaram elas por adotar de maneira expressa a clássica distinção entre as ditas obrigações de dar e de fazer para enquadrar tais atividades no conceito de serviço de qualquer natureza previsto no texto constitucional, ainda que no contexto de atividades tidas como complexas em que a obrigação de dar também se faz presente de maneira indissociável da obrigação de fazer.

No entanto, também recentemente, ao adentrar na discussão a respeito da taxatividade da lista de serviços do ISS (RE 784439) a Corte suprema fez constar da ementa do acórdão a assertiva de que “embora a lei complementar não tenha plena liberdade de qualificar como serviços tudo aquilo que queira, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não exige que ela inclua apenas aquelas atividades que o direito privado qualificaria como tais”.

Contudo, sem aqui adentrar ao mérito das decisões em si, nos parece que tal postura por parte do STF acaba por inevitavelmente levar à ampliação da competência tributária na determinação da incidência do ISS, sem que se estabeleça efetivamente um critério mais claro e objetivo no tocante à definição da materialidade do imposto municipal.

Por mais legítimos que sejam os argumentos que justificam uma ou outra decisão, seja pelo viés de maior amplitude do conceito de serviços, seja por uma interpretação mais restrita derivada do direito civil, eventualmente ampliada para abarcar as relações mais complexas ou baralhadas entre o dar e o fazer, nos parece que o tema reclama definições mais precisas.

Durante anos a dicotomia entre o dar e o fazer foi encampada pela doutrina e jurisprudência em todos os seus níveis, a ponto de sua essência fundamentar a edição da Súmula Vinculante 31: “É inconstitucional a incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS sobre operações de locação de bens móveis”.

No contexto atual, não se nega que os avanços tecnológicos e econômicos impõem novas realidades que levam ao intérprete um enorme desafio em buscar acomodar as novas fontes de riqueza econômica dentro das materialidades de um sistema tributário bastante ultrapassado.

Contudo, esse contexto não pode ser utilizado como justificativa à adoção interpretações incertas ou indecisas, adaptadas conforme a necessidade e essencialmente o interesse econômico envolvido na demanda. O fato é que a própria lógica do sistema de Plenário Virtual, avessa ao debate e a troca de ideias colabora para tais situação.

De todo modo, o STF acima de tudo, deve resguardar a Constituição interpretando-a dentro de um contexto que confira segurança jurídica, jamais deve valer-se dessa interpretação como instrumento de preservação das contas públicas, ainda mais quando tal intento custa-lhe alguma lógica, como ocorre no caso dos serviços, ora atrelados a uma obrigação de fazer, ora apenas e tão somente ao oferecimento de uma utilidade para outrem dentro de uma concepção econômica e residual do termo serviço.

**Thiago Abiatar Lopes Amaral é sócio de Tributário do Demarest Advogados, com LL.M em Direito pela Northwestern Prietzker School of Law, Chicago, EUA**

**Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

**O tênis mais vendido de 2021 agora com 70% de desconto!!**

LOJA KINGS

LINK PATROCINADO

**Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas**

LOJA INTERATIVO



## Proposta muda incidência de IR sobre fundos

Ideia é transformar cobrança do “come-cotas” em anual, em vez de semestral como ocorre hoje

Por Fabio Graner — De Brasília

26/05/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

---

A equipe econômica incluiu na minuta da proposta de mudanças da legislação do Imposto de Renda a diminuição da cobrança do chamado “come-cotas” dos fundos de investimento para somente uma vez por ano, em vez de duas vezes, como ocorre atualmente, segundo apurou o **Valor**.

O come-cotas é o apelido dado à cobrança antecipada do Imposto de Renda nos fundos, que ocorre no fim de maio e em novembro. A indústria de fundos há anos reclama dessa medida, que acaba piorando a atratividade do setor ao reduzir a rentabilidade das aplicações antes de seu resgate efetivo, quando é feito o ajuste de

contas entre o que foi recolhido antecipadamente e o que é devido ao final. Por outro lado, a Receita Federal sempre resistiu à retirada desse mecanismo, que ajuda a melhorar a arrecadação federal.

A iniciativa de reduzir pela metade a incidência do come-cotas, se for mesmo adiante, fará parte da ampla reformulação do Imposto de Renda das empresas e das famílias. Uma minuta já foi enviada à Casa Civil para avaliação técnica e jurídica antes da assinatura do projeto a ser encaminhado ao Congresso. Como ainda está sendo finalizada no âmbito do governo, pode haver mudanças no texto antes do envio aos parlamentares, embora o projeto de lei esteja bem avançado tecnicamente

Anteontem, o ministro da Economia, Paulo Guedes, se reuniu com os presidentes da Câmara e do Senado para discutir a estratégia em torno da reforma tributária e apresentar as diretrizes gerais do texto relativo ao Imposto de Renda. E ontem, em evento do BTG Pactual, ele confirmou que os entendimentos políticos em torno da reforma tributária em fatias estão avançados e afirmou que deve conter medidas como a retirada da isenção de IR em operações de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e do Agronegócios (CRA).

Além disso, o governo deve promover a redução da parcela básica do IRPJ de 15% para 12,5% no primeiro ano e 10% a partir do segundo ano da vigência da reforma e

colocar uma taxaço de 15% nos lucros distribuídos por meio de dividendos - o que pode chegar a 20%, a depender do desenho final do projeto.

Nas versões mais recentes da reforma do Imposto de Renda das empresas e das famílias, conforme o **Valor** noticiou, também há a ideia de eliminar o mecanismo de juros sobre capital próprio (JCP), que hoje permite reduzir a base de incidência do IRPJ e da CSLL. A medida já gera rea  o es mesmo antes de ser efetivamente adotada pelo governo.

O advogado tributarista Ilan Gorin, por exemplo, sócio de escritório do mesmo nome, afirma que o JCP    um mecanismo positivo para as empresas e que seu fim, mesmo em um contexto de redu  o do IRPJ, vai representar um aumento de carga tributária e um desincentivo aos investimentos, ao emprego e    renda.

No lado do governo, porém, a leitura    que esse mecanismo, que    quase exclusividade do Brasil, não faz mais sentido em uma economia sem infla  o e que a reforma do Imposto de Renda, de forma global, não trará aumento de carga. Essa reforma contempla ainda medidas como o aumento na faixa de isen  o do Imposto de Renda da pessoa física, vista como um atrativo para incentivar a aprova  o do texto pelos congressistas.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

---

LINK PATROCINADO

**Vieram para ficar. Conhe  as as novas máscaras recomendadas**

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

**O tênis mais vendido de 2021 agora com 70% de desconto!!**

LOJA KINGS

LINK PATROCINADO

**O tênis mais vendido de 2020 agora com 70% de desconto**

KING SHOES

LINK PATROCINADO

**Máscara KN95 se mostra superior em testes**

# Rio entrega pedido de adesão a novo regime fiscal

Estado do Rio formaliza ao Ministério da Economia pedido de adesão ao novo Regime de Recuperação Fiscal (RRF)

Por Francisco Góes e Cristian Klein — Do Rio

26/05/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

---

O Estado do Rio formalizou ontem a entrega do pedido de adesão ao novo Regime de Recuperação Fiscal (RRF). O ato simbólico da entrega foi feito, em Brasília, pelo secretário da Fazenda, Nelson Rocha, ao secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Bruno Funchal. O novo regime oferece condições mais favoráveis aos Estados para o pagamento das dívidas com a União.

Na véspera da apresentação do pedido de adesão ao RRF, Rocha disse ao **Valor** que, a partir da entrega e da aceitação pelo Tesouro Nacional, vai se elaborar um plano



de recuperação para o Estado. “As condições serão discutidas [com o Tesouro] ao longo dos próximos seis meses”, disse o secretário, que assumiu o cargo há menos de um mês. Nessa fase de elaboração do plano, até dezembro, os pagamentos ficam suspensos, disse Rocha.

O novo regime terá prazo de dez anos e os pagamentos da dívida do Estado com a União vão aumentar de forma escalonada. Pelas novas regras, a projeção é que o Rio pague R\$ 5 bilhões em serviço da dívida em 2023, montante que, pelo regime anterior, seria de R\$ 24,6 bilhões, nas estimativas do Estado. No total, o Rio tem dívidas de R\$ 172 bilhões com a União.

“A dívida representa três vezes a receita corrente líquida [do Estado]. Significa que o Rio teria que arrecadar três anos, e não ter despesa nenhuma, para poder pagar a dívida”, disse Rocha. Entre especialistas da área fiscal, há quem considere que a dívida do Rio é impagável. Rocha reconhece que mantida a situação atual a dívida não conseguiria ser paga, mas pondera: “Precisamos construir as condições para pagamento da dívida.” Ele afirma que o Estado tem feito esforço, sobretudo via aumento de receita. Pelo lado das despesas, também tem se buscado ganhos, embora essa tarefa seja mais difícil pois existem obrigações legais, afirma.

A previsão para este ano é de um déficit de R\$ 3 bilhões nas contas do Estado, sem considerar os recursos obtidos com a concessão dos serviços da Cedae. Ele disse que os recursos com a concessão da Cedae devem ser usados, segundo orientação

do governador do Rio, Cláudio Castro, para investimentos, em especial em infraestrutura. Mas admitiu que se o Estado não encontrar outras alternativas de receita, o dinheiro poderá ser usado para o pagamento de despesas.

Outro tema relevante, na tentativa de equilíbrio fiscal do Estado, é o regime próprio de previdência. Rocha disse que o Rio fez uma parte da reforma previdenciária, incluindo o aumento da contribuição de 11% para 14% dos servidores da ativa. Também foi implementada uma tabela de temporalidade do direito à pensão para cônjuge ou companheiro. Mas ainda falta discutir a contribuição para inativos e pensionistas que recebem de um a três salários mínimos e a implementação de requisito de idade mínima para aposentadoria.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

---

LINK PATROCINADO

**Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas**

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

**Transforme ideias em lucro**

IBM ECOSYSTEMS

LINK PATROCINADO

**O tênis mais vendido de 2021 agora com 70% de desconto!!**

LOJA KINGS

LINK PATROCINADO

**O tênis mais vendido de 2020 agora com 70% de desconto**

KING SHOES

LINK PATROCINADO

**Dor nas costas, ciático ou coluna? Use isso todos os dias**

CI-ACTIVE

LINK PATROCINADO

**Tecido PVC Para Cortina Blackout Veda Luz Dupla-Face - Largura 1,40m - VED2-01**

R\$ 23,35

WILER-K BR



COMENTÁRIOS

## “PIB mais forte em 2021 vai além da mobilidade”

Para Leonardo Porto, economista-chefe do Citi Brasil, famílias e empresas aprenderam a operar melhor durante a pandemia

Por Arícia Martins e Victor Rezende — De São Paulo

26/05/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

---



Leonardo Porto: “O impacto da mobilidade sobre a atividade econômica também está menor. Acho que há um aprendizado das famílias e das empresas” — Foto: Carol Carquejeiro/Valor

A atividade mostrou desempenho mais forte do que o previsto no início do ano porque a mobilidade caiu menos, mas essa não é a única explicação para a surpresa positiva, avalia Leonardo Porto, economista-chefe do Citi Brasil. “O impacto da mobilidade sobre a atividade econômica também está menor. Acho que há um aprendizado das famílias e das empresas.”

Ele menciona levantamento feito pela equipe global de economistas do Citi com todos os países que já divulgaram o PIB do primeiro trimestre. O estudo apontou que a resposta da atividade à variação da mobilidade caiu para cerca de um terço da observada no segundo e terceiro trimestres de 2020. No quarto trimestre, essa elasticidade já havia recuado, para cerca de 50%.

Para o economista, tanto atividades que não precisam de interação social quanto aquelas que dependem da circulação se adaptaram melhor ao “novo normal” e, por isso, estão sofrendo menos impacto da pandemia. Esse aprendizado, porém, é um vetor favorável restrito ao curto prazo, diz Porto.

Olhando mais à frente, ele avalia que uma série de fatores impede visão mais otimista, tais como o menor nível de estímulo monetário, a necessidade de uma política fiscal contracionista no próximo ano e a perspectiva de desaceleração da economia mundial no fim deste ano. Por isso, o Citi elevou a estimativa para a expansão do PIB para 2021, de 3% a 3,6%, mas cortou a para 2022, de 2% a 1,8%.



Confira os principais trechos da entrevista:

**Valor:** *O cenário do Citi para o crescimento da economia brasileira neste ano também melhorou?*

**Leonardo Porto:** Sim. Revimos nossa projeção de crescimento de 3% para 3,6%. Foi efeito principalmente do primeiro trimestre, quando o PIB não caiu. Se fala muito que a mobilidade caiu pouco e por isso a economia não caiu tanto. É verdade, mas essa explicação é incompleta. O impacto da mobilidade sobre a atividade também está menor. Isso é uma evidência que o nosso time global já viu desde o quarto trimestre. Uma amostra global apontou que o impacto da mobilidade no PIB foi cerca da metade do que tinha sido no segundo e terceiro trimestre. Ou seja, o PIB deveria ter crescido mais rápido se eu usasse a mesma elasticidade da mobilidade para a atividade. As primeiras evidências para o primeiro trimestre, em uma amostra para todos os países que já divulgaram o PIB, mostram que essa elasticidade caiu para um terço.

**Valor:** *O que explica essa queda?*

**Porto:** Acho que há um aprendizado das famílias e das empresas. Tanto naqueles setores que precisam de mobilidade quanto naqueles que não precisam. Por exemplo, as empresas aéreas. Não tem jeito, você tem que entrar no avião. Mas hoje você sabe que pode ficar com a cadeira do meio talvez desocupada, usar uma máscara que protege mais... E também naqueles setores em que a pessoa tem que ficar fora, temos hoje internet melhor, laptop melhor... No começo da pandemia não

havia essa estrutura muito bem arquitetada. A consequência disso é que a economia consegue operar com um nível de mobilidade mais baixo. Tem um aprendizado aí.

**Valor:** *Esse aprendizado deixa uma perspectiva melhor daqui para frente?*

**Porto:** O vento contrário da pandemia para a atividade é menos forte do que a gente imaginava no curto prazo. Agora, no médio e longo prazo, assumíamos que a pandemia seria controlada ao longo deste ano, mas isso foi um pouco adiado por causa do atraso na vacinação. No começo do ano, achávamos que a vacinação estaria mais próxima de 50% no fim do segundo trimestre. Agora achamos que ela pode estar mais próxima de 35%.

**Valor:** *Quando devemos atingir a imunidade de rebanho?*

**Porto:** Esse é um conceito mais teórico do que prático. Mas temos olhado muito para o Chile, que já vacinou quase 50% da população, para prever em que estágio o vento contrário da pandemia na economia será eliminado. Lá, vimos que, antes de chegar em 40% de vacinação, a alta de casos e mortes não foi contida. Foi a partir de 40% que houve redução. Ou seja, como o Brasil deve estar em 40% só no terceiro trimestre, me parece que vamos continuar com algum freio da pandemia, ainda que menos potente. Na nossa previsão, estaremos na casa de 77% de vacinação no fim do terceiro trimestre. Agora também tem uma baita incerteza aqui, porque cepas estão surgindo, e estamos entrando no inverno, que agrava a situação. Mas me parece que a melhor aposta, digamos assim, é que comecemos a ter uma saída do impacto da pandemia na atividade de forma mais significativa ao longo do terceiro trimestre. Mas, no médio e longo prazo, temos que olhar outros “drivers”. E eles me levam a crer que a perspectiva de crescimento piorou.

**Valor:** *Quais seriam os ‘drivers’?*

**Porto:** O primeiro deles é o estímulo monetário. O BC iniciou um ciclo de alta de juros antes e bem mais agressivo do que todo mundo imaginava, e vai continuar nessa toada, tirando um pouco de combustível da recuperação. O segundo é a política fiscal. Até achamos que vai ter mais extensão do auxílio emergencial, mas

uma política fiscal mais contracionista deve ser implementada no quarto trimestre e no ano que vem. E no cenário externo, nosso time global acha que a partir do quarto trimestre a gente não vai contar com um crescimento global tão grande. E por fim o ciclo de commodities: nosso time global projeta que, em geral, o pico dos preços na média será atingido no terceiro trimestre e a partir daí entram em trajetória de estabilidade para leve queda.

**Valor:** *Com todos estes 'drivers', o Citi reduziu a estimativa de crescimento para 2022?*

**Porto:** Sim, de 2% para 1,8%. Tiramos a perspectiva de queda do PIB neste primeiro trimestre, mas não mudamos a percepção de crescimento potencial de médio e longo prazo. Então o hiato do produto ficou mais fechado, e uma parte do crescimento melhor ou da queda menor se traduz em alta menor lá na frente.

**Valor:** *Alguns destes vetores mencionados são inflacionários. Teremos uma inflação acima do teto da meta neste ano?*

**Porto:** Mudamos a projeção para a alta do IPCA em 2021 de 4,9% para 5,3%. Isso foi resultado da incorporação do efeito da bandeira nas contas de luz, de amarela para vermelha nível 1 no fim do ano, junto com um resíduo de alta de commodities lá fora. Para 2022 mantivemos em 3,5%. Partimos do princípio de que o BC vai colocar a Selic no nível que for necessário para fazer a inflação estar na meta no ano que vem, e por isso revimos a Selic para cima. Tínhamos que o BC faria a pausa em 5% e agora achamos que vai ser em 5,75%.

**Valor:** *Com as pressões inflacionárias elevadas, a Selic pode ser levada ao nível neutro já neste ano?*

**Porto:** Para mim, a Selic neutra seria algo entre 6% e 7%, em um cenário condicionado à expectativa de inflação estar ao redor de 3,5% no ano que vem. Existe um risco nada desprezível da expectativa de inflação se descolar de forma mais significativa do centro da meta e forçar o BC a subir além dos nossos 5,75% e eventualmente chegar nos 6,5%, sem que esse nível seja considerado o neutro. Temos um quadro preocupante do ponto de vista de que o risco de contaminação

dos preços no atacado para o consumidor está crescendo, e a chance de isso se perpetuar até o fim do ano não é desprezível.

**Valor:** *O mercado já tem embutido nos preços dos ativos níveis de inflação bem expressivos...*

**Porto:** A inflação implícita embute não só a expectativa de inflação dos agentes, mas também o prêmio de inflação e o diferencial de prêmios de liquidez entre os dois ativos comparados. Em geral, quando a inflação está alta, a variância da inflação se eleva e o prêmio de inflação tende a ser mais alto e, portanto, a inflação implícita tende a ser mais alta. É uma medida “poluída”. Mas é uma informação adicional e que o BC deve levar em consideração. O risco de a expectativa de inflação subir no médio e no longo prazo está crescendo por causa da inflação corrente.

**Valor:** *O cenário externo contribui com a alta das expectativas?*

**Porto:** Existe uma pressão permanente nos EUA que deriva das rupturas das cadeias produtivas e também da menor oferta de mão de obra. São problemas que vão fazer o banco central americano iniciar uma redução das compras de títulos em dezembro deste ano. Nesse processo, as taxas longas americanas vão começar a subir e o juro do Treasury de dez anos deve atingir 2% até o fim do ano. Isso faz com que o dólar se valorize frente às demais moedas. Esse é um quadro potencial de aversão ao risco mais elevada, o que significa fluxos de capitais saindo de emergentes para os EUA. E o Brasil, pela evidência empírica, é um dos países mais sensíveis e, portanto, o real se deprecia e fecha o ano a R\$ 5,58.

**Valor:** *É possível dizer que o juro neutro da economia subiu?*

**Porto:** Não acho que dá para falar isso ainda, mas é um ponto de atenção. A dívida do Brasil subiu muito em relação ao pré-pandemia e níveis mais altos geralmente estão associados a risco de crédito mais elevado e, portanto, a prêmios de risco mais elevados. Isso pode fazer o juro neutro ser mais alto. O ponto aqui é que existe um mecanismo poderoso: o teto de gastos. No nosso cenário-base, o teto vai ser respeitado em 2022, mas qual é a credibilidade, do ponto de vista do investidor, de que ele é hoje uma âncora tão poderosa como em 2019, após dois anos em que ele



não foi uma restrição limitante? Isso se agrava em eleições presidenciais. O teto vai ser posto à prova, especialmente quando construirmos o Orçamento de 2022 e na campanha eleitoral.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

---

LINK PATROCINADO

**Queima de estoque! De R\$ 657 por R\$ 197**

KING SHOES

LINK PATROCINADO

**O tênis mais vendido de 2021 agora com 70% de desconto!!**

LOJA KINGS

LINK PATROCINADO

**Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas**

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

**Dor nas costas, ciático ou coluna? Use isso todos os dias**

CI-ACTIVE

LINK PATROCINADO

**Máscara KN95 se mostra superior em testes**

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

**Tecido PVC Para Cortina Blackout Veda Luz Dupla-Face - Largura 1,40m - VED2-01**

R\$ 23,35

WILER-K BR

 **COMENTÁRIOS**

---

## Mais do Valor **Econômico**

**Demanda nacional de químicos de uso industrial sobe 7,8% no ano até abril**

## Valor do salário mínimo cria impasse

Medida provisória perde a validade terça-feira e base aliada diverge da Economia sobre o valor

Por Raphael Di Cunto — De Brasília

26/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

---

A base do governo no Congresso e o Ministério da Economia têm divergido nos bastidores sobre o reajuste do salário mínimo. O governo editou uma medida provisória (MP) no fim do ano passado estabelecendo o valor em R\$ 1,1 mil desde 1º de janeiro, mas a inflação de 2020, medida depois, deu um resultado um pouco maior, de R\$ 1.102,70.

Embora a diferença de R\$ 2,70 seja pequena, cada R\$ 1 a mais no salário mínimo tem um impacto de R\$ 350 milhões nas contas do governo federal, por causa dos salários do funcionalismo, das aposentadorias, pensões e benefícios sociais. A

dependem do arredondamento, seria um gasto adicional entre R\$ 700 milhões e R\$ 1 bilhão.

A oposição pressiona por um valor ainda maior, que considere também a variação do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos atrás, equivalente a um aumento de mais 1,1%. O PT já tem pronta emenda para apresentar no plenário da Câmara para replicar a regra que valeu nos governos Lula e Dilma e, com isso, constranger os parlamentares aliados do presidente Jair Bolsonaro e o governo num ano pré-eleitoral.

Segundo três líderes, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), questionou na segunda-feira os partidos governistas sobre se havia consenso entre a base aliada e o governo para pautar a matéria, mas as respostas foram negativas. A Economia já está com dificuldades de cortar as despesas aprovadas pelo Congresso e não quer aumentar ainda mais os gastos obrigatórios.

O salário mínimo também acelerou acima do previsto ao longo do ano passado. Em abril de 2020 a estimativa do Executivo era que o valor passasse de R\$ 1.045 para R\$ 1.079, mas a alta da inflação causada pela pandemia e pagamento do auxílio emergencial exigiu um valor maior quando Bolsonaro editou a MP em 31 de dezembro. Os R\$ 1,1 mil, contudo, foram insuficientes para compensar totalmente a subida.

Diante das divergências entre a base e o governo, Lira decidiu não pautar a medida provisória ontem e colocou em pauta outras duas MPs, que perderão a validade depois. Mas o impasse terá que ser resolvido até terça-feira, dia 1º de junho, para que a proposta não perca a validade, o que faria o salário mínimo voltar ao valor de R\$ 1.045 de 2020. Por enquanto, não há ainda nem relator definido para a MP.

Um dos líderes da base governista afirmou ao **Valor** que essa hipótese, do salário mínimo retroagir, é improvável, mas que o governo teria que encontrar um caminho - nem que seja editar uma nova MP com valor diferente. Ele afirmou que, embora entenda a situação das contas públicas, propostas para aumentar o salário mínimo nesse momento de pobreza, alta generalizada da inflação e com a eleição cada vez mais próxima tendem a ter mais apelo no plenário.

Sem acordo sobre o mínimo, a Câmara votaria ontem uma MP para ajudar o setor aéreo a atravessar a pandemia: a prorrogação até 31 de dezembro deste ano da regra que permitiu às empresas aéreas terem prazo de 12 meses para remarcarem voos cancelados nesse período.

O governo usou a MP para tentar antecipar receitas das concessionárias de aeroportos, aproveitando o dólar valorizado. As concessionárias poderão pagar a taxa contratual antecipadamente, com a quitação de pelo menos 50%. Segundo o relator, deputado delegado Pablo (PSL-AM), a sugestão teve apoio do Ministério da Infraestrutura e permitirá que as concessionárias tomem crédito mais barato no exterior para a operação. “Essa estratégia legal permitiria um alívio no fluxo de caixa das concessões aeroportuárias e proporcionaria ao governo federal uma receita extraordinária de aproximadamente R\$ 8 bilhões em 2021, com provável redução de R\$ 1,1 bilhão da receita ordinária nos próximos dois anos”, disse.

A MP ainda não tinha sido aprovada até o fechamento desta edição. Outra emenda do relator causou polêmica ao permitir que o governo federal fizesse a concessão de aeroportos regionais no Amazonas e ainda bancasse subsídios caso a operação desse prejuízo. Lira declarou a rejeição do texto dizendo que era “jabuti”.